

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom - Número 2 - outubro 2000/janeiro 2001

Dossiê: o mundo do trabalho

América Latina: uma nova colonização

Em debate, o papel da ONU



*A questão da mulher:
gênero ou classe?*

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom

(Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional)

outubro/janeiro 2001



Colaboradores

Alejandro Iturbe (Argentina), Angel Luis Parras (Espanha), Antonio Ferreira (Brasil), Bill Hunter (Inglaterra), Carlos Taibo (Espanha), Cecilia Toledo (Brasil), Francisco Cruz Retama (México) Guillermo Navarro Jiménez (Equador), Jonas Potyguar (Brasil), José Martins (Brasil), José Welmovicki (Brasil), Mariucha Fontana (Brasil), Martín Hernández (Brasil), Radoslav Paulovic (Iguslândia), Ricardo Antunes (Brasil), Viacheslav Rodin (Rússia).

Expediente

Marxismo Vivo é uma revista do Koorkom publicada pelo *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*.

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Endereço: Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Fone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN

Fotolito & Gráfica

Rua Dom Antônio de Alvarenga, 116

04129-030-São Paulo-SP

Fone 5061-4800

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editor

João Ricardo Soares

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Potyguar

Entre em contato com

Marxismo Vivo

E-mail:

marxismovivo@osite.com.br



APRESENTAÇÃO

ANO 2000

 JOSÉ WELMOVICKI

América Latina na virada do século: revolução ou colônia..... 7

 GUILLERMO NAVARRO

Plano Colômbia: ABC de uma tragédia..... 17

DOSSIÊ: O MUNDO DO TRABALHO

 RICARDO ANTUNES

As transformações na classe trabalhadora..... 29

 ALEJANDRO ITURBE

Desemprego: traço estrutural do capitalismo..... 35

 DELWECK MATHEUS

Os desafios da reforma agrária no Brasil..... 43

 MANIFESTO

“Trabalhadores(as), de todo o mundo, uni-vos!”..... 47

 **ANGEL LUIS PARRAS**

ONU: Fórum das nações ou instrumento de recolonização? 51

 **BILL HUNTER**

Revolução Permanente: um grito de guerra para o século XXI..... 64

 **CECILIA TOLEDO**

Mulher: o gênero nos une, a classe nos divide..... 77

 **GEOFF PILLING**

Desenterrando Karl Marx (parte 1) 93

 **NATUREZA DOS ESTADOS**

 **CARLOS TAIBO**

Uma conclusão geral sobre o processo de dissolução da URSS..... 105

 **MARTÍN HERNÁNDEZ**

China, mito e realidade 115

 **CLÁSSICOS DO MARXISMO**

 **CECILIA TOLEDO**

Os marxistas e a questão nacional 125

apresentação

Na apresentação do primeiro número de *Marxismo Vivo* dizíamos que a partir das revoluções do Leste iniciara-se um amplo debate sobre inúmeras questões.

Quatro meses apenas do lançamento da revista, e a situação mundial se mostra rica em fatos que geram e exigem novas conclusões programáticas e que, por isso, geram novos e novos debates.

Os levantes contra a fome que se sucedem, uns depois dos outros, na América Latina, assim como a intervenção militar dos Estados Unidos na Colômbia, colocam para os marxistas uma questão crucial que é analisar a mudança que vem ocorrendo na relação entre os estados desse subcontinente e as grandes potências imperialistas.

Por sua vez, a continuidade da ocupação militar no Kosovo por parte da OTAN e da ONU, depois da derrubada do odiado Milosevic (fato este saudado por todas as grandes potências como uma vitória da “democracia”) deixa no ar uma grande interrogação: qual é o papel da ONU?

Estes temas são tratados nesta revista, junto com outros igualmente importantes e atuais, como a questão do trabalho e da opressão da mulher, bem como assuntos de caráter mais geral, como a defesa do marxismo, a Teoria da Revolução Permanente e a questão nacional.

Também nesta edição, dois colaboradores publicam seus trabalhos sobre Rússia e China, e isto requer um esclarecimento.

Consideramos necessário incluir esses dois artigos em uma nova seção intitulada “Natureza dos Estados”. Dessa forma queremos iniciar um debate sobre essa questão crucial para os marxistas: o carácter dos Estados em particular daqueles onde, no passado, a burguesia foi expropriada, como é o caso de Rússia, de China, de Cuba e outros países.

Quando fechávamos este número da revista, um novo fato da luta de classes começou a sacudir o mundo. As massas palestinas, passando por cima dos planos de “paz”, estão se levantando, de forma revolucionária, contra o opressor Estado de Israel. Infelizmente, dado que os fatos são muito recentes, nesta revista não se publica nenhum artigo a respeito. É uma tarefa que fica para o próximo número e, como parte dela, convidamos as diversas correntes do marxismo revolucionário a participar com suas opiniões sobre este tema e, nesse marco, a responder a uma pergunta que é uma questão programática central: é possível a paz no Oriente Médio enquanto exista o Estado de Israel?

ano 2000

 JOSÉ WELMOVICKI

América Latina na virada do século: revolução ou colônia..... **7**

 GUILLERMO NAVARRO

Plano Colômbia: ABC de uma tragédia..... **17**



AMÉRICA LATINA NA VIRADA DO SÉCULO: REVOLUÇÃO OU COLÔNIA

JOSÉ WELMOVICK
Professor de Ciências Sociais

O traço central, do ponto de vista estrutural, desses últimos anos na América Latina foi estar atravessada por uma ofensiva econômica, política e militar do imperialismo. Podemos dizer que se trata de um movimento global de longo alcance, que envolve as relações do conjunto do subcontinente com o imperialismo, em particular com os EUA, e que introduz modificações estruturais entre os Estados. Neste sentido, a dolarização da economia equatoriana e mais claramente a atual intervenção militar na Colômbia são as expressões mais avançadas de um fenômeno que adquire características continentais. Trataremos de desenvolver um a um os três aspectos da ofensiva recolonizadora, se bem que sua extrema inter-relação é evidente.

A recolonização econômica

O subcontinente latino-americano esteve marcado, desde sua independência das potências ibéricas no século XIX, pela dependência econômica em relação ao imperialismo, em primeiro lugar o inglês. Os governos ingleses apoiavam a independência política dos países, em nome do liberalismo, ao mesmo tempo em que tratavam, a ferro e fogo, de garantir os mercados e a hegemonia sobre as novas nações.

Na década de 30, os processos de industrialização em determinados países foram a base para algumas tentativas de desenvolver uma estrutura econômica baseada no mercado interno. Entre a crise de 29 e o fim da II Guerra Mundial, se alcançou um certo grau de autonomia relativa, possibilitada essencialmente pela depressão na economia imperialista, a decadência do imperialismo inglês e a guerra que devastou o velho continente. Foi precisamente por esta brecha aberta pela crise mundial que foi surgindo uma burguesia nacional, uma patronal forte e preocupada por ocupar um espaço próprio. O crescimento econômico acompanhou esta burguesia nacional, em setores como o industrial e, em particular, os de bens de consumo. Esse fenômeno foi incentivando o desenvolvimento infra-estrutural, geralmente subsidiado pelo Estado, dando lugar a um forte setor estatal na economia. Esse processo foi chamado de “substituição das importações”. Concluída a II Guerra Mundial, o imperialismo norte-americano tentou ocupar o lugar que no passado ocupou o imperialismo inglês, gerando uma forte resistência.

Poderosos movimentos de massas acabaram em grandes enfrentamentos contra a ofensiva imperialista. Os setores nacionalistas burgueses não tiveram outra opção para sobreviver que optar por liderar esses movimentos e

1 *Actualidad Económica del Perú*, n. 200, p. 31.

2 Ver o exemplo chileno. Entre outros *Chile, el modelo neoliberal*, de José Cademartori.

3 Em 1998, as inversões diretas chegaram a US\$ 57.900 milhões (Informe SELA, out.1999)

4 Informe SELA (out.1999)

5 Estes dados não incluem telecomunicações e siderurgia, pois são prévios às privatizações desses setores. Um autor calcula que a venda do setor de telecomunicações deixou cerca de 79% em mãos do capital estrangeiro.

acabaram conformando governos bonapartistas *sui generis*, ou seja, governos que se apoiavam no movimento de massas para tentar frear o avanço do imperialismo norte-americano. Exemplos significativos foram os governos de Perón, na Argentina, Cárdenas, no México e Vargas, no Brasil.

Nas décadas de 50 e 60, a contra-ofensiva imperialista se manifestou por meio de golpes e a constituição de governos militares que trataram de adaptar as economias dos países, começando por desmontar o modelo anterior e abrir as portas ao capital estrangeiro.

Durante a década de 70, na maioria dos países latino-americanos continuou acentuando-se, em meio a convulsões sociais e golpes militares, o processo de aumento da dependência das burguesias nacionais, acomodadas a seu papel de sócias menores do imperialismo.

Mas foi em meados da década de 80, a partir da crise da dívida externa e da aplicação das chamadas políticas neoliberais, que se deu um novo salto qualitativo. Trata-se de mudanças nas próprias estruturas das economias latino-americanas. O aumento inédito, acentuado desde o começo dos anos 90, da desnacionalização das economias, mostra o grau de dependência do imperialismo, uma dependência econômica que só se pode entender como parte do entreguismo e a submissão dos governos e instituições. Falamos de recolonização pois se trata de um movimento de alcance estrutural, tentando recolocar as economias locais no nível de subordinação do século XIX.

Poderíamos sintetizar dizendo que, de conjunto, a ofensiva recolonizadora trata de transformar a burguesia nativa de sócia menor do imperialismo em gerente das empresas deste, no sentido de que já tiram seus lucros das quotas de mais-valia que pertencem aos investidores estrangeiros e, no melhor dos casos, administram a propriedade de outros, e não as suas. A ofensiva recolonizadora trata também de transformar os governos e instituições em fantoches do imperialismo, em seus administradores coloniais.

A desnacionalização

A desnacionalização é a característica mais marcante do processo de recolonização. É preciso recordar que de 1980 a 1990 a dívida externa da América Latina passou de 205 bilhões de dólares¹ para 441 bilhões de dólares. A dívida, que ainda hoje se paga, cresceu por um sistema de capitalização dos interesses, um eufemismo em uso para não falar em **roubo**. Dessa forma se saqueava a América Latina, convertendo-a em exportadora de capitais, em meio a um círculo infernal que fazia com que quanto mais a dívida era paga, mais ela crescia.

Não foram suficientes os planos de fome e miséria a serviço de pagar a dívida. O denominado Plano Brady marcou um ponto de inflexão que abriria as portas aos planos neoliberais e, por eles, à ofensiva recolonizadora encabeçada pelos EUA. Os bonos Brady trocavam o pagamento dos juros da dívida, tendo como aval o Tesouro norte-americano. A adoção, pelos governos latino-americanos, do plano que leva o nome do então Secretário de Estado norte-americano, deveria ir acompanhado do começo do processo de privatizações e da desregulamentação em todos os níveis. Era o aval do Tesouro americano em troca do que se denominaram “os ajustes estruturais”.

Os governos latino-americanos, com o de Pinochet à frente, começam uma vergonhosa troca de pagamento da dívida externa por ativos das empresas públicas. De um golpe começa uma acumulação massiva de propriedades que, para mais vergonha ainda, se faz mediante artifícios contábeis que trocam dívida por ações².

Tem início assim um processo, o denominado “boom” de entrada de capitais forâneos entre 1990-1997, quando as privatizações e as fusões-absorções se transformam no mecanismo mais comum pelo qual as multinacionais vão tomando posse das indústrias e empresas nacionais, desnacionalizando-as e assim modificando, paulatinamente, a estrutura produtiva do subcontinente.

Entre 1990 e 1998, os fluxos de capital se multiplicaram por sete³. Os motores desse flu-

xo foram muitos. Entre 1990-1994, as privatizações; entre 1994-1996 os chamados “projetos de inversão e modernização das empresas estrangeiras” e desde 1997 o principal fator está sendo a compra de empresas já existentes. No caso do Brasil, continuaram as privatizações, sendo que entre as mais significativas foi a da Telebrás⁴.

Os dados do processo de desnacionalização são eloqüentes e abundantes para quase todos os países, em particular os que tiveram um maior crescimento econômico entre 1930 e 1970: Brasil, Argentina e México. Basta uma análise superficial para comprovar.

No Brasil, a maior economia latino-americana e uma das últimas a entrar a fundo na dinâmica da globalização, os resultados são eloqüentes. Das empresas que viveram processos de fusão ou aquisições nos últimos cinco anos, 70% passaram para mãos de grupos estrangeiros. Isso inclui empresas importantes como Cofap e Metal Leve (autopeças), Continental e Prosdócimo (eletrodomésticos), Bom Preço (supermercado), grandes bancos, como Real, Bamerindus e Econômico. Dos setores de ponta da indústria, além dos que sempre estiveram em mãos de multinacionais, como o automobilístico (95%) e o farmacêutico (79%), se agregaram setores que sempre foram de capital nacional, como o de alimentos (57% em mãos de multinacionais) ou o de higiene e limpeza (87%).⁵

O resultado das privatizações vai agravar esse quadro já que, em alguns casos, o peso da participação dos setores estrangeiros chega a 59%.

Inclusive alguns dos processos de privatização e fusão encabeçados por burgueses nacionais não foram mais que operações especulativas transitórias dos chamados *barões da privatização*, burgueses que se tornaram proprietários de grandes empresas ex-estatais, sem ter capital para isso, simplesmente associando-se a bancos e empresas multinacionais para depois revender ou passar o controle para uma multinacional. Um exemplo é o empresário Benjamin Steinbruch, que adquiriu a CSN (a maior siderúrgica estatal), a Vale do Rio Doce (a maior mineradora de ferro e outros minerais) e a Light (que fornece eletricidade ao Rio de Janeiro), associado a grupos como o Nations Bank dos EUA e intensamente ajudado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na Argentina, duas entre cada três grandes empresas estão sob controle estrangeiro, segundo dados oficiais,⁶ quando 20 anos atrás essa porcentagem era de aproximadamente 1/3. Inclusive este dado é irrisório para descrever o profundo processo de desnacionalização que assola o país, já que vários dos grupos ditos nacionais são, de fato, testa de ferro de multinacionais e dos bancos estrangeiros. As privatizações afetaram quase todo o parque estatal e incluíram setores estratégicos como petróleo, energia, telefonia, serviços públicos e ferrovias. O processo de entrega ao imperialismo deu um salto qualitativo com Menem. O especulador-mor George Soros encampou a maioria das terras férteis da província de Buenos Aires. A única saída parcial para a indústria argentina, como os setores automotriz, têxtil e laticínios, foi a exportação nos marcos do Mercosul, o que explica a crise aberta pela desvalorização do real e os atritos com o Brasil. A

6 “O lento naufrágio da Argentina”. *Le Monde Diplomatique*, out.1999.

7 *Os Limites do Irracional*, José Martins, p. 264.

8 *Chile, el modelo neoliberal*. José Cadermatori, p. 68.

9 *Idem*, ps. 83-84.

10 Informe do SELA, out.1999.

11 José Martins, *op.cit.*, p. 25.

12 *El tablero mundial*. Zbigniew Brzezinski, p. 69.

13 Dados extraídos de Carlos Aguiar de Medeiros, “A Globalização e a Inserção Internacional”, in *O Poder e O Dinheiro*. Maria da Conceição Tavares (Org.) Vozes, 1998.

14 José Cadermatori, em seu trabalho citado, diz que: “Hay capitales que aparentemente proceden de España, Sudáfrica, Australia o Canadá, pero en verdad, son filiales de transnacionales norteamericanas o británicas.”, p. 72.

discussão que se abriu depois da posse de De La Rúa em relação à política econômica por parte de seu ministro Machinea era se a dolarização total o faria perder ou não cerca de US\$ 700 milhões anuais. Ou seja, se o FED lhe garantisse algo em torno a isso por ano, estaria disposto a aceitar.

No México, como resultado da política neoliberal do PRI, da entrada no Nafta e com a queda violenta na crise de 94, a economia se tornou completamente dependente da norte-americana. O setor que mais cresceu foram as *maquiladoras*, empresas montadoras, de embalagem, que importam dos EUA a matéria prima, montam e reexportam, usando o trabalho em negro em território mexicano próximo à fronteira com os EUA. Existem no norte do México mais de 1.500 maquiladoras, em sua imensa maioria norte-americanas, cujo produto representou em 1996 US\$ 150.000 milhões⁷. As reservas de petróleo, grande riqueza natural do país, motivo de uma acirrada e vitoriosa luta pela nacionalização nas décadas de 30 e 40, agora foram oferecidas como garantia ao Tesouro norte-americano para os empréstimos-ponte de 1995. Nada mais emblemático em um país com a tradição mexicana do que ter um presidente da República como Fox, ex-presidente da filial da Coca-Cola.

O Chile foi o modelo do neoliberalismo. A ditadura pinochetista implantou a sangue e fogo o modelo mais selvagem de saque e desnacionalização do país. Em comparação com o Produto Interno Bruto, a desnacionalização equivaleria a 90% deste, possivelmente a taxa mais alta de toda a América Latina, “virtualmente todo o capital nacional poderia chegar a ser propriedade do capital estrangeiro”⁸. As multinacionais norte-americanas mantêm a supremacia em praticamente todas as áreas. Cerca de 50 das 80 maiores empresas do país são diretamente filiais de transnacionais. O capital externo se concentrou na mineração de cobre, ocupando a exploração de todas as maiores reservas; da mineração de ouro, as 12 maiores reservas também foram entregues a multinacionais. Os investimentos estrangeiros

garantiram o controle de setores como a madeira, celulose, alimentação, bebidas, produtos químicos e insumos industriais. Em terceiro lugar, e mais recentemente, passaram a controlar setores como telecomunicações, gás, eletricidade e serviços financeiros.

O processo de desnacionalização ocorreu paralelo à concentração de capitais; com isso, 15 conglomerados dominam os recursos essenciais do país. De um total de 480 mil empresários que oferecem seus produtos e serviços, 7.300, ou seja, menos de 2%, concentravam 76% das vendas. Das mil maiores empresas do país, 10% ficaram com 80% de todos os benefícios recebidos.⁹

Dependência financeira e dolarização das economias

A dívida externa, longe de decrescer, continuou subindo na última década. Passou de US\$ 439.700 milhões em 1990 para astronômica cifra de US\$ 697.800 milhões em 1998¹⁰. Essa quantia significa que a dívida multiplicou por dez a de 1975 e triplicou a de 1980. A “nova” dívida contraída depois de 1991 está, em sua maior parte, expressa em bonos. Assim, os principais credores – a maioria investidores institucionais dos EUA – são os detentores desses bonos. Em outras palavras, o Estado entrega como garantia do pagamento as propriedades públicas, trocando bonos por ações, e o Estado norte-americano garante com o erário público as possíveis desvalorizações dos bonos para que as multinacionais americanas possam comprá-los a baixo preço. A entrada de bancos poderosos, que controlam 18% da dívida, dre-na ainda mais os capitais nacionais. O processo de desnacionalização e dependência teve na invasão do capital financeiro internacional uma de suas expressões mais nítidas. Na Argentina não existe grupo financeiro nacional de peso; no Brasil, depois de décadas nas que o capital financeiro estrangeiro era insignificante, de 1995 a 1999 os 3º, 4º e 5º maiores bancos passaram a mãos do capital externo, e no memorando ao FMI, o governo de FHC se compromete a privatizar os dois gigantes estatais federais que

restam: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

O grau de dolarização das economias latino-americanas e a existência de alguns dirigentes burgueses que, como Menem, reclamam a supressão das moedas nacionais para adotar o dólar, são mostras do grau de recolonização e do nível de submissão das burguesias latino-americanas. Há algum tempo poderia parecer uma ousadia de Menem, mas hoje, depois dos fatos ocorridos no Equador, onde a dolarização se impôs, já não é assim. Todas as moedas nacionais estão “ancoradas” no dólar. As poupanças, as contas correntes, os investimentos, as transações econômicas, os pagamentos a prazo, tudo está definido pelo dólar, em toda a América Latina. Inclusive é comum usar o dólar na vida cotidiana na maior parte dos países latino-americanos. Por ser a moeda, enquanto medida de valor, a representante material da riqueza de uma nação, a dolarização das economias é expressão do grau de aprofundamento, dependência e penetração do imperialismo norte-americano nas economias latino-americanas.

Mas como a moeda é também medida de acumulação, a dolarização das economias latino-americanas é uma fonte de acumulação do imperialismo norte-americano, um mecanismo que permite conjugar a acumulação com o controle que evite que a crise penetre nos grandes centros imperialistas, particularmente nos EUA. Por isso, o projeto de dolarização proposto pelo FMI e defendido pelo governo Noboa no Equador, além de acabar com a moeda local, decreta privatizações das estatais que exploram o petróleo, a eletricidade, ataca os direitos trabalhistas, reduz gastos na previdência social entre outras medidas.

A perda da moeda nacional é a máxima expressão da perda da soberania nacional. Tanto é assim que nem sequer as decisões de desvalorizar ou não a moeda nacional podem ser tomadas pelo governo de turno sem provocar tensões comerciais entre países do mesmo “bloco comercial”, como está ocorrendo entre a Argentina e o Brasil. O que leva economistas de prestígio dos EUA, como Rudiger Dornbusch, do MIT, a propor, sem mais nem menos, o fechamento de todos os bancos centrais latino-americanos por serem ‘inúteis’ e gastadores. Se não há moeda para administrar, esses bancos são uma carga. Basta o FED dos EUA para determinar o que fazer.

Disputa de hegemonia com os europeus?

“Tão longe de Deus... e tão perto dos EUA”. Este título de um capítulo do recente livro do economista brasileiro José Martins mostra de forma eloqüente quem continua sendo a potência imperialista dominante, em todos os níveis, na região. A liderança econômica norte-americana continua incontestável e fica suficientemente ilustrada ao longo deste artigo. Das mil maiores companhias do mundo, 422 são norte-americanas, superando a cifra de 1998 (396) e respondem por 46% do total do valor, US\$ 11, 2 bilhões, dessas companhias¹¹. O imperialismo europeu acrescentou sua participação nesse movimento recolonizador. A disputa interimperialista não está livre de atritos e tensões, mas, no essencial, os próprios imperialismos europeus não questionam, nem de longe, o predomínio norte-americano.

15 Como exemplo, o processo de “acaparamiento español” do setor de eletricidade, gás e água no Chile. Enersis, que por intermédio da Chilectra, tem o monólio da distribuição de eletricidade na região metropolitana de Santiago, foi comprada aparentemente pela Endesa, mas na verdade foi adquirida por um consórcio formado pela Endesa e outros grupos financeiros e o Citybank norte-americano.

16 *El Perú de Fujimori*, p.121.

17 A Ford recebeu US\$ 700 milhões em subsídios e financiamento do governo para instalar-se na Bahia, Nordeste do Brasil, o que gerou tensão entre os estados de São Paulo e Bahia. Nas privatizações mais recentes, a compra das empresas por estrangeiros são financiadas a juros subsidiados pelos bancos estatais ou de fomento que ainda estão em mãos dos governos.

Pelo contrário, o processo recolonizador está repleto de associações e cooperação de diversos grupos financeiros ou industriais com as multinacionais norte-americanas. Referindo-se às tensões entre os EUA, a Alemanha e o Japão, aquele que foi o Conselheiro para a Segurança Nacional da presidência dos Estados Unidos entre 1977 e 1981, Zbigniew Brzezinski, diz a respeito: *“A Europa mais ativamente independente dos Estados Unidos não representa uma opção viável. Para a Alemanha, redenção + segurança = Europa + Estados Unidos. Essa fórmula define a postura e a política alemãs e faz da Alemanha um bom cidadão europeu e, ao mesmo tempo, o maior apoio europeu dos Estados Unidos”*¹². Com certeza, há uma boa dose de exagero nessas afirmações, e uma absoluta subestimação das contradições interimperialistas. No entanto, sua prepotência reflete o papel hegemônico dos EUA. Em termos de intercâmbio comercial, a América Latina continua representando uma parte muito alta das exportações norte-americanas, cerca de 18,1% do total¹³.

As estatísticas apontam que a totalidade das inversões estrangeiras diretas na América Latina procedem da Europa e dos Estados Unidos, 32,28 e 43% respectivamente. No entanto, essa porcentagem deve ser relativizada, pois tudo indica que muitas das inversões norte-americanas são feitas sob outras bandeiras¹⁴. A crescente ingerência de um imperialismo decadente e de segunda ordem, como o espanhol, só pode ser entendida pelo papel de “drenagem” do imperialismo europeu e norte-americano. A destruição de capital é parte do processo de concentração capitalista e esse é o papel dos sócios menores: abrir espaço para seus superiores. As multinacionais espanholas desenvolveram uma forte presença em ramos como telecomunicações, eletricidade, aviação, setor financeiro e hotelaria, mas quase sempre como parte de um “pool” de grupos do qual fazem parte bancos e multinacionais européias ou norte-americanas¹⁵. Esse papel de “drenagem” foi notório no desmantelamento de diversas aerolíneas, como as argentinas e, mais recentemente, o escandaloso papel da Telefónica. O problema do papel do imperia-

lismo europeu é muito importante porque na Europa e também nas esquerdas latino-americanas se faz propaganda de uma saída alternativa à entrega aos EUA.

Recolonização política

Os dirigentes burgueses latino-americanos não só estão a quilômetros de distância de qualquer semelhança com Perón, Vargas ou Cárdenas. Perto deles, Alan García pode ser apresentado como um fanático antiimperialista. É difícil encontrar no passado um papel tão laçoi e entreguista como o dos atuais governos latino-americanos. Toda a ofensiva recolonizadora do imperialismo seria inconcebível sem a predisposição manifesta e declarada da burguesia latino-americana de ser administradora colonial. Não há uma gota de exagero nesta afirmação; basta verificar os fatos. Na década de 80, os governos latino-americanos resolveram assumir toda a dívida privada, começando a trocar essa dívida por patrimônio público. O próprio Estado e todo o patrimônio nacional passaram a ser entregues às multinacionais. O processo de privatizações e fusões, que está na base do atual saque, devia estar rodeado de todo tipo de facilidades jurídicas, econômicas, trabalhistas... para que as multinacionais pudessem “otimizar” seus investimentos. Assim, dos “ajustes conjunturais” supervisionados pelo FMI, passou-se aos “ajustes estruturais” disciplinados diretamente pelo FMI e as multinacionais.

Não só o governo de turno, os parlamentos, os tribunais lançaram uma bateria de leis que se foram reproduzindo de forma quase idêntica em todo o subcontinente, com o único objetivo de eliminar tudo o que atrapalhasse a liberdade do capital imperialista. O conjunto do regime assumia assim um caráter de regime burguês de democracia colonial. Procederam, mediante leis específicas, ao desmonte alfandegário mais completo. Fujimori foi a vanguarda; o nível alfandegário médio no Peru caiu de 66% em 1989 para 16,1% em 1992 e em 1997 voltou a cair em média 16%.¹⁶ Aceitaram leis sobre patentes que impedem o desenvolvimento de qualquer

tecnologia nacional e ainda assim têm de engolir todas as exigências absurdas das multinacionais para maximizar seus lucros. Fizeram reformas tributárias destinadas à isenção fiscal das grandes companhias. Entraram em uma corrida vertiginosa para oferecer mais facilidades para a instalação e ampliação das multinacionais. Ajudas com fundos do Estado, isenções de impostos, benefícios infraestruturais às custas do erário público... a tal ponto que foram declaradas guerras de submissão não só entre Estados nacionais, mas também entre Estados federais, como no Brasil.¹⁷ Liberalizaram o comércio para dar entrada às grandes multinacionais da alimentação e o consumo. Implantaram uma desregulamentação permanente dos mercados de trabalho para facilitar os baixos custos de produção, a flexibilidade e o aumento da produtividade.

Nesse processo, as instituições governamentais passaram a estar vinculadas diretamente ao imperialismo, como se se tratasse de administradores coloniais. O FMI assumiu a condução cotidiana da área econômica dos governos. O “todo poderoso” governo brasileiro, a maior economia da América Latina... presta contas trimestrais, publicamente, ao FMI, que, dita as normas para as metas de inflação, déficit público etc., tanto ao governo quanto ao banco central. Em 1999, o Banco Central brasileiro teve de esperar por uma autorização do *board* do FMI para poder intervir no mercado cambial doméstico e assegurar a cotação do dólar. O acordo do México de 1995 permite ao Tesouro dos EUA dispor da renda do petróleo mexicano para garantir os pagamentos em dia da dívida contraída. No Equador, o FMI supervisiona os decretos da dolarização antes de serem votados pelo Congresso fantoche local, para que não passe nada que não lhes interesse!

Os bancos centrais que estavam estreitamente vinculados aos governos, agora gozam de uma pseudo autonomia, para melhor poderem ser agentes diretos dos bancos imperialistas. Como se viu depois das últimas crises, México, Brasil e Argentina cumprem as instruções do FMI e do banco central norte-americano (FED) e passam a submeter-se a um monitoramento cotidiano por parte desses organismos. Além disso, os dirigentes dessas instituições são já agentes diretos dos bancos norte-americanos, vêm dos postos que ocupavam nos bancos de seus senhores para seus novos postos nos bancos centrais. Como Armínio Fraga, do Brasil, que veio do fundo de Soros para dirigir o Banco Central¹⁸, ou Domingos Cavallo, que dirigiu a economia argentina em sintonia com os grandes grupos norte-americanos e depois assessorou a dolarização no Equador. E Francisco Gros, membro do *board* do grupo Morgan Stanley, atuante nas privatizações, vindo diretamente de seu cargo nesse grupo para dirigir o BNDES, responsável pela execução das privatizações no Brasil.

Os governos e as burguesias nativas se limitam a mendigar na OMC ou no G-7 melhores condições de intercâmbio naqueles setores nos quais poderiam ainda competir (como a agricultura ou a indústria têxtil), mas nem sequer conseguem alívio pelas restrições que os grandes blocos impõem às exportações. Nas negociações da cúpula de Seattle, os governos latino-americanos se limitaram a pedir o fim dos subsídios à agricultura da União Européia e do Japão e que não se implementassem sanções por não respeitarem os direitos trabalhistas previstos pela OIT, no que se refere especifica-

18 Como curiosidade, saiu uma denúncia no jornal *Folha de S. Paulo* de 5/3/00 que no último concurso para analista de nível superior do Banco Central brasileiro dava-se nota alta apenas aos títulos de quem tivesse estudado e recebido doutorado em uma de 50 universidades predefinidas, sendo 39 norte-americanas, 6 européias e apenas 5 nacionais, por sua vez bem afinadas com o pensamento das norte-americanas. O próprio colonista, Elio Gaspari comenta: “O doutor Armínio Fraga está exagerando na neocolonização do pensamento econômico nacional. Num país cujo presidente do Banco Central saiu da Casa de Soros e o do BNDES do Morgan Stanley é o caso de pensar se a coisa não está indo longe demais”.

19 O argumento vergonhoso é que acabar com o trabalho infantil seria acabar com “vantagens competitivas” com que contam os governos para “atrair” os investidores.

mente ao trabalho infantil¹⁹. Há tempos o Brasil é sancionado por *dumping* em relação ao aço e o que o governo faz é, a cada momento, como fez agora FHC em Berlim, implorar por mais abertura, como bom escravo cumpridor de todas as imposições a seu amo imperial.

A submissão completa das burguesias latino-americanas às ordens do imperialismo se expressa de forma geral em todos os tratados dos que participam: o NAFTA, o ALCA e inclusive os assinados entre os países da área, como o Mercosul, são variantes do desmantelamento de qualquer norma de proteção das economias, a serviço da penetração das multinacionais. Pastrana acaba de pedir o ingresso puro e simples da Colômbia ao NAFTA, sem sequer esperar o ALCA.

O processo de centralização dos capitais, que deixa de fora uma boa parte da burguesia nacional ou aspirantes a sê-lo e, sobretudo, a perda do Estado como estimulador da atividade econômica gerou um grau de corrupção sem precedentes. Os grupos empresariais que antes se beneficiavam dos encargos, as compras do Estado, as múltiplas variantes de produzir, comercializar ou intermediar a cargo do Estado, agora ficam reduzidas e deixam de fora centenas de empresários que abasteciam e construíam por conta própria ou em relação com esse Estado. Acrescentemos os inevitáveis e milhares de burocratas e personagens de todo tipo que viveram parasitando ao redor dessa enorme atividade comercial ou produtiva. O Estado passa então a ser uma fonte de benefícios que é preciso “cuidar” para que apoie determinados setores econômicos. A corrupção generalizada tem, assim, uma base material, e seu descontrole é inversamente proporcional à diminuição do papel econômico direto do Estado.

Recolonização militar

Está em curso uma operação de estabelecimento de novos laços militares diretos entre os EUA e os países da América Latina, com a instalação de bases e a presença de tropas americanas nos seus territórios. É parte da política geral do imperialismo de cada vez ter mais controle dire-

to militar das regiões onde seus interesses estratégicos podem correr perigo. Assim como em Kosovo e Timor foram necessárias tropas, seja com o estandarte da ONU seja da OTAN, é necessário ter um dispositivo pronto para intervir onde seus interesses corram perigo, como hoje ocorre na Colômbia. O então comandante militar da região sul dos EUA, Charles Wilhelm, foi visitar o Equador logo após a insurreição de janeiro para verificar *in loco* os problemas e o que deve fazer o Pentágono para impedir a continuidade do processo revolucionário e, em particular, como resolver os problemas que apareceram no seio do Exército do Equador.

No entanto, nessa reorganização do dispositivo contra-revolucionário, as FFAA nacionais não podem cumprir o mesmo papel de antes. Fruto do próprio processo de ajuste neoliberal, os exércitos nacionais comuns estão sendo reduzidos e um novo modelo está sendo montado para ter tropas seletas, de intervenção rápida, bem treinadas e sob o comando do Pentágono, ou de alguma das instituições norte-americanas, como é o caso do combate às drogas, sob a orientação da DEA e da CIA.

As operações conjuntas contra a droga e contra a guerrilha são a ponta de lança para ir implementando essa política. Na Colômbia, o governo Pastrana pede uma ajuda significativa aos EUA para “combater o narco e a guerrilha”. Algumas centenas de assessores com equipamentos de alta tecnologia se encarregam de treinar, coordenar e dirigir a ação dos militares e policiais colombianos. As bases norte-americanas na região estão se ampliando (Peru, Equador, Panamá, etc.), com o pretexto de proteger os países dos ataques, seja do tráfico, seja da guerrilha.

Setores pregam abertamente uma intervenção mais aberta dos EUA na região. Caspar Weinberger, ex-secretário de Defesa, falou no Congresso dos EUA que deveria se resguardar os interesses nacionais americanos, preparando uma intervenção direta no Equador, em caso de instabilização social, e impedindo a entrega do Canal de Panamá, já que seus governos não teriam condição de defender-se de uma agressão da guerrilha colombiana, que, segundo ele,

seria estimulada secretamente por Chavez.²⁰ Já o senador Paul Coverdell, presidente da subcomissão do Senado para a América Latina, propôs claramente que os EUA intervenham diretamente em qualquer país da região em ‘defesa da democracia’²¹.

O que estes políticos da direita norte-americana estão alertando é que o processo de recolonização, ao se combinar com uma crise do neoliberalismo em escala continental, reduz os espaços de barganha para as economias e as burguesias nacionais e abre possibilidades de explosões sociais e processos revolucionários em todo o subcontinente, e isso pode obrigar os EUA a uma intervenção direta. Ou seja, o próprio aperto de torniquete do imperialismo está gerando uma crise grave e uma reação das massas e tornando cada vez mais instável e explosiva a situação. Prevê uma mobilização em vários países em escala continental e quer ter um dispositivo militar mais duro para enfrentar essa rebelião. E o Equador voltou a acender as luzes de alerta.

A recolonização e o Plano Colômbia

Com freqüência, alguns comentaristas de esquerda, com certeza muito bem intencionados, opinam que o ataque dos EUA aos narcotraficantes não passa de um pretexto para atacar as organizações guerrilheiras e o movimento de massas. Evidentemente, os EUA estão preocupados com o peso da guerrilha colombiana e também, sem dúvida, os preocupa muito a instabilidade social da Colômbia e do restante do continente. Mas o ataque aos narcotraficantes é muito mais que um pretexto.

Ao longo deste texto mostramos como o plano de recolonização do imperialismo tem, como uma de suas características centrais, a desnacionalização das economias latino-americanas. No entanto, há um importantíssimo ramo de produção no qual o imperialismo ainda está longe de ter seu controle total e esse setor é o da produção e distribuição de drogas ilícitas (fundamentalmente a cocaína). O Plano Colômbia tem, entre seus objetivos centrais, assumir o controle desse setor chave da produção.

A indústria do narcotráfico move no mundo entre US\$ 750 milhões e US\$ 1 bilhão, o que a coloca entre os setores de ponta da economia. Seus benefícios são muito superiores a outros setores devido a brutal diferença existente entre o preço da matéria prima e do produto final.²² É, sem dúvida, o negócio mais rentável do mundo, já que atinge benefícios de mais del 3.000%.

A América Latina é o principal abastecedor de cocaína e marihuana do mundo. Os cartéis latino-americanos enviam ao mundo 270 toneladas de cocaína por ano e já controlam 15% da produção de heroína.²³ A coca ocupa uma área de 200.000 hectares, repartida em milhares de propriedades na Colômbia, Peru e Bolívia, e emprega, só nessa área, 5 milhões de pessoas.²⁴

Na Colômbia, 70% das terras cultiváveis estão em mãos dos narcotraficantes. Segundo dados da DEA para 1995, as entradas produto das exportações de cocaína da Colômbia chegaram a 10% do PIB do país, três vezes mais que as vendas da Ecopetrol, de longe a maior empresa do país.

20 “Conservadores estadunidenses presentan un cuadro alarmante al congreso”, CNN en Español de 8/12/99.

21 CNN Brasil, 25/2/00.

22 A folha de coca é vendida a US\$ 2,5 o kg na Bolívia ou na Colômbia; depois que é transformada em cocaína passa a valer US\$ 3.000 na Colômbia, chegando em São Paulo a US\$ 10.000, e ao preço estratosférico de US\$ 40.000 no mercado norte-americano. O mesmo se pode dizer da heroína e da marihuana. Ver trabalho de Jonas Potyguar em *Opinião Socialista*, dez.1999.

23 A heroína tradicionalmente é elaborada no sudeste asiático e agora o Afeganistão controla a maior parte da produção mundial.

24 Calcula-se que na Bolívia entram por ano, US\$ 600 milhões relativos ao comércio da coca, no Peru US\$ 650 milhões e na Colômbia cerca de US\$ 1.700 milhões. É muito difícil conseguir cifras exatas.

25 “O século do crime”, José Arbex e Claudio Julio Tognoli, p. 40.

Na Bolívia, o valor das exportações relacionadas com a cocaína supera todos os ramos econômicos do país. No Peru, a produção de coca chegou a alcançar 8% do PIB, empregando 7% da população economicamente ativa, enquanto que a Argentina e o Uruguai, principalmente este último, se converteram em importantes bases para “lavar” narcodólares.

Este setor burguês, ou melhor, uma parte dele, é o mais dinâmico das burguesias latino-americanas e em seu afã de defender sua fonte de lucros, acaba mantendo fortes tensões com o imperialismo norte-americano. Tanto é assim que já se começam a ouvir inflamados discursos antiimperialistas de notórios narcotraficantes, que inclusive buscam ganhar respaldo no movimento de massas. Sirva de exemplo o discurso de Carlos Lehder, fundador do cartel de Medellín, no processo do ex-presidente panamenho Manuel Antonio Noriega: “*Nosotros, pueblos pobres de América Latina, hemos sido explotados durante años por el imperialismo yanqui. Pero nuestra venganza está llegando: señor juez William Hoeveler, la cocaína es nuestra venganza, es la bomba atómica de América Latina*”²⁵.

Este tipo de postura desses setores burgueses nos coloca uma pergunta: surgirão novos e poderosos movimentos nacionalistas burgueses como os da década de 30 e 40? Em nossa opinião, isso é praticamente impossível. Não porque se trate de narcotraficantes – já afirmamos que são os setores mais dinâmicos da burguesia – mas justamente porque se trata de setores burgueses.

A burguesia, em função de seus interesses de classe, deu inúmeras mostras de sua covardia e servilismo para enfrentar o imperialismo. Se nas décadas de 30 e 40 ela pôde jogar um papel mais destacado foi porque nesse momento existiam economias relativamente independentes e só se tratava de resistir às tentativas expansionistas do imperialismo. Por outro lado, as economias desses mesmos países, nesses anos, eram relativamente fortes, o que permitiu a esses movimentos nacionalistas, desde os governos, fazer importantes concessões ao movimento de massas para, dessa forma, ganhar seu apoio e chantagear o imperialismo. No entanto, mesmo assim foram incapazes de opor uma resistência

conseqüente. Bastaria ver qual foi o destino dos mais autênticos representantes desses movimentos nacionalistas burgueses. Todos eles (o peronismo, na Argentina, o PRI, no México, o APRA, no Peru ou o MNR, na Bolívia) acabaram se convertendo em agentes colonizadores.

Hoje em dia, a realidade é completamente diferente. Por isso, há poucas possibilidades de que surjam movimentos nacionalistas burgueses importantes. O que existe agora são economias destroçadas pela colonização imperialista. Por isso, já não se trata de resistir à penetração imperialista, mas de expulsar o imperialismo do continente, e nenhum setor burguês está disposto a dar essa batalha. Nesse sentido, o futuro da burguesia ligada ao narcotráfico é o mesmo de todos os outros setores burgueses: primeiro, vão resistir e depois, os que sobreviverem se transformarão em sócios menores do imperialismo para, no final, acabar transformando-se em seus gerentes.

O rumo da América Latina parece inexorável. Nenhum setor burguês vai impedir que a maioria dos países latino-americanos se transforme em colônias dos EUA e das principais potências européias. A tarefa de liberar o continente fica, assim, nas mãos dos explorados da cidade e do campo. Esta não é uma perspectiva inédita. Foi o que ocorreu, no final da Segunda Guerra Mundial, em inúmeros países (China, Cuba, Vietnã).

As massas latino-americanas dão mostras de que estão dispostas a começar a assumir essa tarefa. Um rastilho de explosões, de diversos tipos, percorre a maioria dos países do continente. O imperialismo é consciente dessa realidade. O Plano Colômbia não busca só enfrentar a guerrilha e os narcotraficantes. É também preventivo. O imperialismo sabe que os confrontos atuais podem produzir situações incontrolláveis e se prepara para isso. As massas agem. Confrontos ainda mais violentos são inevitáveis e eles nos colocam, no próximo período, diante de uma disjuntiva de ferro: revolução ou colônia. 

PLANO COLÔMBIA: ABC DE UMA TRAGÉDIA

GULLERMO NAVARRO JIMÉNEZ

Economista e membro do Parlamento dos Povos de Pichincha (Equador)

Ao POVO da Colômbia, a quem o capital impôs a tragédia da guerra para, em seguida, depois de triunfar, impor-lhe a tragédia neoliberal.

O Plano Colômbia, ironicamente denominado “plano para a paz”, é um plano de guerra generalizada não só contra o povo colombiano, mas contra todos os povos da América Latina e do Caribe, principalmente dos países limítrofes com Colômbia: Equador, Peru, Brasil, Venezuela e Panamá.

A mostra de que a agressão imperial abarca o total dos países latino-americanos e do Caribe é, por exemplo, o acordo assinado pelo governo de la Haya para a concessão do uso dos aeroportos ou bases pelas forças militares dos Estados Unidos em Aruba, ou os esforços que fazem para que El Salvador some forças, como se denunciou publicamente.

O denominado Plano Colômbia é, de outro ponto de vista, impulsionado com o alibi de erradicar o narcotráfico, o que não passa de uma manobra diversionista em relação ao seu objetivo fundamental: a pretensão de acabar com as forças beligerantes das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) e o ELN (Ejército de Liberación Nacional), dois dos últimos núcleos revolucionários armados que atualmente atuam no mundo.

Esclarecidos os objetivos bélicos do Plano Colômbia, é preciso também assinalar que ele inaugura uma nova etapa na estratégia política norte-americana para os exércitos da América Latina: a de convertê-los na OTAN do continente, agrupá-los em uma força unitária a ser utilizada para sufocar qualquer insurreição armada revolucionária – como é o caso da Colômbia –, para depor qualquer governo que não se submeta às ordens do império ou para fortalecer as forças consideradas amigas, como no Kosovo. Tudo isso, claro, com o apoio, a anuência ou a antipatia das Nações Unidas ou da OEA, de acordo com o interesse norte-americano.

No campo econômico, é preciso alertar sobre as relações do Plano Colômbia com a implementação efetiva do neoliberalismo e dos interesses concretos de empresas transnacionais norte-americanas na Colômbia.

Plano Colômbia, plano de guerra

De acordo com as estimativas do governo de Bogotá, o custo total do Plano Colômbia é de aproximadamente 7.500 milhões de dólares, a serem gastos durante cinco anos. Desse total, a Colômbia entraria com 4.000 milhões de dólares. Os outros 3.500 milhões viriam dos Estados Unidos, que já comprometeu 1.600 milhões; a União Européia entraria com 1.000 milhão e diversos organismos financeiros com 900.

O Plano Colômbia foi apresentado no dia 20 de outubro de 1999, na 106ª sessão do Comitê de Relações Exteriores do Congresso norte-americano, pelos senadores Dewine, Garsley e Coverdell, sob a denominação Aliança Act, projeto mediante o qual o governo colombiano solicita uma ajuda adicional de US\$1.500 milhões que seriam destinados a: US\$740 milhões para os militares colombianos; US\$250 milhões para a polícia e a armada; US\$410 milhões para medidas de segurança regional em países vizinhos, dos quais: US\$325 milhões para gastos adicionais de agências dos Estados Unidos e US\$85 milhões para melhoria dos programas no Peru, Bolívia, Equador e Panamá; US\$100 milhões para apoiar a aplicação da lei, os direitos humanos e a paz.

A esse valores, na linha do mesmo projeto, se agregariam US\$180 milhões para o desenvolvimento de alternativas econômicas nas zonas de cultivos ilícitos, soma da qual US\$50 milhões se destinam à Colômbia, US\$90 milhões à Bolívia e US\$40 milhões ao Peru¹.

Cifras mais que eloqüentes, irrefutáveis, para demonstrar o verdadeiro, o trágico objetivo do Plano Colômbia: a guerra, já que não é possível concluir o contrário quando US\$1.400 milhões de um total de US\$1.500 milhões, isto é, 93,3% destina-se à guerra e somente US\$100 milhões, o equivalente a 6,6% se orientam para a paz. Quem, em sã consciência, pode afirmar o contrário? Só o servilismo dos governos latino-americanos diante dos desígnios de Washington, e a insolência que lhes é própria lhes permite adjudicar ao Plano Colômbia um propósito de paz e prosperidade, como reza seu título. Como se a paz e a prosperidade se pudesse erigir sobre os

cadáveres dos colombianos e latino-americanos!

A nova estratégia imperial para os exércitos da América Latina e do Caribe

No marco das ações militares previstas no Plano Colômbia, o envolvimento no conflito das forças militares dos países vizinhos está previsto de forma explícita. O capítulo V, ironicamente denominado *O processo de paz*, estabelece, no subtítulo “O papel da comunidade internacional”: “*No campo das relações bilaterais, a colaboração militar e policial é vital*”, agregando mais adiante que: “*Nessa área, traria maior benefício a coordenação de operações militares e de polícia, e a melhoria da segurança fronteiriça e o apoio de equipes e tecnologia*”.

A participação coordenada inscreve-se na estratégia mundial atualmente em marcha, que supera as estratégias traçadas pelos EUA para a “defesa hemisférica” indicada às FF.AA. em anos anteriores, e ao conceito de segurança interna que fazia parte do projeto de Kennedy para converter os exércitos da América Latina em forças de segurança que controlassem seu próprio povo mediante a violência e a repressão. Essa é uma estratégia que pretende “*criar uma instância multinacional que possa intervir, se for o caso, naqueles países do continente onde a democracia esteja em perigo*”, como propôs a Missão dos Estados Unidos em 8 de junho de 1999, quando terminou a Assembléia Geral da OEA. A proposta teve como causa uma alardeada possível expansão do narcotráfico. Apesar de seu estudo ter sido postergado até junho de 2000, e sobre a qual não se conhecer uma posição definitiva, a proposta inclui um novo elemento, uma nova base sobre a qual atuaria essa força multinacional, a “*democracia em perigo*”, o que esclarece e reafirma nossas avaliações sobre a intenção dos Estados Unidos de criar no continente americano uma espécie de OTAN que justamente intervenha quando em um país, seja qual for, se criem condições que não satisfaçam a compreensão que o império tenha sobre o que é “democrático”, que não é outra senão os in-

teresses de suas empresas nesse processo de recolonização conceituado eufemisticamente como *globalização*.

Na perspectiva de conformação da denominada – na linguagem diplomático de Washington – “instância multinacional”, que melhor seria se fosse denominada “Forças Operativas Conjuntas dos Exércitos da América Latina”, e da conjugação desta com o conceito e o uso que o império faz atualmente do conceito de “democracia”, é possível adiantar os próximos objetivos se a estratégia estabelecida triunfa na Colômbia. Em primeiro lugar, a Venezuela do Coronel Chávez, em relação a quem já se iniciou uma ampla campanha de desinformação e acusação sobre incapacidade e intolerância – falta de sentido “democrático” – , ao que se soma a atitude assumida por ele a respeito da Cuba socialista e do Iraque, e o papel que vem cumprindo para fortalecer a Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP) e, conseqüentemente, por manter altos os preços do petróleo. Isso gerou diversos problemas nos países desenvolvidos, cujas circunstâncias são detalhadas constantemente na mídia, com sentido negativo, claro, o que permite presumir a existência de pelo menos uma posição contrária, o que chegou inclusive a refletir-se no alinhamento que os canais internacionais de TV assumiram a favor de Arias durante o processo eleitoral.

Os exercícios conjuntos dos exércitos latino-americanos no marco de Unitas anunciam o início da preparação de ações coordenadas, conjuntas, como a que é proposta pelo Plano Colômbia, cujo processo inegavelmente se iniciou, como comprova o cerco estendido na fronteira colombiana, na data em que este trabalho é escrito (outubro de 2000) pelos exércitos do Equador, Peru e Brasil, com o argumento de que é necessário impedir uma suposta invasão por parte da guerrilha colombiana aos territórios nacionais, quando na verdade trata-se de atuar como força de contenção desde a retaguarda das FARC; apoiar a ação militar do exército colombiano mediante o corte da retaguarda, que poderia ser utilizada em uma eventual retirada forçada das FARC; impedir a logística das FARC e do ELN, através das fronteiras comuns; proporcionar informação de inteligência sobre os movimentos nas zonas fronteiriças; e, chegado o momento e como prevê, por exemplo, o “Plano Cobra”, do Brasil, intervir diretamente no conflito. Com efeito, o “Plano Cobra” contempla a intervenção direta das forças armadas brasileiras, prevista para dentro de dois anos, como informa a imprensa internacional, e a cessão da base de Alcântara; o “Plano Equador” e os convênios assinados pelo governo do Reino dos Países Baixos, em 13 de abril de 1999, mediante o qual se facilita: “o acesso tanto terrestre como aéreo e o uso de certos aeroportos por pessoal das Forças Armadas e pessoal governamental civil dos Estados Unidos da América”², e pelo governo do Equador, em 11 de abril de 1999, sobre a base do qual concorda em: “Permitir a pessoal dos Estados Unidos, seus dependentes, e as entidades COA, o acesso e uso da Base da Força Aérea Equatoriana em Manta, assim como o Porto de Manta e instalações relacionadas com a Base ou em suas cercanias”.

¹ As cifras e seu destino foram extraídas do artigo de Lauber, Cristhian: “El precio que pagamos por ser una potencia mundial”, de novembro de 1999, publicado na Revista *Desde Abajo*, Suplemento Especial, Bogotá Colômbia, novembro de 1999, p. 38.

² Anexo N° 1

³ Comitê Permanente de Derechos Humanos de Colombia: “Carta al Presidente Pastrana solicitando que suspenda el uso de herbicidas y otros agentes biológicos para la erradicación de cultivos”, Bogotá, Colômbia, 2 de outubro de 2000.

A agressão à Amazônia

A transferência dos cultivos de coca para a Amazônia colombiana, especialmente para a zona do Putumayo, segundo os defensores do Plano Colômbia, deveria justificar o uso não só de herbicidas, como ocorreu em décadas antepassadas, mas também a propagação de pragas para iniciar o chamado “controle biológico”, para o qual se utilizaria o fungo denominado *Fusarium Oxysporum*. Como se sabe, esse fungo foi obtido em laboratório durante a guerra fria, adquiriu a categoria de arma biológica e esteve em poder dos Estados Unidos e da União Soviética, de acordo com ambientalistas norte-americanos e europeus.

O *Fusarium Oxysporum*, segundo Lucía Gallardo, representante da fundação Acción Ecológica del Ecuador, é mutante, se dispersa de um lugar para outro, adotando formas e tamanhos necessários para seu transporte e uso. É um dos mais daninhos que existem, provocando o ressecamento das folhas das plantas, a imediata putrefação das frutas e a conseqüente morte do vegetal, qualquer que seja, que receba o fungo transgênico. O fungo vive no solo de 20 a 40 anos, resistindo a qualquer substância química com que se queira combatê-lo. Por sua longa duração, este fungo pode ser transportado na roupa das pessoas infectadas e, por essa via, propagar sua contaminação. Esta propagação seria imediata devido a seu fácil transporte.

Apesar da ineficácia demonstrada pelos métodos de fumigação, o fungo seria usado de forma indiscriminada, como afirma o Comitê Permanente de Direitos Humanos da Colômbia em carta ao Presidente Pastrana:

“A Colômbia, como produtor de coca e amapola, fez uma fumigação intensiva mediante aspersão aérea com o herbicida glifosato desde 1992 (...). Ao mesmo tempo, e violando disposições sobre segurança ambiental e normas sobre uso de herbicidas, o país foi laboratório para experimentar outros produtos químicos, como o Paraquat, o Triclopyr (1985) e granulados, como o Tebutiuron (1986) e o Imazapyr (1998)”; *“Apesar de fazer uma fumigação de coca e amapola entre 1992 e 1999 que ultrapassa o equivalente a 200.000 hecta-*

res, isto é, de haver fumigado mais de dois milhões e meio de litros de glifosato, a Colômbia é hoje o primeiro produtor mundial de coca e mantém uma importante área de produção de amapola para processar heroína””.

Na Colômbia, diante das denúncias dos experimentos em território equatoriano, solicitadamente o Ministério do Meio Ambiente afirmou que foram realizados porque supostamente o governo: *“tinha recusado taxativa e oficialmente um pedido das Nações Unidas para que os experimentos se realizassem em seu território”*, como afirmava a declaração emitida pelo Ministério do Meio Ambiente ao jornal *El Nuevo Herald*, assegurando também que:

“O Governo da Colômbia, depois de consultas com experts nacionais no tema, NÃO (sic) aceitou a proposta feita pelo Programa Internacional de Drogas das Nações Unidas para fazer testes com o fungo da espécie Fusarium oxysporum, por considerar que qualquer agente externo aos ecossistemas nativos de nosso país poderia apresentar graves riscos ao meio ambiente e à saúde humana”, detalhando mais adiante que, por isso: “incentivou a investigação sobre possíveis controles biológicos a partir da fauna e da flora nativas, com o que se garante que no exista nenhum tipo de risco para o meio ambiente e a saúde humana””.

No entanto, em 6 de julho passado, o jornal *The New York Times* revelou que o governo da Colômbia aceitou, *“sob pressão dos Estados Unidos, testar a eficácia do fungo Fusarium Oxysporum”*, destacando que o governo de Andrés Pastrana aceitou o teste “a contragosto”, nas vésperas da assinatura, por Bill Clinton, da ajuda de US\$1.300 milhões ao Plano Colômbia. De acordo com o *The New York Times*, senadores republicanos disseram ao governo de Pastrana que somente aprovariam a ajuda se aceitasse testar o herbicida”⁴, diante do que, o ministro colombiano do Meio Ambiente, Juan Mayr, teria declarado: *“O que queremos é um programa de investigação, e nada mais que de investigação, sobre o uso de controles biológicos contra esse tipo de plantação”*”.

Há evidência do início as fumigações com o *Fusarium Oxysporum*, apesar de entidades equatorianas de prestígio, como a Acción Ecológica, Ecociencia e a Fundación Natura, te-

rem denunciado que não só a planta de coca morreria com o fungo, mas também as plantações que fossem contaminadas, e as que correm maior perigo são banana, café, cacau, batata, baunilha, girassol, aspargos, cravos, palma africana, milho, feijão, borracha, noz, tabaco, bosques, entre outros. Além disso, o fungo pode se manter vivo nos produtos mencionados durante o consumo humano. Diante da denúncia de que esse “*Será um atentado contra os direitos humanos devido às novas transferências forçadas massivas de população e dos efeitos tóxicos que as campanhas de fumigação nas zonas de narcocultura acarretarão sobre as pessoas e o meio ambiente*”⁵, o governo colombiano recorreu ao subterfúgio de tratar de mascarar seu acordo com um suposto afã investigativo, enquanto que o governo equatoriano, em franca retirada, guardava silêncio total.

A irresponsabilidade e cumplicidade demonstrada pelos governos colombiano e equatoriano ficaram claras, tendo-se já evidências sobre os efeitos causados principalmente sobre a população infantil, como comprovam os testemunhos publicados pela imprensa equatoriana. Com efeito, os jornais de circulação nacional cuja afinidade política com o poder e a direita equatoriana é inegável e inevitável, denunciam, cada vez com mais frequência, o início dessas ações e os efeitos sobre a população equatoriana fronteiriça, como comprova o seguinte testemunho tomado no povoado de Mataje: “*Há um mês, o centro de saúde construído com fundos do Banco Mundial registrou um grande movimento depois da primeira fumigação das plantações de coca em território colombiano. Olhos vermelhos, coceira e irritação, ânsia de vômito e diarreia, foram os sintomas*”, afirmou a enfermeira María Cevallos. “*Depois de 4 dias a epidemia desapareceu e, ao que tudo indica, não voltaram a fumar, por isso não se repetiu*”. Ela acrescenta que: “*No dia 22 de setembro ocorreu o envenenamento da água que provocou a morte de peixes e outras espécies à altura da ponte de Molina, antes de chegar a Mataje. Isso pode ter atingido a população que, ao não ter água potável, é obrigada a consumir água do rio. Felizmente, se detectou a tempo*”, disse Cevallos⁶.

Agressão à população das zonas fronteiriças

A agressão às populações fronteiriças ocorre, em primeiro lugar, com as fumigações com fungos e substâncias químicas, cuja origem é desconhecida até mesmo para experts na matéria, como já se mencionou. E, também, pela presença dos paramilitares colombianos, que praticam extorsões e seqüestros de cidadãos equatorianos ou colombianos residentes na zona, uma prática habitual já institucionalizada na província de Sucumbios e em cidades próximas à fronteira⁷, seqüestros que, às vezes, atingem também os trabalhadores estrangeiros.

Afetará também a população fronteiriça do Equador a instauração de mecanismos repressivos, com o pretexto de estabelecer formas de controle para evitar supostas infiltrações das FARC, cuja ação contra os direitos humanos da população civil já se manifesta no desaparecimento de cinco membros de uma família em Lago Agrío, que, segundo denunciam seus familiares, foram retirados de suas casas por pessoal militar, além de outros abusos

⁴ Nueva Radio Intercontinental: “Estados Unidos arroja hongo mortal en Ecuador”, 4 de setembro de 2000.

⁵ “Comunicado de las organizaciones francesas sobre la reunión con el director para América del Ministerio de Asuntos Exteriores Francés en relación con el Plan Colombia”, 14 de junho de 2000.

⁶ *El Comercio*, Quito, Ecuador, 22 de octubre del 2000, página A8.

⁷ Na cidade de Ibarra, é de conhecimento público que algumas famílias foram “boleteadas”, o que, no jargão delinqüencial colombiano significa que foram chantageadas. Resta comprovar se esses delitos assumem as mesmas características que na Colômbia, país onde o descumprimento da “boleteada” leva ao assassinato de quem resiste à extorsão.

e extorsões, grandes e pequenas, que quase sempre derivam dos sistemas de controle.

A população equatoriana das zonas fronteiriças também se verá afetada pela presença massiva de refugiados, para os quais não se dispõe de meios de subsistência suficientes, como afirma a seguinte denúncia:

“A evolução do fenômeno migratório ultrapassou as previsões do governo. Apesar de a imprensa e os setores de opinião terem alertado, desde o final de junho, sobre as repercussões do Plano (Colômbia, N.A.) para o país, quatro meses depois o governo não concretizou nenhuma das promessas que fez, por intermédio do ministro Heinz Moeller, para a entrega de 40 milhões de dólares ao Plano de Contingência da zona norte”⁸.

Essa situação inevitavelmente acarretará um deterioro nas condições de vida e de abastecimento do conjunto da população equatoriana e colombiana, agravado pelas já miseráveis condições atuais dos serviços básicos.

A esse sem-número de refugiados se somará o já enorme exército de desempregados equatorianos, dados os escassos postos de trabalho que são criados na região, problema que tampouco poderá ser resolvido a nível nacional a curto ou médio prazo, tanto pela debilidade atual e no futuro imediato que se prevê para a economia equatoriana, como pelos problemas que enfrentará no futuro próximo como consequência do conflito em marcha. Esses problemas já são visíveis, por exemplo, no setor de turismo, como comprovam as declarações da Ministra de Turismo do Equador, ou a recomendação do governo norte-americano para que seus cidadãos desistam de viajar para o Equador como turistas, principalmente à zona norte-oriental. À falta de emprego na região fronteiriça deverão ser agregadas as dificuldades de adaptação da nova população e a insuficiência de infra-estrutura para atender os refugiados, elementos que seguramente levarão a um incremento da delinqüência.

A indicação do número de potenciais refugiados, sem dúvida, não tem outro interesse do que mapear o problema, sem que isso signifique de maneira alguma uma oposição à en-

trada desses contingentes de irmãos colombianos assolados pela tragédia da guerra. De maneira alguma! Pelo contrário. É nosso dever e de todos os nossos concidadãos fazer todos os esforços para reduzir os efeitos negativos que serão gerados pela emigração forçada, com atos de ampla solidariedade irrenunciável, como corresponde.

A isso se deve ressaltar, devido ao significado trágico que representa, o atentado que significa envolver jovens, pais, irmãos e filhos equatorianos em um conflito cujo único objetivo é a defesa dos interesses das empresas transnacionais e da burguesia colombiana, cujo destino pode ser inclusive a morte, já que a estratégia estabelecida pelo império é a de que o dinheiro para a guerra é posto pelos Estados Unidos, os mortos, pela América Latina. Este é o principal efeito negativo que devemos denunciar e combater, exigindo o regresso de nossos jovens, pais, irmãos e filhos a suas atividades habituais, que não têm nada a ver com os interesses do capital. Que voltem às suas atividades cotidianas!

Apoio ao desenvolvimento e manutenção das forças paramilitares

Não foi por acaso que em julho passado as denominadas AUC tenham dado respaldo público ao Plano Colômbia, como destacava o jornal *El Mundo*, da Espanha. “Os paramilitares colombianos apoiam o Plano contra a droga (...) As AUC aprovam as novas medidas contra o narcotráfico, apesar de controlarem a zona de maior produção de coca do mundo”, afirma a revista *Correo Internacional*, Nueva época, Número 83, de setembro de 2000⁹. No interior da sociedade colombiana se levantam vozes em clara defesa da participação das forças paramilitares no conflito colombiano, como demonstra a encoberta apologia do papel das mesmas feita pela direita colombiana, por meio de seu jornal mais representativo, o *El Tiempo*, de Bogotá. Em editorial assinado por Miguel Posada, do Centro de Análisis

Sociopolíticos, diz: “Na maioria dos conflitos mencionados (Omã, Malasia, Venezuela, Peru e muitos outros, N.A.) as organizações de autodefesa, legais e coordenadas pelas Forças Militares tiveram uma participação eficaz. Além disso, integraram-se a elas desertores da subversão”¹⁰. Essa afirmação só confirma o papel atribuído às forças paramilitares pelas Forças Armadas da Colômbia e a relação que mantêm com o exército colombiano, apesar de todos os esforços que fazem por desmenti-los, principalmente no seio das próprias forças armadas colombianas.

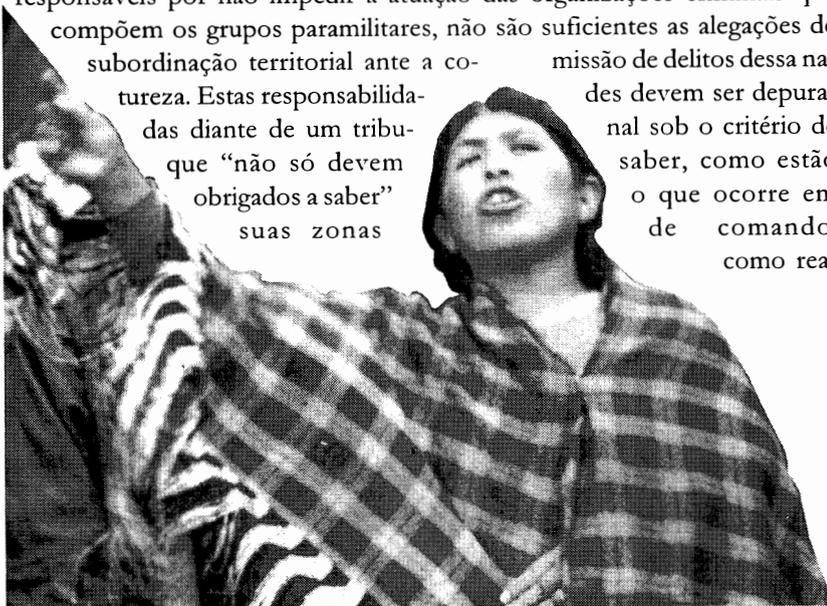
O exercício paramilitar na Colômbia se concretizou com a ajuda das forças especiais norte-americanas, que instruíram as Forças Armadas colombianas na formação de grupos paramilitares para cumprirem sua missão anticomunista. Uma dessas tarefas foi o assassinato de quase 5.000 membros da Unidad Patriótica, braço político aberto das FARC.

Ressalte-se que a repressão aos paramilitares é uma obrigação cujo descumprimento é condenado por normas internacionais, como comprova a seguinte fundamentação do Grupo Nizkor, de Bruxelas, diante da denúncia da Corporação CLÉBER.

“1. Segundo o Estatuto do Tribunal Internacional de Nuremberg e as sentenças posteriores reafirmadas pelo Tribunal *ad hoc* da ex-Yugoslavia, em julho de 1999, no caso TADIC, a responsabilidade dos comandantes militares e dirigentes civis que controlam a zona onde atuaram os paramilitares são responsáveis por não impedir a atuação dos paramilitares com as mesmas responsabilidades penais individuais que se tivessem dirigido as operações na zona de seu comando.

Os comandantes das zonas militares que são responsáveis na cadeia de comando da qual dependem os batalhões e os chefes dos batalhões são responsáveis por não impedir a atuação das organizações criminais que compõem os grupos paramilitares, não são suficientes as alegações de subordinação territorial ante a missão de delitos dessa natureza. Estas responsabilidades devem ser depuradas diante de um tribunal que “não só devem obrigados a saber” suas zonas

missões de delitos dessa natureza. Estas responsabilidades devem ser depuradas diante de um tribunal sob o critério de saber, como estão o que ocorre em de comando, como rea-



⁸ Jornal El Comercio, Quito, Equador, 22 de outubro de 2000, p.C1.

⁹ Ver: “Enfrentemos la ofensiva recolonizadora del imperialismo”, reprodução extraída da declaração publicada pelo Secretariado Internacional da LIT-CI em 10 de setembro de 2000, publicada na Revista *Correo Internacional*, n.83.

¹⁰ Posada, Miguel: “Reflexiones sobre el Proceso de paz con las FARC”, Centro de Análisis Sociopolíticos, jornal *El Tiempo*, Bogotá, Colômbia, janeiro de 1999.

firmou a sentença de 3 de março de 1999, no caso TIHOMIR BLASKIC, o Tribunal Penal Internacional da ex-Yugoslavia. Neste caso, o Batalhão Nariño, adscrito à segunda brigada, com sede de comando em Barranquilla, capital do departamento do Atlântico, na costa norte da Colômbia.

2. A atuação dos paramilitares na Colômbia envolve um padrão de instrumentação de operações militares encobertas que tornam responsáveis os corpos militares e o estado-maior do exército da Colômbia por crimes de guerra, seqüestros, desapareições forçadas e demais delitos constituídos na figura de crimes graves contra a humanidade. Estes delitos não prescrevem, nem são anistiáveis, como definiu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos nos informes que dizem respeito ao Batalhão Atlacatl, de El Salvador. O mesmo ocorreria se suas responsabilidades fossem medidas com os parâmetros utilizados pelos Tribunais Penais Internacionais e a doutrina atual sobre o Direito Internacional Humanitário.

3. Os paramilitares devem saber que, segundo os acordos de Genebra, os mercenários não terão direito ao status de combatentes ou de prisioneiros de guerra, e que, além disso, serão julgados por serem integrantes de uma organização.

4. É evidente que estão sendo utilizadas formas de extermínio de população civil que seguem perfis de modelos de análises e controle social com a utilização de técnicas de simulação por computador, que determinam as listas de pessoas que são “focos” de ativismo civil político, social e cultural, e que são: a) fichadas como alvo; b) ameaçadas como forma de determinação do alvo às unidades paramilitares; c) despejadas as áreas geográficas de atuação paramilitar em zonas rurais ou fixadas áreas de cobertura de segurança em zonas urbanas; d) outorgadas facilidades de comunicação e coordenação, e, finalmente, se determina o momento da execução.

Estos fatos são constitutivos da figura de organização criminal e planificação sistemática

de extermínio de população civil. Segundo a Comissão Colombiana de Juristas, durante 1998, de um total de 1.656 incidentes registrados, 81,8 por cento foram cometidos por paramilitares e pelas forças de segurança do Estado. Entre 1994 e 1998, dobraram o número de violações graves cometidas por paramilitares e militares.

5. O extermínio é um crime contra a humanidade e, portanto, deve ser punido de acordo com o Direito Internacional. O extermínio é reconhecido como crime contra a humanidade no artigo 6 (c) do Estatuto de Nuremberg; artigo II (1) (c) da Lei Núm. 10 do Conselho Aliado de Controle, órgão supremo dos aliados na Alemanha, ocupada depois da II GM; artigo 5 (c) do Estatuto de Tóquio e Princípio IV (c) dos Princípios de Nuremberg. Incluiu-se também nos estatutos dos tribunais penais internacionais para a Antiga Jugoslavia (artigo 5) e Ruanda (artigo 3), bem como no Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade [1954: artigo 2, párr. 11 e 1996: artigo 18 (b)].

Por isso, mesmo que as Forças Armadas da Colômbia não mantivessem relações com os paramilitares, é sua obrigação reprimi-las e não apoiá-las, como parece demonstrar sua recente intervenção nos combates no Putumayo, quando, frente à ofensiva iniciada pelos paramilitares, as FARC lançaram uma contra-ofensiva vitoriosa.

O Plano Colômbia e o modelo neoliberal

A Oficina Internacional de Derechos Humanos Acción Colombia, na síntese de seu Documento N° 6, intitulado “Plan Colombia: “Una Estrategia sin Solución”, de fevereiro de 2000, afirma que:

“No aspecto econômico, o Plano Colômbia envolve um plano de estabilização muito parecido aos de “Ajuste estrutural”, com graves conseqüências a curto prazo sobre as já difíceis condições de distribuição do ingresso e do emprego”.

“Se incrementa o endividamento externo, se privatiza para fazer assistencialismo, se socializam as perdas pretende explicar que os sacrifícios de hoje serão o crescimento e a melhor distribuição do ingresso amanhã. Ainda que isto fosse certo, é preciso dizer que a proposta econômica colocada não contribui, no curto e médio prazo, para a paz e a convivência social, mesmo que conseguisse um acordo entre os atores armados da guerra”.

Essa citação não expressa outra coisa que a intenção do governo da Colômbia de avançar na consolidação do modelo neoliberal, como igualmente assegura Sergio Ramírez quando diz que:

“Com o Plano Colômbia, o imperialismo norte-americano busca consolidar, por via da intervenção militar, uma política econômica neoliberal que permita impor, sem resistência, as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI), que significarão privatizações, desemprego, salários miseráveis e todo tipo de garantias às transnacionais para a exploração de seus recursos naturais e a inversão estrangeira. Por isso, esse plano representa um respaldo ao antidemocrático e repressivo Estado colombiano e ao governo Pastrana. Na tarefa de preservar e acrescentar seus privilégios de classe, a oligarquia colombiana é servil aos EUA. Está disposta não só a aprofundar a exploração e miséria do povo, como entregar todas as empresas, serviços e recursos naturais à voracidade insaciável dos grupos econômicos internacionais”¹¹.

A expansão recolonizadora

Um das razões de ser do Plano Colômbia, como se anuncia em sua introdução, é eliminar a *“desconfiança entre os investidores estrangeiros, fato que tem sido um dos maiores obstáculos em nosso caminho rumo a modernização. O investimento estrangeiro é um elemento essencial na geração de emprego e na obtenção de uma posição estável e próspera para a Colômbia em um mundo agora globalizado”*. Desconfiança essa gerada pela violência e o narcotráfico. Dessa citação vale destacar a importância que se outorga ao investimento estrangeiro para a modernização da Colômbia e a geração de empregos em um mundo globalizado.

A esse respeito, vale a pena ressaltar que, como bem disse Franz Hinkelammert:

“Depois do colapso do socialismo histórico (...) a sociedade burguesa necessitava uma palavra para designar seu domínio mundial efetivo e a profundização global desse domínio no futuro. A palavra ‘globalização’ foi escolhida como o portador ideológico de uma aspiração total. Mudo o dicionário do newspeech. Se antes ‘global’ era uma denúncia dirigida contra os críticos da sociedade burguesa, agora foi transformada em portador de uma dominação global. Com o enorme esforço dos meios de comunicação, a opinião pública reagiu como o cão de Pavlov. Hoje tudo tem que ser global”¹²

O alardeado processo de modernização no atual mundo global não significa outra coisa que um novo processo de colonização global, o qual se sustenta, precisamente, no investimento estrangeiro. Como consequência, não se pode deixar de afirmar que um dos propósitos do Plano Colômbia é o estabelecimento de melhores condições para o investimento estrangeiro, sob o disfarce de uma suposta modernização que, pela experiência da maioria dos países latino-americanos que utilizaram e aplicaram os mesmos prin-

¹¹ Ramírez, Sergio: “A derrotar la intervención militar en Colombia”

¹² Citado por Jurgen Schuldt em “Globalización, Mito y Realidad”, TRAMASOCIAL, ILDIS, FRIEDRICH EBERT, Quito, Equador, p. 9.

¹³ Ramírez, Sergio: “A derrotar la intervención armada en Colombia”.

cípios, não significa outra coisa que a privatização das empresas públicas, de todo tipo, a favor das grandes empresas multinacionais, principalmente norte-americanas. Em outros termos, o Plano Colômbia se propõe criar as melhores condições possíveis para privatizar o patrimônio colombiano.

Por isso, são totalmente corretas as ponderações de Sergio Ramírez a respeito dos interesses específicos que mantêm as empresas transnacionais na Colômbia, entre elas as norte-americanas, quando afirma que, mediante o Plano Colômbia, os *“EUA buscam criar as condições propícias para estabelecer uma zona comercial viável para o futuro. Nessa perspectiva, a companhia Occidental Petroleum (Oxy), dos Estados Unidos, está interessada em fazer inversões para explorar petróleo e gás natural no norte da Colômbia. A intervenção militar tornaria possível tal iniciativa de controle da principal riqueza dessa nação”*¹³.

Esses interesses específicos não são estranhos ao conhecimento do povo da Colômbia, se se reconhece a luta das forças populares em oposição ao processo privatizador que, no marco do processo neoliberal, o governo do Presidente Pastrana tenta viabilizar. Por isso, se pode afirmar que outro dos interesses específicos que se ocultam por trás do Plano Colômbia é a criação de condições de tranquilidade para que o Estado colombiano se consolide e possa exercer o poder em todo o território colombiano, especialmente na região amazônica, onde existem ricas reservas de petróleo e de metais preciosos, para entregá-las aos interesses estrangeiros, principalmente norte-americanos, como alerta Ramírez. A consolidação do Estado colombiano, acompanhada de um fortalecimento das forças armadas e da polícia, deveria igualmente dispor da força coercitiva suficiente para cumprir o programa privatizador exigido pelo império, já que, como o indicam as experiências feitas nesse campo na América Latina, são quase inviáveis sem uma forte *“manus militaris”* que o sustente. 

o mundo do trabalho


RICARDO ANTUNES

As transformações na classe trabalhadora..... **29**


ALEJANDRO ITURBE

Desemprego: traço estrutural do capitalismo **35**


DELWECK MATHEUS

Os desafios da reforma agrária no Brasil **43**


MANIFESTO

“Trabalhadores(as), de todo o mundo, uni-vos!” **47**



o mundo do trabalho

Nas últimas duas décadas, a nível da economia mundial ocorreram profundas mudanças que já foram analisadas por vários colaboradores, tanto no primeiro número de *Marxismo Vivo* como neste. Dentro dessa realidade, talvez o mais importante a ressaltar é que poucas vezes na história da humanidade as mudanças ocorridas na economia tiveram tantas e tão nefastas conseqüências para o conjunto dos trabalhadores e suas organizações, sejam estas sindicais ou políticas.

Estas mudanças ocorridas no mundo do trabalho estão sendo interpretadas de três maneiras diferentes. Alguns setores, apesar das evidências em contrário, só viram benefícios para os trabalhadores. Por outro lado estão aqueles que viram suas conseqüências nefastas mas as entenderam como um mal inevitável do capitalismo, e por fim, estão os que consideram (entre eles nos incluímos) que os trabalhadores, com suas lutas, não só podem resistir a estas mudanças, como podem fazê-las retroceder. Este é o enfoque dos diferentes trabalhos apresentados neste dossiê intitulado “O mundo do trabalho”

A propósito desse tema, realizou-se na cidade de Caraguatatuba (Brasil), entre os dias 27 e 28 de agosto, um importante Seminário Sindical Internacional, do qual participaram representantes de doze países.

Nesse Seminario foram abordadas diversas questões relacionadas ao mundo do trabalho e nos pareceu útil divulgar os principais temas abordados. Dessa forma, a maior parte deste dossiê está dedicada a reproduzir os temas tratados. Estamos reproduzindo a transcrição das palestras pronunciadas nesse encontro pelo Prof. Ricardo Antunes justamente sobre “As transformações na classe trabalhadora” e por Delweck Matheus, dirigente do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) sobre os desafios da luta pela reforma agrária no Brasil.

Junto com estes dois trabalhos, e como expressão dos esforços que estão sendo feitos para coordenar a luta contra o capital, reproduzimos as conclusões do Seminário expressas no “Manifesto” aprovado ao final do mesmo.

Por outro lado, em uma discussão sobre o **trabalho**, não podia estar ausente a outra cara do mesmo: o desemprego. Por isso, incluímos também neste dossiê uma colaboração vinda da Argentina, de autoria de Alejandro Iturbe, sobre esse tema que, sem dúvida, hoje em dia, é crucial para a classe operária desse país e do mundo. 

AS TRANSFORMAÇÕES NA CLASSE TRABALHADORA

RICARDO ANTUNES

Professor livre docente em Sociologia do Trabalho

“Nos últimos 25, 30 anos, o capitalismo e o mundo viveram transformações muito profundas, de grande envergadura, e que afetaram muito a classe trabalhadora, o movimento operário, os assalariados em geral, com repercussões fortes nos sindicatos e nos partidos de esquerda. Desde o início dos anos 70 que o sistema de produção capitalista vive um quadro, inicialmente uma tendência declinante das suas taxas de lucro, á qual se seguiu uma monumental reestruturação produtiva do capital, em escala global, de tal modo que os capitais pudessem 1) repor os seus níveis de acumulação capitalista, e daí uma enorme competitividade entre esses processos de recuperação ou de reorganização produtiva do capital e, por outro lado, esta reorganização produtiva do capital, que nasceu a partir dos anos 70, tinha um claro sentido de responder às lutas sociais do trabalho que ocorreram nos anos 68, 69 e 70. Esse primeiro movimento que ocorreu neste último quartel de século, por si só já tem uma dimensão muito importante, mas a ele se sucederam outros elementos que compõem um quadro difícil. 2) Em função desta crise estrutural do sistema de produção capitalista, especialmente a partir de 73, e no meu entender, como uma expressão dessa crise estrutural, os capitais tiram recursos do sistema de produção em retração e desencadeia-se um enorme processo de acumulação financeira, de tal modo que os últimos 30 anos marcam, o que muitos chamam de a era de avanço da acumulação na esfera financeira. No meu entender, esta autonomização financeira é expressão da crise estrutural da produção de capitais, mas ela veio para ficar. Os capitais especulativos, os capitais financeiros, os capitais mundiais estão aí e têm tido parte importante no processo de acumulação de capitais nos últimos 20 ou 30 anos.

Essa é uma crise estrutural do sistema de capital, que em geral a literatura de tipo social-democrata chama de crise do taylorismo e do fordismo. Paralelamente a isso, a partir de fim de 70 deu-se um enorme avanço político e ideológico de um ideário o mais nefasto que o capitalismo pôde apresentar que foi o ideário e a pragmática do neoliberalismo. Reagan, Margareth Thatcher e aos poucos os principais governos dos países capitalistas avançados e, na seqüência, os subordinados, como os da América Latina, entram nesta pragmática neoliberal, que tem um sentido claro: criar no plano jurídico, político, ideológico, as condições para a recomposição material e subjetiva do sistema de capital. Por isto que reestruturação produtiva do capital e neoliberalismo são as duas patas (de um mesmo corpo) da dominação do capital.

Transcrição da palestra feita no Seminário Sindical Internacional, em Caraguatatuba, São Paulo.

Com este avanço do ideário e da pragmática neoliberal, nos anos 80, a social-democracia abandona completamente o que ela ainda tinha de um traço reformista, e abraça a agenda neoliberal. As expressões mais caricatas da social-democracia moderna são o “Tory” Blair (Tory é o partido conservador inglês) e o Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil. Ele é um sociólogo que veio da Universidade de São Paulo e que gostava de ser chamado de “príncipe da sociologia” e hoje é um servil implementador do que mandam os capitais mundiais. À sua arrogância se combina o seu servilismo. Tanto ele quanto Tony Blair não eram neoliberais em sua origem, mas agora praticam o neoliberalismo, e é isso o que importa. Essa inflexão para a direita da social-democracia se fortaleceu no final dos anos 80 com o fim do Leste europeu. Quando a URSS desapareceu, e também os países não-capitalistas do Leste europeu enquanto tal, a mídia e os interesses dominantes saem propugnando a tese de que o socialismo tinha morrido. Nós poderíamos perguntar: mas como pode morrer um sistema que ainda não tinha efetivamente conseguido sequer nascer? Hoje é possível dizer, com razoável tranquilidade, que não é fácil e nem uma tese consensual a de que os países do Leste europeu foram de fato países socialistas. Entre a revolução socialista e o constituir-se de modo societal como uma sociedade de tipo socialista tem uma diferença muito grande.

Esses quatro ou cinco elementos que citei – reestruturação produtiva, neoliberalismo, influxo para a direita da social-democracia, fim do Leste europeu – afetaram fortemente a classe trabalhadora, os sindicatos e os partidos de esquerda, no mundo todo.

A reestruturação produtiva

Esta reestruturação produtiva do capital, que nasce a partir de 73, 74, teve um caráter global ainda que desigual no seu desenho. A partir do momento em que o sistema de produção capitalista do Ocidente começa a dar sinais de de-

créscimo, no momento em que a crise do Welfare State, a crise do sistema de regulação social-democrático se consolida, fim dos anos 60, início dos 70, no momento em que o estado de tipo keynesiano, intervencionista entra em crise também nesse período, são duas manifestações desta crise, o sistema capitalista em escala mundial ensaia experimentos diferenciados de seu sistema produtivo.

A reestruturação produtiva chegou ao Brasil de forma mais pesada a partir dos anos 90, ainda que seus primeiros experimentos datem da década de 80. Resultado: devido ao processo de mudanças, surgiu toda uma literatura, no meu entender equivocada, que, grosso modo, defende a tese de que a classe trabalhadora está desaparecendo, o capital não mais precisa dela.

O mais sofisticado e também mais equivocado de todos esses autores, Habermas, diz que a ciência substitui o trabalho, que a teoria do valor trabalho não tem mais vigência e essas teses, que não cabe aqui desenvolver, têm uma consequência política muito forte. Se a classe trabalhadora não tem papel relevante no processo de produção, se ela não é mais o ser social que cria a riqueza, segundo esses autores, ela não tem mais força política e social capaz de mudar o mundo.

Restaria, segundo esses autores, uma série de movimentos singulares – movimentos ecologistas, feministas, movimentos dos negros, dos índios, vários movimentos importantes mas que não teriam mais um sentido universalizante, seriam movimentos singulares. Não é à toa que a versão mais jocosa, mais grotesca dessa tese é a do Fukuyama, de que o capitalismo é o fim da história. Enquanto o Fukuyama diz isso, grande parte da esquerda pratica isso. Grande parte da esquerda dos anos 80 e 90 vem tentando salvar e humanizar o sistema do capital. Na época em que ele assume o seu sentido mais agudamente destrutivo – porque essa reestruturação produtiva do capital, em escala mundial, assume formas de dominação política e ideológica dadas pelo neoliberalismo, acentuaram e muito os traços destrutivos do capital.

Não é que os capitais não mais necessitem trabalho, nós não podemos dizer que o trabalho está acabando. Nem mesmo quando olho para a Alemanha, para a Inglaterra, para a França, ou para a Itália, eu não posso dizer que nesses países o capital não mais necessita do trabalho. O equívoco maior desses autores é não olhar para o sistema global de produção. Como dizer que o trabalho está acabando se eu não olho para a China, para a América Latina, essa nova divisão internacional do trabalho, nas áreas dotadas de mais trabalho intensivo?

O que o sistema toyotista nos ensinou é que o segredo da Toyota não é criar a automação toyotista. Imagine uma fábrica sem trabalhadores. A Toyota realiza um processo de automatização e avanço das suas plantas com **intensa exploração** da classe trabalhadora. Satoshi Kamata fez um depoimento crítico dos anos 70 e nos ensinou que o primeiro segredo da Toyota foi de cada três trabalhadores mostrar que um era supérfluo, à lógica e à luz do sistema de intensificação do processo de trabalho. O sistema produtivo de capitais, que se reestrutura a partir dos anos 70, é marcado por um processo onde primeiro, o trabalho não desapareceu, mas se torna mais heterogêneo, mais complexificado, mais fragmentado.

Há um monumental processo de individualização do trabalho e de responsabilização do trabalhador dentro das fábricas. O capital fragmenta, fratura o coletivo do trabalho. Tenta individualizá-lo e tenta responsabilizá-lo. Como procurei mostrar em meu livro *Adens ao Trabalho?*, o sistema toyotista tenta converter o trabalhador e a trabalhadora num déspota de si próprio. Ele/ela é o déspota de si próprio. Ele/ela deve, segundo a lógica toyotista, autocontrolar-se, autopunir-se. Vocês se lembram que o sistema Toyota deu um salto depois de um ciclo de greves importantes em 51, 52, 53, quando se quebrou o que havia de resistência sindical. Esses novos processos de reestruturação capitalista quer um sindicato dócil, quer um sindicato parceiro, quer um sindicato que colabore, de modo que a competitividade das empresas, sua produtividade, o atendimento às “necessidades” do consumidor se realizem.

Então, não é que o sistema de capital não necessite mais do trabalho produtivo. Ao contrário. Eu uso, no meu livro *Os Sentidos do Trabalho*, uma idéia: o capital não pode eliminar o **poder constituinte do trabalho vivo em interação com o poder constituído do trabalho morto**, os maquinários, os equipamentos, o capital. Não pode eliminar essa interação: o trabalho vivo, que tem uma potência constituinte, e a potência constituída do trabalho morto. Só que os capitais reduzem ao máximo o número de trabalhadores vivos – é uma tendência do capital a redução do trabalho vivo – aumenta o maquinário tecno-científico, intensifica a exploração do trabalho e, como é a regra da empresa que produz heterogeneamente, é preciso, com a classe trabalhadora, que seja intensamente explorada pelos capitais pois essa classe trabalhadora é vista como se fosse supérflua e descartável pelos capitais; há um monumental exército de reserva a escala global que precariza os que ficam; a Toyota também nos ensinou que o segredo do capital é reduzir o mais possível o número de trabalhadores

estáveis, de modo que sejam muito pequenos os contingentes de trabalho estável e um aumento monumental do trabalho terceirizado, externalizado, precarizado. De tal modo que hoje, no Japão, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Brasil, na Argentina ou onde quer que se olhe é crescente o número de trabalhadores e trabalhadoras precarizados, terceirizados, sem direitos, em completa disponibilidade do capital e ainda mais, tratados pelo capital como supérfluos e descartáveis, como se fosse uma seringa que, quando bem usada, deve ser usada uma vez só e jogada fora. O capital converteu a classe trabalhadora a escala mundial em uma seringa, só que com uma diferença: ele usa intensamente essa seringa enquanto pode.

Resultado: o sistema de capital em escala global desencadeou um processo que, no limite, é destrutivo e incontrolável. Da menor empresa capitalista à mais forte transnacional, como a Microsoft, General Motors, Coca Cola, MacDonald's, a Ford, a Toyota, qualquer uma dessas, têm um *modus operandi*, uma forma de atuar, de produzir, que é comum a todas, as pequenas e as grandes empresas capitalistas: produzir mais, aumentar a sua produtividade ao limite, reduzindo também ao limite a classe trabalhadora. E quem fica, fica sob condição precarizada. E, para isso, um sindicato classista atrapalha. Essa é a lógica das empresas.

Olhando o mundo global, se cada pequena, média ou grande empresa tem esta lógica como necessidade de funcionar, a contenção é decisiva para o capital hoje. Quanto mais enxuta, quanto mais competitiva, quanto mais produtiva é a empresa, mais monumental é a irracionalidade societal. Por isso hoje, um bilhão e duzentos milhões de homens e mulheres que trabalham estão desempregados ou precarizados, terceirizados, realizando trabalho parcial, part time, temporário.

Os trabalhadores hoje são os escravos modernos do mundo: perambulam à cata de um trabalho parcial. É a classe trabalhadora supérflua; numa sociedade promotora do supérfluo e do descartável, uma parte da classe trabalhadora se tornou supérflua para o capi-

tal. Se precariza e é intensificada a sua exploração no limite. E quem trabalha hoje numa empresa, tem medo do desemprego. Trabalha sob stressamento. É o stress do trabalho. Sabe que está sendo individualizado e responsabilizado pela produção. Ou faz direito, ou está fora. Sabe que não deve fazer a luta sindical para ter seu emprego garantido, porque se fizer a luta sindical de confronto, é considerado um inimigo das empresas.

Esse é o quadro do mundo contemporâneo, o que torna o sistema de capital totalmente incontrolável, porque esse processo se desencadeia em escala mundial e cada vez mais o sistema desregula os seus reguladores. Podemos citar dois exemplos. A social-democracia sonhou que tinha civilizado o capital. E o capital incivilizou a social-democracia. O capital mostrou que a social-democracia desde os anos 90 até o ano 2000 tem de se tornar mais neoliberal que qualquer outra coisa. E mais do que isso. Mesmo os países pós-capitalistas do Leste europeu – URSS à frente, China hoje – mesmo esses países não conseguiram quebrar a lógica do capital. A China é exemplar. Eu não acho que a China seja um país capitalista, mas também não é, no meu entender, um país socialista. Está numa fase de transição. Nos séculos XV, XVI e XVII era muito difícil dizer se um país era feudal ou capitalista.

Mas o que quero ressaltar é que, ou o sistema de capital é destruído ou é incontrolável. Isso é muito importante porque, sobretudo na Europa (aqui também, mas sobretudo lá) nós temos de voltar à fase de regular o capital, talvez ele possa continuar regulado por mais algumas décadas, mas no final destas décadas o capital desregula o seu regulador. O desafio dos movimentos sociais – urbanos e rurais – movimentos sindicais, partidos de esquerda, hoje não é regular o capital, mas é quebrar o sistema de domínio do capital. O que é mais fácil do que fazer, eu reconheço. Mas nós estamos numa época em que poucos falam isso.

Segundo ponto: é um sistema acentuadamente destrutivo. Eu exponho no meu livro *O*

Sentidos do Trabalho que qualquer empresa, por menor que seja, fala em qualidade total. Mas como é possível que um produto tenha mais qualidade total se cada vez mais ele tem menor tempo de vida útil? O carro moderno tem um tempo de vida útil menor; o computador avançado tem um tempo de vida útil ainda mais reduzido; os eletrodomésticos, quanto mais modernos são, menos tempo de vida útil têm. Por que? Porque há uma lei fundamental do sistema de produção do capital hoje, que um marxista radicado na Inglaterra István Mészáros chama de lei da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias. Então, qualidade total é uma falácia completa. É uma falsificação, porque quanto mais qualidade os produtos têm, mais tempo de vida útil eles deveriam ter. Mas o capitalismo não pode fazer milagre. Essa é uma condição do sistema produtivo do capital. O resultado disso é evidente. Destruição da força humana em escala mundial, com um desemprego estrutural monumental, e destruição sem limite dos recursos ambientais, destruição da ecologia.

A luta socialista hoje tem de abraçar radicalmente a questão ecológica. Não há socialismo radical hoje sem que se entenda e sem que se incorpore a questão ecológica. E isso vale para o outro lado. O movimento ecologista hoje, se quiser ser sério, tem de ser radicalmente anticapitalista, o que cria um laço entre luta anticapitalista e luta ecológica. Esse é um desafio. Eu diria que é imprescindível para os marxistas, imprescindível para os socialistas e também para os ecologistas que não estão dispostos a fazer a luta ecológica dentro da ordem.

Se este é um sistema destrutivo no que compete ao sistema ambiental, à força de trabalho humana e aos valores da individualização, da responsabilização do trabalhador. Reformá-lo é um empreendimento difícil na sua execução e desprovido de sentido, porque é tentar reformar o que, no limite, é irreformável. A mídia pode nos dizer: vocês não têm alternativa. Mas nós também podemos olhar o reformismo e dizer: vocês estão numa encruzilhada pior do que a nossa. Eles estão há 15, 20 anos tentando reformar o sistema e nunca o sistema esteve tão destrutivo. Então, se é verdade que todos nós estamos numa situação difícil, uma coisa é muito evidente, se olharmos para os anos 80 e 90, a luta sindical de tipo participacionista, a luta sindical de tipo parceria, do tipo de conciliação, parece o submarino russo que encalhou, não fosse trágico o exemplo. Porque o reformismo chafurda na mesma intensidade com que se diz vitorioso.

O sistema de produção do capital em escala global é um sistema extraparlamentar. Se amanhã, a Câmara Municipal de São Paulo, a Assembléia Legislativa, a Câmara e o Senado, em Brasília, forem fechados, e também o Congresso norte-americano e o jocoso Parlamento inglês, nós vamos conseguir comprar Coca-Cola ou cigarro na esquina do mesmo jeito. Porque o sistema de domínio do capital não depende, para seu funcionamento, exclusivamente da esfera institucional. Ele nasce da materialidade do capitalismo e o seu âmbito institucional, parlamentar, não é irrelevante. Nos últimos anos, o eixo das lutas sindicais está canalizado para a luta institucional. Os partidos tradicionais e os sindicatos dominantes agem especialmente nessa esfera. Enquanto parte da esquerda majoritária luta na esfera institucional, o

sistema de capital não é institucional. Por que as lutas apresentam um dado novo nos anos 90? Porque ressurgiram movimentos sociais que estão confrontando o sistema de capital em sua base material. A vitalidade do MST no Brasil, no meu entender, é muito mais um movimento social e político do que um movimento institucional e eleitoral. A CUT nos anos 80 foi o mais importante movimento social e político do Brasil, pós-64.

Então, eu diria que o primeiro desafio é como os sindicatos podem voltar a ser movimentos sociais e políticos, não movimentos reivindicatórios ou institucionais, de confronto com o capital, e não de parceria ou negociação, como vem fazendo há mais ou menos 15 anos o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, um dos mais importantes do país.

Como fundir os movimentos sociais no Brasil, o MST, os movimentos sindicais urbanos mais radicais, partidos de esquerda, como articular pela base esses movimentos? Esse é o desafio. O sistema de capital é transnacional, é global. Há uma clara mundialização dos capitais. E enquanto o capital é solidário e coeso, no fundamental, no plano internacional, o movimento dos trabalhadores, quando é organizado, o faz em âmbito nacional. É evidente a contradição. Uma greve no Brasil pode ser vitoriosa ou derrotada em função do apoio dos trabalhadores na Alemanha, no México, nos Estados Unidos ou na Itália. Ocorre uma coisa pior: quando da I Guerra Mundial, entre 1914-15, o sistema capitalista era muito nacional, tanto que esses países desencadearam uma guerra mundial para ver qual nação mandava no mundo. Ao mesmo tempo, o movimento operário naqueles anos era muito internacional. Hoje, o movimento do capital é transnacional, e o movimento operário nacional. É fundamental voltar a ter uma internacionalização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais num sentido amplo, anticapitalista.

Outro desafio é ver como os sindicatos incorporam a mão-de-obra que está desempregada, ou os jovens, que não freqüentam

os sindicatos, ou o trabalho feminino, que é crescente no mundo da produção; e, finalmente, como é possível hoje fundir luta social, cotidiana, imediata, com uma luta por um projeto socialista, compatível com o século 21? Esses são alguns dos enormes desafios que temos pela frente.” 

DESEMPREGO: TRAÇO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

ALEJANDRO ITURBE

Professor e dirigente da FOS da Argentina

O desemprego é, sem dúvida, um dos problemas mais graves que os trabalhadores enfrentam em todo o mundo. Os economistas burgueses fazem intrincadas discussões entre si sobre a forma de resolver ou atenuar este problema. Mas sempre acabam, por uma ou outra via, aconselhando os trabalhadores a se “capacitarem”, como forma de competir em um mercado de trabalho cada vez mais difícil, e a aceitarem uma maior flexibilização trabalhista, o que impulsionaria maiores investimentos e a criação de empregos. O pior de tudo é que muitos quadros e teóricos de organizações de esquerda acabam aceitando essas premissas e transformando-se em correias de transmissão dessas propostas.

Mas depois de décadas de capacitação e flexibilização, o desemprego vem numa tendência de crescimento e o saldo neto da “globalização” tem sido um importante aumento do desemprego, a nível mundial, inclusive em períodos de crescimento econômico, independente de algumas idas e vindas.

Para entender o porquê disso, temos de retomar a análise básica do modo de produção capitalista feita por Marx em *O Capital*: o desemprego (que ele denomina *população operária sobrando* ou *exército industrial de reserva*) é, ao mesmo tempo, um produto e uma condição do processo de acumulação capitalista. Desta análise surge uma clara conclusão: o problema do desemprego só poderá ser resolvido estruturalmente com uma revolução operária e socialista. Conclusão que, por outro lado, foi demonstrada, por bem ou por mal, pelos baixos ou nulos índices de desemprego que tiveram, durante décadas, os chamados estados operários, e pelo impressionante salto em suas porcentagens depois da restauração do capitalismo no começo da década de 90.

Este trabalho também aborda, ainda que de modo mais secundário, o debate sobre se os desempregados fazem parte ou não da classe operária, que se trava atualmente entre as organizações sindicais e de esquerda.

A composição orgânica do capital

Em sua análise do sistema capitalista, Marx atribui grande importância

¹ Salvo indicação em contrário, todas as citações de *O Capital* foram extraídas da edição do **Fundo de Cultura Económica** (México, 1973). Por um problema de espaço, não desenvolvemos neste trabalho a **teoria marxista do valor-trabalho**, nem a análise do **processo de reprodução ampliada do capital** que são a base teórica do aqui exposto.

² Além desse “mecanismo natural”, o capitalismo buscou outras **alternativas** que lhe permitiram obter um resultado similar sem necessidade de diminuir o processo de acumulação. Um deles foi o de promover ou favorecer processos imigratórios para ter assim mão-de-obra adicional nos momentos de alto nível de emprego. Mais recentemente, também se deu a transferência de indústrias, ou partes delas a países com

ao tema do desemprego, ao qual dedica praticamente todo o capítulo XXIII do primeiro volume de *O Capital*:

“Estudaremos neste capítulo a influência que o incremento do capital exerce sobre o destino da classe operária. O fator mais importante, nesta investigação, é a composição do capital e as mudanças provocadas por ela no transcurso do processo de acumulação”^{pág. 51}.

Em sua análise, Marx ressalta que o investimento capitalista se divide em duas partes: c (capital constante, destinado à compra de maquinarias, tecnologia, matérias primas etc.) e v (capital variável, destinado ao pagamento de salários ou compra de força de trabalho). Ele denomina composição ou composição orgânica do capital a relação ou proporção em que se dá esta divisão. Por exemplo, se se dá em partes iguais, a composição orgânica será $1c/1v$; se se investe o dobro em c , a relação será $2/1$, e assim por diante. Quanto maior é a proporção de c em relação a v , se diz que *umenta a composição orgânica do capital*.

A própria dinâmica do processo de acumulação capitalista faz com que aumente o volume de capital investido em cada ciclo produtivo em relação ao anterior. Marx analisa que, se a composição do capital não varia, aumenta de maneira constante o número de operários ocupados:

“O incremento do capital leva consigo o incremento de sua parte variável, ou seja, da parte investida em força de trabalho. Uma parte da mais-valia investida tem, necessariamente, que voltar a converter-se em capital variável ou em fundo adicional de trabalho. Suponhamos que, não se alterando as demais circunstâncias, a composição do capital permanece invariável, é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos operários crescerão em proporção ao capital e com a mesma rapidez com que este aumente. A acumulação do capital supões, portanto, um aumento do proletariado.”^{pág.51}

Em seguida, Marx ressalta as conseqüências que este crescimento constante da demanda de força de trabalho tem sobre os salários:

“Nestas circunstâncias, como todos os anos entram no mercado de trabalho um número maior de operários que no ano anterior, chega forçosamente, mais cedo ou mais tarde, um momento em que as necessidades da acumulação começam a exceder a oferta normal de trabalho e, portanto, os salários sobem”^{pág. 518}.

Este tipo de processo ocorreu de fato durante períodos de grande expansão do capitalismo. O aumento de salários gera, ao mesmo tempo, uma redução na taxa de lucro, ou seja, a relação entre o lucro obtido e o capital investido. Esta situação dá lugar a duas alternativas. Na primeira, *“pode ocorrer que o preço do trabalho continue subindo, porque seu aumento não atrapalha os progressos de acumulação ... ainda que o lucro diminua, os capitais podem continuar crescendo, e crescer inclusive mais rapidamente que antes...”*. Ou seja, os capitalistas continuam investindo porque o volume global de lucros obtido compensa a redução percentual da taxa de lucro.

“O outro termo da alternativa é que a acumulação se amortiza ao subir o preço do trabalho ... A acumulação diminui. Mas, ao fazê-lo, desaparece a causa de sua diminuição, isto é, a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável. Ou seja, o próprio mecanismo do processo de produção capitalista se encarrega de vencer os obstáculos que ele mesmo cria. O preço do trabalho volta a cair ao nível que corresponde às necessidades de exploração do capital...”^{pág. 523}

Em outras palavras, a redução do investimento capitalista iniciaria um ciclo descendente da economia, um excedente de trabalhadores e, finalmente, uma queda dos salários e uma recuperação da taxa de lucro. Em resumo, na medida em que não varia a composição do capital, as crises são o “mecanismo próprio” do capitalismo para gerar desemprego transitório e assim baixar os salários e manter os lucros².

O aumento do capital variável e a “população operária sobrando”

Mas o processo de acumulação capitalista não se limita a reproduzir uma determinada relação c/v (ou seja, um certo nível de composi-

ção orgânica do capital) em uma escala maior. A concorrência entre os capitalistas os leva a buscar o barateamento das mercadorias. Isto se consegue obtendo *uma maior produtividade do trabalho*, ou seja, um volume maior de produto final obtido no mesmo tempo de trabalho.

Mas já vimos que, se a relação c/v permanece igual, as novas inversões geram pleno emprego e favorecem as condições da classe operária para lutar por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, o que determina que a produtividade possa inclusive cair. Este é um dos fatores que leva os capitalistas a investir de forma crescente em c . Ou seja, em tecnologia, novos e melhores equipamentos, métodos mais modernos de produção etc. Em outras palavras, a busca de que a maior produtividade seja alcançada, de algum modo, com certa autonomia da força de trabalho.

Isto provoca uma mudança quase que permanente na composição orgânica do capital.

“A acumulação do capital, que antes parecia uma dilatação quantitativa, se dá, como vimos, em uma constante mudança qualitativa de sua composição, fazendo com que aumente incessantemente o capital constante às custas do capital variável... Assim, ao progredir a acumulação, muda a relação entre c e v . Se originariamente era de 1/1, agora se converte em 2/1, 3/1, 4/1, 5/1, 7/1 e assim por diante.”^{pág. 532}

Estas mudanças na composição orgânica do capital fazem com que, ao contrário da análise anterior, agora o processo de acumulação não gere um aumento proporcional na demanda de trabalho, mas sim uma redução progressiva.

“Como a demanda de trabalho não depende do volume de capital total mas somente do capital variável, diminui progressivamente à medida em que aumenta o capital total, ao invés de crescer proporcionalmente em relação a este, como antes supunhamos”^{pág. 532}.

Em seguida Marx ressalta que, apesar do aumento do capital total supor também um crescimento do capital variável (e a demanda de força de trabalho que este representa), este ritmo de crescimento começa a ser menor que o da população operária e, portanto, surge um excedente ou sobranço de trabalhadores, que tende a ser maior quanto maior for o ritmo de acumulação capitalista.

“Este descenso relativo do capital variável, acelerado com o incremento do capital total e que tende a ser mais rápido que este, se revela, por outro lado, invertendo os termos, como um crescimento absoluto da população operária, mais rápido que o capital variável ou o dos meios de ocupação que este fornece... a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e a sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, quer dizer, uma população operária excedente ou sobranço”^{pág. 533}

Esta população operária sobranço é gerada por duas vias: a demissão de operários que antes tinham trabalho e a impossibilidade de conseguir traba-

níveis salariais mais baixos e com piores condições de trabalho, como é o caso das maquiladoras mexicanas e dos “tigres asiáticos”.

³ Pág. 532. Este mecanismo de desemprego fez com que, em primeira instância, os trabalhadores considerassem a tecnologia e as máquinas como suas inimigas. Por isso, um dos primeiros movimentos organizados pelos operários, na Inglaterra no século XVIII, foi o *luddismo* (piquetes destinados a destruir as novas máquinas instaladas nas fábricas), ao qual Marx se refere no *Manifesto Comunista*.

⁴ Marx demonstra que, ao aumentar a composição orgânica do capital, chega um ponto do processo de acumulação em que a taxa de lucro tende a baixar. Além de ser o fator desencadeador das crises capitalistas, esta tendência leva os burgueses a buscar mecanismos alternativos. O mais importante deles é o aumento da extração de mais-valia absoluta obtida com o aumento dos ritmos de trabalho ou diretamente por meio da redução salarial. Outro mecanismo estudado por Marx é a substituição dos

lho por uma parte dos novos contingentes de trabalhadores.

“Assim, por um lado, os novos capitais formados no transcurso da acumulação atraem um número cada vez menor de operários, em proporção a sua magnitude. Por outro, os antigos capitais ... vão repelindo um número cada vez maior de operários que antes tinham trabalho”³

É importante destacar que não se trata de uma situação de crise, mas de uma resultante do processo natural de acumulação capitalista. E como os novos capitais investidos são, em última instância, resultado do trabalho acumulado, é a própria classe operária, com seu trabalho, a que gera as condições para seu futuro desemprego:

“Portanto, ao produzir a acumulação de capital, a classe operária produz também, em proporções cada vez maiores, os meios para seu próprio excesso relativo. Esta é uma lei de população peculiar do sistema capitalista ...”^{pág. 534}

Em outras palavras, no capitalismo, para os trabalhadores, as épocas de vacas gordas são o prenúncio inevitável de uma época de vacas magras.

O exército industrial de reserva

Marx denomina essa população operária sobrando exército industrial de reserva. A analogia militar não é casual: trata-se de um contingente humano à disposição absoluta dos capitalistas, disponível para ser mobilizado quando necessitem. Por isso, sendo um produto do processo de acumulação, transforma-se em uma condição de seu desenvolvimento e expansão.

“Assim, se a existência de uma superpopulação operária é um produto necessário da acumulação capitalista, esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca dessa acumulação. Mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção. Constitui un exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absolu-

to como se se criasse e mantivesse às suas custas. Lhe brinda o material disposto sempre a ser explorado à medida em que assim o exijam suas necessidades variáveis de exploração...”^{pág. 535}

O capitalismo utiliza este exército industrial de reserva em dois sentidos. Em primeiro lugar, para pressionar sobre os salários, a jornada de trabalho e as condições de trabalho dos operários ativos, aumentando, com este mecanismo, sua produtividade e, ao mesmo tempo, as condições para o próprio aumento do setor desempregado.

“O excesso de trabalho dos operários ativos engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que a pressão que esta exerce sobre aqueles, pelo peso da concorrência, obriga os operários empregados a trabalhar ainda mais e a submeter-se às imposições do capital”^{pág.538}.

Em segundo lugar, como uma massa de força de trabalho potencial que, nos períodos de expansão (especialmente nos mais rápidos), amortizando assim os efeitos que esta súbita expansão da demanda de força de trabalho pode ter sobre o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, lhe permite satisfazer esta demanda adicional sem dismantelar a produção existente. Resumindo ambos os aspectos, Marx afirma:

“Durante os períodos de estancamento e prosperidade média, o exército industrial de reserva exerce pressão sobre o exército de operários ativos e durante as épocas de expansão e superprodução põe um freio em suas exigências. A superpopulação relativa é, portanto, o fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da procura. Graças a ela, o raio de ação desta lei se encerra dentro dos limites que convém em absoluto à ganância e ao despotismo do capital”^{pág. 541}.

Outro fator que contribui para a criação do exército industrial de reserva é que na acumulação de capital ocorrem dois processos: a concentração e a centralização. Não analisaremos aqui os mecanismos desses processos, mas apontaremos que seu resultado combinado é que um número cada vez menor de capitalistas acumula um volume cada vez maior de

capitais. Isto contribui para diminuir a demanda de força de trabalho por duas vias. Por um lado, os capitalistas podem produzir em uma escala cada vez maior, obtendo assim um aproveitamento máximo da força de trabalho que contratam, tanto na produção quanto nas áreas de planificação, administração, manutenção etc. Por outro, dispõem de uma massa de capital cada vez maior para investir em desenvolvimento tecnológico e na incorporação desta tecnologia em novas maquinarias. Finalmente, o terceiro elemento que intervém nesse processo geral que analisamos são alguns mecanismos que o capitalismo utiliza para contrabalançar a lei da tendência à queda na taxa de lucro⁴.

Esta é, então, a análise marxista básica sobre o problema do desemprego. Sem exagero, podemos afirmar que é genial. Por um lado, é absolutamente coerente com o conjunto de sua teoria. Por outro explica, perfeitamente os fatos da realidade. Despojando-a de seus aspectos mais matemáticos, podemos resumi-la dizendo que os processos naturais da acumulação capitalista (o surgimento de grupos econômicos cada vez mais fortes e a inversão em tecnologia) criam inevitavelmente desemprego e os capitalistas se aproveitam dele em seu benefício. Quer dizer, o desemprego é um fato estrutural, inerente ao modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx, é ao mesmo tempo produto e condição de vida do regime capitalista de produção.

As formas de superpopulação operária

Sobre a questão de se os desempregados são parte ou não da classe operária, é evidente que a resposta de Marx é afirmativa. Todo o conceito do capítulo, e os termos que utiliza, vão nesse sentido: exército industrial de reserva, população operária sobrando, superpopulação operária, operários sem trabalho etc.

Relacionada a isso, é interessante incluir a análise sobre as diversas formas em que se manifesta a superpopulação operária. Marx assinala três tipos: *a flutuante, a latente e a intermitente*. A *flutuante* é a dos operários industriais que são contratados ou expulsos conforme as flutuações próprias da economia capitalista. A *latente* é a superpopulação que cresce nas zonas rurais à medida em que avança o capitalismo na agricultura. A *intermitente* se dá no trabalho domiciliar contratado pelas empresas, submetido não só aos ciclos mais profundos do capitalismo como também às variações conjunturais.

Ao mesmo tempo, estuda as conseqüências dessa superpopulação ao dar origem a setores diferenciados na classe operária, as camadas mais baixas e miseráveis do proletariado. É o *lumpenproletariado* (ou proletariado mendigo). São os setores mais indefesos do exército industrial de reserva, cujos ingressos são tão baixos e condições de vida tão más que nem sequer podem ter roupa inteira e limpa para vestir.

Uma parte deste *lumpenproletariado* são as *massas transeuntes*, setores provenientes do campo e das cidades que se movem constantemente em busca de trabalho, seja na colheita, seja colocando trilhos em obras ferroviárias ou

trabalhadores mais qualificados por outros de menor qualificação.

⁵ **León Trotsky, 1939**, *La crisis de la economía imperialista* (Ediciones *El Trabajador* - Argentina). Sublinhados nossos.

⁶ **Nahuel Moreno, Una definición de clase** (Correo Internacional N° 20, junio de 1986 - Argentina). Versão corrigida de uma intervenção de Moreno na II Conferência da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores), explicando a base social de direções como o sandinismo nicaraguense, a Frente Farabundo Martí de El Salvador e outras organizações similares.

⁷ Ao mesmo tempo, é necessário recuperar o verdadeiro significado que, na sociologia marxista, têm termos como "lumpenização", marginalização, pequenoaburguesamento etc, para descrever fenômenos sociais e para livrá-los do sentido pejorativo com que são utilizados, muitas vezes, na polêmica.

⁸ Para conhecer uma parte desses debates, aconselhamos a leitura de *Un documento escandaloso* (conhecido no trotskismo como *el morenazo*) escrito em 1973 por Nahuel Moreno em resposta a Ernst Mandel. É para uma análise global do

escavando uma nova mina. Seu lugar de moradia habitual são os acampamentos miseráveis ou as não menos miseráveis barracas em que são alojados enquanto trabalham.

A lei da miséria crescente

Marx enquadra esta análise em um marco mais geral: a lei da miséria crescente. Assinala como, na medida em que se acumula a riqueza em um pólo cada vez mais reduzido da sociedade (a burguesia), cresce a miséria no outro pólo, cada vez mais numeroso (os trabalhadores e o povo). Marx define este processo como “a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”^{pág.546}. Esta foi e é uma das leis mais criticadas pelos inimigos do marxismo. Inclusive houve períodos em que pareceu perder vigência, ainda que parcialmente. Mas os fatos e dados atuais da realidade mundial mostram que sua vigência é, pelo contrário, cada vez maior.

O capitalismo nos mostra assim sua mais aguda contradição. Por um lado, foi capaz de transformar, quase literalmente, o barro em ouro, permitindo um gigantesco avanço das forças produtivas e a produção de uma riqueza nunca antes vista na história mundial. Por outro, transforma o ouro em barro: o impressionante desenvolvimento da tecnologia e o crescimento da produção, ao invés de beneficiar o conjunto da humanidade, produz cada vez mais miséria e sofrimento.

O problema do desemprego, então, é insolúvel no capitalismo, assim como as outras consequências desse sistema econômico. Só poderá ser resolvido por uma revolução operária e socialista. Nesse mesmo capítulo, Marx coloca como uma planificação econômica racional eliminaria imediatamente esse problema, por meio da distribuição das horas de trabalho:

“E não obstante, se amanhã se reduzisse o trabalho, com caráter geral, a um tipo racional, graduando-se de acordo com as diversas camadas da classe operária, segundo o sexo e a idade, se veria que a população operária existente não bastava sequer para manter a produção em seu nível atual. A maioria dos operários ‘impro-

ditivos’ se tornariam, forçosamente, ‘produtivos’”^{pág.539}.

A época imperialista e a subclasse dos desempregados

Já dissemos que a análise de Marx e seus prognósticos são geniais. Mas muitos deles, de certa forma, se adiantaram a seu tempo. O capitalismo ainda tinha “chão pela frente”: ainda podia jogar um papel relativamente progressivo no desenvolvimento das forças produtivas e na melhoria do nível de vida da humanidade. Dessa forma, por algumas décadas mais, a lei da miséria crescente se aplicou, não de modo absoluto, mas de modo relativo. É o que explica que, sobre a base de duras lutas, os trabalhadores dos países mais desenvolvidos fizessem conquistas, como a limitação da jornada de trabalho, o descanso semanal e a melhoria das condições de trabalho e de segurança industrial. Todas estas conquistas amorteceram e limitaram o crescimento constante do exército industrial de reserva. Ao mesmo tempo, o capitalismo ainda estava em condições de concedê-las. Justamente por isso, Lenin e Trotsky (e também Nahuel Moreno) definiram essa época capitalista como reformista e não como revolucionária.

No início do século XX, a transformação do capitalismo em capitalismo imperialista praticamente eliminou todas as tendências progressivas desse regime de produção e, ao mesmo tempo, levou ao extremo todas as suas tendências negativas. Entre elas, precisamente, a do crescimento do desemprego e a tendência ao crescimento absoluto da miséria. A realidade se “normalizava” segundo as previsões de Marx e assim ficou claramente demonstrado pela crise econômica mundial de 1929 (conhecida como a “Grande Depressão”).

Esta crise, ao mesmo tempo que expulsava de seus postos de trabalho milhões de operários industriais, do transporte e dos serviços em todo o mundo, provocou a quebra de milhões de produtores agrícolas, gerando uma massa de desempregados nunca antes vista, nem em quantidade, nem em porcentagem da população.

Analisando este processo, especialmente nos EUA, Trotsky disse em 1939 (dez anos depois do início da crise):

“O atual exército de desempregados já não pode ser considerado como um ‘exército de reserva’, pois sua massa fundamental não pode ter mais esperança alguma de voltar a empregar-se; pelo contrário, está destinada a ser engrossada por uma afluência constante de desempregados adicionais. A desintegração do capital trouxe consigo toda uma geração de jovens que nunca teve emprego e que não tem esperança alguma de conseguir. Esta nova subclasse entre o proletariado e o semiproletariado está obrigada a viver às custas da sociedade”⁵.

Aqui Trotsky introduz uma mudança na definição de Marx sobre os desempregados: já não podem ser considerados apenas como *exército industrial de reserva* e parte do proletariado. O fator central é que a grande maioria não conseguirá trabalho (muitos nunca o tiveram). Quer dizer, na medida em que esses altíssimos índices de desemprego se tornavam permanentes, origina-se um novo setor social (diferente do proletariado) que ele denomina a nova subclasse dos desempregados.

Com relação ao semiproletariado do qual fala Trotsky, Nahuel Moreno assinala que é um setor chave tanto no surgimento do capitalismo como em seu desenvolvimento posterior. Ele define que

“trabalha parte do ano ou algumas horas todos os dias como assalariado, mas não ganha o suficiente para subsistir e então tem uma pequena horta ou sua família no campo e assim obtém alimentos (...) Hoje em dia, o semiproletariado abarca muitos milhões de trabalhadores no mundo todo, são muitos mais que os operários ...”⁶.

Finaliza assinalando que esse setor “*tem um pé em cada lugar*”, ou seja, um no campo e outro na indústria. Esta definição é parte de uma análise mais extensa que Moreno faz sobre *as modernas classes populares*, não segundo o conceito burguês de *cidadão*, mas como os setores que são oprimidos e empobrecidos sob o capitalismo. O primeiro setor é o proletariado ou classe operária, que Moreno define, de acordo com Marx, como *o conjunto dos assalariados*. Depois inclui o semiproletariado (ao qual já nos referimos), aos setores mais baixos da pequena-burguesia (os pequenos comerciantes, os artesãos, os autônomos, os vendedores ambulantes), o campesinato mais pobre e, finalmente, os setores marginais das grandes cidades. Para Moreno, esta análise sociológica tem um objetivo político:

“Temos de ganhar muitos desses setores, impedir que o fascismo se consolide entre eles, para o qual são decisivos. São setores instáveis porque não têm um trabalho permanente. Na psicologia, são o oposto ao proletariado. Às vezes o operário desempregado começa a oscilar entre estas duas categorias”^{idem}.

Com estas citações de Trotsky e Moreno, não pretendemos encerrar o debate sobre o questão de os desempregados pertencerem ou não à classe operária. Mas sim resumir algumas conclusões: 1º) o caráter crônico dos

processo capitalista nos séculos XIX e XX, *Actualización del Programa de Transición*, do mesmo autor.

⁵ Esta afirmação parece ser desmentida pela situação atual dos EUA que, nos últimos quatro anos, combina boas taxas de crescimento econômico anual, aumento da produtividade e redução do desemprego a 4,1% (o mais baixo do último quarto de século). A análise dessa realidade excede as possibilidades deste artigo. Mas, como primeira resposta, temos de ressaltar que a economia norte-americana atua como um “aspirador” de lucros e capitais do mundo todo. Isto permitiu à burguesia americana fortes inversões nas novas tecnologias de telemática e bioengenharia, aumentando a produtividade e criando novos empregos nesses ramos e no de serviços. Podemos dizer que o requisito para este crescimento foi o aumento do desemprego e da miséria na maior parte do mundo. Ao mesmo tempo, a própria burguesia americana já está discutindo a necessidade de aumentar o desemprego em seu próprio país, para evitar “tendências inflacionárias”.

altos índices de desemprego dá origem a setores sociais que excedem o “exército de reserva” definido por Marx, tais como a subclasse dos desempregados, os setores marginais das grandes cidades, os vendedores ambulantes e autônomos etc. 2º) Os desempregados operários oscilam entre estes setores e o proletariado. Desta forma se amplia e se torna mais complexa a composição do “povo” ou as “classes populares”. 3º) É imprescindível que o proletariado lute para ganhar a direção desses setores contra a burguesia e o fascismo, mas sabendo que são “instáveis” e que sua psicologia (e suas reações políticas) são, em muitos casos, opostas às da classe operária.

A globalização “normaliza” o capitalismo

Para completar esta primeira parte, é preciso dizer que, por uma combinação de fatores políticos e econômicos que não analisaremos aqui, depois da II Guerra Mundial se deu o boom econômico do pós-guerra. Entre 1945 e 1975, os EUA, a Europa Ocidental, o Japão e também alguns países dependentes e semicoloniais (como a Argentina) tiveram um grande desenvolvimento econômico. Houve situações de pleno emprego e uma melhoria nas condições de vida da classe operária desses países. Pelo menos para eles, a história parecia entrar novamente em um intervalo em que não era necessário fazer a revolução para melhorar as condições de vida. Os países do Leste e a China também viveram essa bonança. Reapareceram velhas concepções reformistas e outras novas foram criadas, em meio a duras polêmicas entre marxistas sobre o significado e a duração do que acontecia⁸.

Mas em meados da década de 70, “a festa acabou”. A globalização trouxe novamente o rosto mais duro e regressivo do capitalismo. O pleno emprego e a melhoria das condições de vida se transformaram, em poucos anos, em seu oposto. O desemprego, a fome e a miséria crescem inclusive nos períodos de prosperidade eco-

nômica⁹. Novamente o capitalismo se “normalizou” e o marxismo se reafirma como o único capaz de explicar cientificamente os processos atuais. Para os trabalhadores, os pobres e os desempregados, a revolução socialista é a única alternativa possível de melhoria. 

OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

DELWECK MATHEUS

Dirigente do Movimento dos Sem-Terra (Brasil)

“Existe uma hegemonia das políticas neoliberais na América Latina, e isso vem acarretando o desmonte do Estado, ou seja, um processo de desnacionalização que é o que estamos vendo hoje na América do Sul, um processo imposto pelo capital internacional. No caso do Brasil há um processo de desnacionalização; nós já não éramos uma nação muito bem definida e estamos agora num processo de transição, voltando a ser colônia dos Estados Unidos.

Na agricultura estamos também vivendo a implementação desse modelo perverso que trouxe grandes estragos para os trabalhadores urbanos. Está ocorrendo também o desmonte da agricultura brasileira, do campo brasileiro, que se já era ruim, está ficando bem pior. O modelo de agricultura que vivemos hoje é o chamado modelo de mercado, ou seja, o governo está saindo da agricultura, o Estado está deixando de intervir, de ter políticas para ela, o que não é por acaso, é uma questão de poder. O poder econômico está sendo aplicado no campo, um modelo orientado pelo capital internacional. O Estado não tem uma política de apoio, de incentivo à agricultura, principalmente a pequena agricultura, a familiar.

O modelo de mercado une a alta tecnologia com a preocupação de produzir para a exportação; não existe a preocupação de produzir para o mercado interno, de produzir alimento para o povo brasileiro. O objetivo é simplesmente dar lucro para as multinacionais com o modelo de grandes produções, a chamada monocultura. O que estamos vendo hoje é a expansão dos produtos das grandes áreas, como a laranja, no caso do Estado de São Paulo, cana de açúcar, em outros estados a soja, o milho em alguns casos e principalmente a pecuária extensiva.

Como nesse modelo a agricultura não se viabiliza, a tendência é aumentar a pecuária extensiva, porque como os grandes latifundiários não vêem muita perspectiva também na agricultura, num modelo que é ruim até para os médios e grandes produtores, a tendência é deixarem de produzir e aumentar a pecuária extensiva. Isso acarreta a necessidade de o país importar quase todo o alimento que consumimos. Nós estamos importando feijão, arroz, já importamos trigo. Na Bahia estamos importando coco e peixe, que fazem parte da produção tradicional do Estado. Isso significa que estamos numa situação de falência total da agricultura, sem nenhuma perspectiva.

Transcrição de palestra proferida no Seminário Sindical Internacional, realizado em Caraguatatuba, SP.

A reforma agrária também está colocada neste patamar; ela não tem lugar nesse modelo econômico. Não há perspectiva alguma de realização de uma reforma agrária de fato, que atenda as necessidades dos trabalhadores brasileiros. O que o governo tem feito é uma política de assentamento por meio de medidas de compensação, mas com o objetivo de esvaziar ou impedir os avanços dos movimentos de luta pela terra. Hoje a reforma agrária tornou-se uma pauta, uma agenda nacional; há um envolvimento da sociedade em torno da reforma agrária. Isso, de certa forma incomoda o governo. Por isso adota essa política de assentamento com medidas compensatórias. Por exemplo, o banco da terra, que não é reforma agrária. Vem muito mais no sentido de esvaziar o movimento de luta pela terra, esvaziar as ocupações dos latifúndios improdutivos. Mas além de medidas administrativas, como o banco da terra, o governo também adota medidas repressivas para conter o movimento de luta pela terra, usando os meios de comunicação, distorcendo todas as informações, com muita propaganda de que está fazendo a reforma agrária com o objetivo de conquistar a opinião pública, buscar o apoio da sociedade às medidas de repressão.

Nós avaliamos, no início do segundo mandato do Fernando Henrique, que sofremos um grande retrocesso na

reforma agrária. Muitas conquistas que acumulamos durante esses 16 anos de luta pela reforma agrária, pela retomada de lutas pela terra no Brasil, como a conquista de áreas, de linhas de crédito, de infraestrutura para a produção, de infraestrutura social para a moradia, escolas, postos de saúde, uma série de benefícios para os assentamentos, foram sendo destruídas por Fernando Henrique Cardoso. Ele foi acabando com tudo isso, cortando orçamento do Incra, pelo menos pela metade, extinguindo o Proterra, a única linha de crédito que existia para os assentamentos.

Diante disso, a nossa avaliação é que só podíamos retomar a discussão da reforma agrária e forçar o governo a ceder algumas conquistas se retomássemos a luta, partindo para o enfrentamento. Foi o que aconteceu em março, abril e maio, quando fomos para cima do governo. Tivemos perdas mas também contamos com o apoio da sociedade. Um companheiro do Paraná perdeu a vida, mais recentemente, no Nordeste, mais dois companheiros foram assassinados. Estamos com vários companheiros presos aqui no Estado de São Paulo. Seis companheiros presos na região de Sorocaba condenados a 9 e a 11 anos de prisão.

Então, esse foi um período bastante difícil para a luta



pela reforma agrária porque, além do retrocesso nas conquistas e das mortes, não tivemos nenhuma área desapropriada, nenhuma família assentada nestes últimos dois anos. O Procerá foi extinto, o Incra teve um corte de 50% no seu orçamento. Mas esse enfrentamento foi importante para que setores da sociedade se posicionassem em defesa não só do MST, mas dos trabalhadores do campo e da luta pela reforma agrária.

Hoje temos em torno de 250 mil famílias assentadas pelo MST. O governo fala em 400 mil famílias, mas esse não é um número real. Temos hoje em torno de 150 mil famílias acampadas nas beiras de rodovias aguardando a desapropriação de novas áreas de assentamento. Lembramos mais uma vez que é um processo que está muito difícil porque o governo abandonou o mecanismo de desapropriação de terra para a reforma agrária. Agora ele está insistindo muito na idéia do banco da terra. Quer dizer, o governo abandonou a possibilidade de desapropriação dos latifúndios improdutivos para cumprir a sua função social que é fazer a reforma agrária.

Como nós continuamos resistindo à idéia do banco da terra, porque achamos que isso é uma forma de cooptação, continuamos ocupando latifúndios e exigindo que esses latifúndios sejam vistoriados e desapropriados para fins de reforma agrária. Mas só que isso também não acontece. Então, vem acumulando o número de famílias acampadas. A cada jornada de lutas são mais famílias que se acumulam na beira das rodovias, em áreas públicas.

Enfim, na nossa avaliação as perspectivas para a reforma agrária não são boas. As políticas neoliberais, o desmonte do estado, as perdas dos trabalhadores urbanos, tudo isso está sendo vivido no campo, o que significa que não há possibilidade dentro desse modelo econômico para a realização da reforma agrária no Brasil.

Os nossos desafios

Diante disso, temos grandes desafios neste momento e os movimentos sociais cumprem um papel importante no processo de organização dos trabalhadores, de organização dos excluídos, no processo de lutas das massas. É fundamental neste momento criar uma consciência no movimento de massas para fazer esse tipo de enfrentamento. Temos como tarefa potencializar ao máximo as lutas de massas nos diversos setores, porque temos a consciência de que se ficamos sozinhos, debatendo com o governo, enfrentando esse modelo econômico e lutando pela reforma agrária, não vamos conseguir nada. Por isso, é fundamental potencializar todos esses setores para se organizar, principalmente na perspectiva do movimento de massas. Não podemos esperar somente calendários. Devemos ser capazes de utilizar o espaço das eleições no sentido de acumular forças em torno do movimento de massas, fazendo com que seja uma forma de politizar as lutas dos trabalhadores. Mas o movimento de massas não pode trabalhar em função de agenda. Ele tem altos e baixos e nos temos de ter a capacidade de perceber esses altos e baixos para saber potencializar.

Somos conscientes de que temos uma grande tarefa pela frente, que é unificar as lutas do campo e da cidade. Temos uma camada social muito importante no processo das lutas de massas que são os excluídos urbanos, os trabalhadores que estão hoje excluídos do processo produtivo, principalmente nas periferias das grandes cidades. Precisamos achar uma forma de fazer com que esse trabalhador se organize também e vá para a luta. Mas isso não é uma tarefa só nossa, todos os setores que realmente acreditam na transformação desse país por meio das lutas dos trabalhadores têm de estar buscando formas concretas de organizar esses trabalhadores na base e fazer com que eles realmente entem na luta.

A questão da dívida externa tem de estar no processo de discussão. Temos de fazer com que os trabalhadores compreendam que o mal que estamos sofrendo, a fome, o desemprego, a falta de reforma agrária é muito em função da dívida externa; enquanto estivermos pagando essa dívida não vamos ter reforma agrária, não vamos resolver o problema do desemprego, não vamos resolver os problemas sociais. Talvez seja esse grande motivo em torno do qual os vários segmentos organizados possam se unificar.

No caso do MST, devemos continuar com as ocupações de terras. Vamos continuar ocupando latifúndios, mas também vamos fazer ocupações em áreas urbanas. Mais que isso, os pedágios, por exemplo. Apesar de termos seis companheiros presos por terem ocupado pedágios, nós temos que continuar, e também ver formas concretas de enfrentar a privatização. Temos de fazer ações concretas, porque as ações têm dois objetivos: além de tentar uma conquista econômica a curto prazo, elas também são formativas, acabam criando consciência de luta nos trabalhadores. Essa é uma experiência nossa, do MST. A ocupação, o acampamento é o melhor curso de formação para nós. Temos consciência de que se o trabalhador não participar da luta, não vai criar a consciência de enfrentamento que nós precisamos.

Por último, temos como tarefa a formação

político-ideológica. Nós estamos vivendo ainda, podemos dizer assim, um período pós-ditadura, quando fomos detonados, os quadros, a militância política ideológica. Muitos foram cooptados, deixaram a militância. Foi um “efeito ditadura” e nós ainda estamos vivendo esse efeito. Por isso, precisamos construir uma nova geração de militantes, de quadros, para desencadear o processo de lutas no Brasil. E a formação política ideológica é uma tarefa muito importante nesse sentido.

Em nosso entendimento, essas são as grandes tarefas que temos pela frente. Temos a vontade, o ideal de enfrentarmos esse modelo econômico que está nos assolando e teremos que cumprir essas tarefas. Precisamos botar a massa nas ruas para as ações concretas, organizar os trabalhadores para que a gente possa avançar e construir uma ferramenta de luta. Nós ainda não temos essa ferramenta que aglutine todos os setores em torno de um objetivo comum que é a transformação, que é o enfrentamento dessa política neoliberal. Precisamos construir essa ferramenta. E essa ferramenta a própria massa dos trabalhadores organizados podem ajudar a definir, a construir. Tem-se colocado muito para nós que o MST tem de cumprir esse papel. Não, nós não temos que cumprir esse papel, nós temos de ajudar a construir uma ferramenta que aglutine todos os segmentos da sociedade em torno de um objetivo comum, que seja a nossa retaguarda de luta”. 

“TRABALHADORES (AS) DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!”

MANIFESTO DA REDE SINDICAL INTERNACIONAL

Há mais de 150 anos, ainda na época da fundação da 1ª Internacional, esta frase sintetizava a necessidade de união dos trabalhadores para enfrentar o capital, e também o caráter internacional de sua luta. Nestes tempos em que vivemos, de intensificação da barbárie e do caráter destrutivo do capitalismo, esse desafio – de unir os trabalhadores que lutam em todo o mundo contra a exploração – se faz ainda mais presente.

A REDE INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE ATIVA que estamos construindo é uma resposta à necessidade de desenvolvimento da ação em comum entre os trabalhadores que estão lutando em defesa dos seus direitos, lutando contra a flexibilização e contra o desemprego, resistindo portanto contra a neoliberalismo e a globalização capitalista em todas as suas formas. O fazemos porque as grandes organizações sindicais, especialmente as Centrais Sindicais Mundiais, desertaram da missão de organizar os trabalhadores na luta contra o capital e resolveram conciliar com ele.

A REDE busca criar as condições que permitam a troca de informações e experiências, o desenvolvimento de ações conjuntas, e a viabilização de ações de solidariedade ativa entre os trabalhadores que, nas diversas regiões do planeta, lutam em defesa dos seus direitos. Nossa luta é contra o neoliberalismo e contra toda forma de exploração e opressão, o que significa dizer que queremos agir segundo as seguintes diretrizes básicas:

- Luta contra a flexibilização de direitos;
- Defesa da saúde e segurança do trabalhador, contra as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, e defesa do meio ambiente;
- Contra o desemprego;
- Contra as privatizações;
- Defesa dos serviços públicos, de saúde, educação, moradia etc.;
- Defesa da luta dos camponeses pela terra, como ocorre no Brasil (MST), no Paraguai e em outros países;
- Luta contra o pagamento das dívidas externas dos países do chamado Terceiro Mundo;
- Contra a repressão e a violência de que são vítimas os trabalhadores;
- Contra a conciliação de classes em suas diversas formas, que transforma os sindicatos e outras organizações dos trabalhadores em correia de transmissão de políticas e ideologias neoliberais.

Obviamente estas diretrizes não têm a pretensão de responder a todos

os problemas colocados hoje para os trabalhadores. Nem são rígidas e fechadas as novas contribuições, que seguramente virão. Elas expressam aquilo que direcionará a prioridade dos nossos esforços, considerando a total falta de recursos e condições para abraçarmos ao mesmo tempo todas as lutas que gostaríamos. No entanto, foram levantadas também outras bandeiras defendidas por todos os presentes ao Seminário, e que contarão com o apoio de todos, a partir da nossa ação nos locais de trabalho ou de atuação de cada um de nós.

Defesa da liberdade de organização dos trabalhadores e contra as burocracias sindicais que desrespeitam a vontade de suas bases; Contra toda forma de discriminação, opressão e violência contra a mulher; Contra toda forma de discriminação e opressão por razões raciais, direitos iguais aos trabalhadores independentemente de sua nacionalidade; Apoio aos refugiados; Defesa dos povos indígenas; Defesa da criança; Defesa dos direitos previdenciários dos trabalhadores, entre outros.

A REDE pretende unir sindicatos, dirigentes sindicais, ativistas e militantes que lutam em todo o mundo, que estejam de acordo com essas diretrizes básicas para a nossa atuação e que estejam dispostos a agir, a promover ações de acordo com estas diretrizes em seu local de trabalho e/ou de vivência, obviamente dentro das condições que cada um tiver. A REDE tem, portanto caráter sindical e popular, classista e de luta. Mas ela não é um novo sindicato. Aceita a participação de todos os lutadores que queiram somar forças, indistintamente de filiação à este ou aquele sindicato ou à esta ou aquela Central Sindical. Neste sentido, especial atenção deve ser dada à juventude, facilitando a que a REDE possa ser um canal de participação dos jovens que queiram lutar por um mundo melhor.

A REDE rejeita a exploração e a opressão do capital, tendo portanto uma vocação socialista, no sentido da busca por uma sociedade onde não haja exploração e opressão de nenhum tipo, uma sociedade igualitária. Mas não é um partido político, nem se atrela a nenhum partido ou organização política. Preserva a sua indepen-

dência e autonomia em relação a todos, e recebe de braços abertos a participação e contribuição de todos que queiram colaborar dentro das diretrizes estabelecidas para o nosso trabalho.

Temos, além disso, a consciência de que não somos a única experiência dessa natureza existente no mundo hoje. Seguramente haverá muitas outras em curso e afirmamos então a nossa disposição de somar forças com todas elas, no sentido de fortalecer a ação em comum e a solidariedade entre os trabalhadores.

Os trabalhadores e trabalhadoras de 12 países (Brasil, Equador, Paraguai, Alemanha, Espanha, África do Sul, Argentina, Venezuela, Bolívia, Canadá, Inglaterra e, como observador, um companheiro da Colômbia), que nos reunimos em Caraguatatuba, estado de São Paulo, Brasil, erguemos nossa voz e reafirmamos nosso compromisso com a luta dos trabalhadores em todo o mundo, na forma de uma saudação aos nossos irmãos trabalhadores da VW mexicana, em greve neste momento por aumento de seus salários, de uma saudação ao povo do Equador que se rebela contra a implantação do modelo neoliberal em seu país e contra a ingerência do FMI, da nossa solidariedade ao povo colombiano ameaçado por uma agressão militar por parte do governo Pastrana e do imperialismo norte-americano, e ao povo peruano em sua luta contra a ditadura de Fujimori.

E estabelecemos como metas concretas de trabalho os seguintes pontos:

1 – Iniciar imediatamente uma campanha de solidariedade aos trabalhadores da VW mexicana, que estão em greve neste momento, e prosseguir com as ações de solidariedade aos trabalhadores da VW da África do Sul.

2 - Manter a diretriz de responder imediatamente às necessidades de apoio e solidariedade aos que estejam em luta ou sofrendo agressões em qualquer parte do planeta. Qualquer participante da REDE, frente a algum fato dessa natureza, pode e deve informar e acionar os restantes para que todos possam agir;

3 – Realizar campanha internacional em solidariedade ao povo colombiano e contra a

intervenção militar norte-americana, e contra o “Plano Colômbia”;

4 – Realizar campanha de solidariedade ao povo equatoriano, em luta contra a dolarização da economia do seu país e rebelado contra seu governo, títere do FMI e do governo dos EUA;

5 – Apoio à luta contra o pagamento das dívidas externas dos países do chamado terceiro mundo;

6 – Participar e impulsionar as campanhas pela libertação dos presos políticos (os do MST no Brasil, os da Colômbia e outros países);

7 – Apoiar a campanha contra o bloqueio econômico levado a cabo pelo governo norte-americano contra o povo cubano;

(Para a realização da campanha de Colômbia, Equador e mesmo a relacionada com as dívidas externas, deverão ser divulgados, na página da REDE, informações que dêem suporte à campanha)

E também nos propomos a realizar os seguintes objetivos:

a) Publicar um “caderno de informes” deste seminário, com a transcrição das principais falas e conclusões do encontro, de modo a ajudar na divulgação e ampliação da REDE;

b) Constituir um comitê de coordenação no Brasil, para impulsionar as atividades na América Latina, a partir dos sindicatos envolvidos na construção da REDE, e preparar, em contato com os companheiros e companheiras de outros países da América Latina aqui presentes, um outro encontro latino-americano que nos permita ampliar a REDE e tornar mais eficaz a sua ação;

c) Incentivar o intercâmbio de informações e de ações de solidariedade entre os trabalhadores de cada ramo de atividade (metalúrgicos, químicos, educação, etc). Neste sentido é importante aproveitar já a reunião do CEA, que acontecerá brevemente em Montevidéu;

d) Seguir trabalhando com os companheiros da Europa e África do Sul aqui presentes no sentido de amadurecer as condições para constituição de um comitê de coordenação nestas regiões e também no sentido de realizarmos outro encontro mundial, sempre no sentido de ampliar a REDE e de dar mais eficácia às suas ações;

e) Aproveitar reunião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no início de 2001, para reunir com ativistas e militantes presentes, buscando difundir e ampliar nossa REDE. Neste mesmo sentido, e dentro das possibilidades, buscar participação na reunião que se realizará em Praga, aos 26 de setembro, buscando contatos, divulgação e ampliação da REDE.

**VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES EM TODO O MUNDO!
VIVA A SOLIDARIEDADE ATIVA ENTRE
TODOS OS EXPLORADOS!**

pontos de vista



ANGEL LUIS PARRAS

ONU: Fórum das Nações ou instrumento de colonização? **51**



BILL HUNTER

Revolução Permanente: um grito de guerra para o século XXI **64**



CECILIA TOLEDO

Mulher: o gênero nos une, a classe nos divide **77**



GEOFF PILLING

Desenterrando Karl Marx (parte 1) **93**



ONU: FÓRUM DAS NAÇÕES OU INSTRUMENTO DE RECOLONIZAÇÃO?

ANGEL LUIS PARRAS

Membro do PRT (Espanha) e do Comitê Executivo da LIT-OJ

No mês de setembro passado realizou-se a chamada *Cúpula do Milênio, da Organização das Nações Unidas*. Chefes de Estado, presidentes e ministros de 185 países se encontraram em Nova York com a pretensão de “*tentar enquadrar o papel da ONU no século 21 e definir as reformas necessárias à organização*”.

O secretário geral, Kofi Annan, em seu *Informe do Milênio*, afirma que “As Nações Unidas, fundada em 1945 para introduzir novos princípios nas relações internacionais, conseguiram melhores resultados em algumas esferas e noutras não”.

No que diz respeito “aos de baixo”, o próprio informe não pode deixar de traçar um panorama um tanto sombrio. Na última década, mais de 5 milhões de pessoas morreram em guerras e existem milhões de refugiados. No que se refere às condições de vida, mais da metade da população mundial, 3.000 milhões de pessoas, sobrevivem com menos de dois dólares por dia. Desses, 1.200 milhões não chegam sequer a 1 dólar. 20% da população mundial não tem acesso a água potável e 800 milhões não dispõem de serviços de saúde. Se pode seguir relatando dados desoladores para chegar à conclusão mais que evidente: a desigualdade entre as nações e dentro delas mesmas aprofundou-se.

Kofi Annan faz uma série de propostas marcadas todas pelo mesmo signo: a necessidade de “uma reforma profunda na ONU”.

Abordar o papel da ONU no marco das atuais relações internacionais ou falar de sua reforma envolve inevitavelmente vários e complexos problemas que são bastante polêmicos. Só para citar alguns, está em discussão se a denominada *globalização* é, em essência, uma nova *ordem social*, ou se estamos frente à exacerbação dos traços mais característicos do sistema capitalista em sua fase imperialista. Se “o comércio tente a substituir as guerras como meio de apropriação de riqueza”, ou as contínuas crises e guerras mostram que a distribuição e redistribuição do mercado longe de regular-se pela “mão invisível do mercado” – como dizia Adam Smith, é regulado pela mais que visível “mão militar” que os exércitos dos Estados

impõem sob a bandeira da ONU e/ou OTAN.

Falar de reforma da para poder abordar com certo rigor esses temas mais complexos: o que é a ONU?

Três repostas diferentes para uma mesma pergunta

A essa pergunta a esquerda deu basicamente três repostas diferentes. Para os partidos social-democratas, a ONU foi um instrumento da paz, de cooperação entre as nações e o progresso econômico e social. Desde os governos europeus, os Partidos Socialistas participaram do Conselho de Segurança e das decisões essenciais da ONU.

Para a esquerda vinculada aos Partidos Comunistas, a ONU era a garantia de paz, pois a presença da Rússia ou China permitia a representação dos oprimidos, e contrabalançava os excessos das potências imperialistas.

Diferente das correntes políticas citadas, para a esquerda revolucionária a ONU era a expressão do “acordo contra-revolucionário entre o imperialismo e a burocracia soviética”, a expressão da *ordem política do pós-guerra*, baseada na repartição do mundo em zonas de influência entre as cinco grandes potências.

Como disse um dos mais resolutos partidários das profundas reformas da ONU e autor de um extenso trabalho sobre ela, Maurice Bertrand, catalogando as diferentes correntes de pensamento, “a corrente marxista tende a analisar as relações internacionais como relações de dominação e exploração, em outras palavras, como relações de classe”.

E efetivamente é assim porque para os marxistas, quando se analisam as instituições políticas, nacionais ou internacionais, não se pode dissociar a natureza social e política de uma instituição dos traços essenciais do sistema social e econômico dominante.

Para a esquerda revolucionária, o traço distintivo do sistema social, desde o início do século, era que “o capitalismo se transformou em imperialismo”. E definia, portanto, o imperialismo, não como

uma política, mas como uma estrutura econômica e social caracterizada por ser “a fase monopolista do capitalismo”. “...sem esquecer a significação condicional e relativa de todas as definições em geral (...) convém dar uma definição do imperialismo que contemple seus cinco traços fundamentais, a saber: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão que criou os monopólios, que desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a criação, sobre a base desse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, ao contrário da exportação de mercadorias, adquire uma importância particular; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que se repartem o mundo, e 5) a conclusão da repartição territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.”¹⁴

Assim, para os marxistas, a ONU, como qualquer organização internacional dessa natureza, nascida em um sistema social como o descrito acima, não podia ser outra coisa que uma instituição destinada a preservar essa ordem social dominante. A ONU era, por tanto, a continuidade “aperfeiçoada” da velha Sociedade das Nações, à qual o velho Lenin chamou *covil de bandidos*.

Aqueles que defenderam, durante cinco décadas, que a Rússia e a China eram os representantes da paz e do progresso na ONU, depois dos acontecimentos de 1989 e o fim, segundo eles, do chamado “mundo bipolar”, deveriam por lógica, estar hoje fustigando a essas Nações Unidas que, segundo seu raciocínio, agora estariam reduzidas a um só bando, o imperialista. No entanto, a realidade não é assim, e dirigentes como os da Esquerda Unida, por exemplo, são em geral alguns dos máximos defensores da ONU.

Na esquerda revolucionária ocorreu algo semelhante, e o que ontem eram denúncias contra o *covil de bandidos*, hoje são exigências à ONU para que intervenha militarmente no Kosovo ou no Timor Leste e até mesmo a denúncia por não tê-lo feito antes foram as bandeiras de organizações tão relevantes como o Bloco de Esquerdas (Portugal), ou a LCR (França). Um orientação similar se repetiu frente a agressão russa à Chechênia.

É preciso dizer então que aqueles que continuam, como nós, defendendo as velhas caracterizações marxistas sobre a ONU, somos uma reduzidíssima minoria, ainda que, é certo, o tamanho não garante *per se* a razão.

Assim que, hoje continua estando colocada a mesma interrogante que provocara três respostas distintas na esquerda: a ONU, tanto em seu desenvolvimento histórico e suas atuações passadas e presentes, é a organização das *Nações Unidas*, com mais ou menos imperfeições, o instrumento da paz e do progresso?, ou pelo contrário a versão moderna da bandidagem das grandes nações, um instrumento político da ordem social dominante, o imperialismo?

O nascimento da Sociedade das Nações

Até o final do século XIX, as relações internacionais estiveram marcadas pelos acordos diplomáticos entre Estados. Em particular as três últimas décadas do século foram pródigas em *Tratados e Alianças* militares como fruto dos contínuos enfrentamentos armados em que viviam as potências europeias. Não em vão se lembramos que em 1800 a proporção de superfície terrestre sob poder europeu era de 35 %, e em 1914 essa cifra havia chegado a 85%.

Nesse quadro de domínio europeu e voracidade colonial, a primeira tentativa de um acordo que abarcasse uma dimensão verdadeiramente internacional foi em 1899 a chamada *Conferência de Haya*, convocada com o objetivo de estabelecer uma “convenção para a solução pacífica dos conflitos internacionais”. Oito anos depois era assinado um novo *Convênio para a solução pacífica dos conflitos internacionais*.

Dos resultados de ambos os eventos dão fé os 37 milhões de mortos e a devastação da Europa depois da primeira contenda mundial, em 1914.

Com a assinatura do armistício por parte da Alemanha em novembro de 1918 começa o processo de discussão e elaboração que daria origem ao *Pacto da Sociedade das Nações*.

O Pacto estabelecia como finalidade “fomentar a cooperação entre as nações para garantir a paz e a segurança”². Ganhava relevância especial o denominado “sistema de mandatos” em virtude do qual se confiava a tutela dos “povos ainda não capacitados para dirigir-se por si mesmos” aos Estados vencedores na guerra, redistribuindo entre eles as antigas possessões coloniais dos países vencidos. Eram “as nações más adiantadas” as que assumiam a “missão sagrada de civilização” e exerceriam “a tutela na qualidade de mandatárias e em nome da Sociedade das Nações”³. Estabeleciam-se, assim, os também chamados “protetorados”.

No pacto se constituía uma “Comissão Permanente de Mandatos” encarregada “de velar pelo correto cumprimento do regime jurídico sob o que ficavam submetidas as antigas colônias alemãs da África e do Pacífico e os antigos territórios do Império Otomano”⁴. Implantava-se também uma tipologia de mandatos, Mandatos A, B, C, que definiam o grau de tutela e de possibilidades de acesso à independência.

A Sociedade das Nações (SDN) tinha como órgãos centrais o *Conselho*, a

1 “El imperialismo fase superior del capitalismo”. V.I. Lenin

2 *La Sociedad de Naciones*. José Luis Neila Hernández.

3 Artículo 22 del Pacto de la Sociedad de Naciones.

4 *La Sociedad de Naciones*

Assembléa Geral e a *Secretaria Permanente*. O Conselho e a Assembléa eram responsáveis pela “atividade executiva da Sociedade”, e segundo o artigo 5, as decisões de ambos os órgãos deveriam ser “adotadas por unanimidade”. Dessa forma se estabelecia o virtual direito de veto para qualquer país.

A SDN criou organizações adjuntas, como a Organização Internacional do Trabajo (OIT). Frente à avalanche revolucionária que sacudia a Europa desde a Revolução Russa de 1917, para a SDN a criação da OIT respondia “à convicção de que a paz internacional era inseparável da paz social”.

Para muitos, com a SDN havia nascido uma “nova orden internacional”, para alguns inclusive, “um rudimento de Governo Mundial” (Salvador de Madariaga).

Da Sociedade das Nações à ONU

A Sociedade das Nações foi definhando ao compasso das crises econômicas e – apesar de ter se mantido formalmente até 1945 - ficaria definitivamente enterrada em 1939 junto aos restos de uma nova guerra mundial que deixaria um saldo de mais de 55 milhões de mortos e, pela segunda vez, com a destruição da Europa.

Concluída a II Guerra Mundial, em 26 de junho de 1945, na Cidade de São Francisco se aprovava a Carta das Nações Unidas e, com ela, nascia a ONU. Dirigindo-se aos representantes reunidos na Assembléa Geral, o presidente norte-americano, Truman, dizia: “Esta Carta não foi obra de uma só nação ou de um grupo de nações grandes e pequenas, mas o resultado de um espírito amplo de oferecer e aceitar, de uma máxima tolerância diante de pontos de vista e dos interesses dos demais.”⁵

A ONU nascia, como disse Truman, de forma democrática e “não obra de uma só nação ou de um grupo de nações”? A história de sua gestação mostra que a ONU está muito longe dessa fábula narrada por Truman.

Em 1º de novembro de 1941, na *Conferência de Moscou*, EUA, Inglaterra, França e URSS “...re-

conhecem a necessidade de estabelecer o quanto antes uma organização internacional geral”⁶. Em dezembro de 1942 celebra-se a Conferência de Teerã, entre EUA, Inglaterra e URSS. Nos brindes, o ditador Stalin afirmava: “Agora é seguro que nossos povos atuarão juntos e amigavelmente, não só neste momento, mas também depois da guerra”⁷. De 21 de agosto a 7 de outubro de 1944, em Dumbarton Oaks (EUA) representantes dos EUA, Rússia, Inglaterra e China se reuniram para traçar as bases fundamentais do que seria a futura ONU. O documento denominado “Propostas para o estabelecimento de uma Organização Internacional geral” era um texto completo da Carta das Nações Unidas que ficou bloqueado por causa de dois pontos de atrito, o sistema de voto no Conselho de Segurança e a integração de diversas repúblicas da URSS como membros das Nações Unidas.

Entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, se reunia a *Conferência de Yalta*. J. Stalin (União Soviética), W. Churchill (Inglaterra) e F.D. Roosevelt (EUA), assinavam um protocolo: “1º Que se convocará para 25 de abril de 1945, uma Conferência das Nações Unidas sobre a organização mundial a celebrar-se nos Estados Unidos da América. (...)”

3º Que o governo dos Estados Unidos, em nome das três potências, consultará o governo da China e o governo provisório da França sobre as decisões adotadas durante a presente Conferência relativas ao projeto de organização mundial.”

Na carta convocatória dirigida ao restante das nações constava expressamente que “as bases para uma Carta” seriam as estabelecidas na Conferência de Dumbarton Oaks “completadas até agora pelas seguintes disposições” a partir das quais se estabelecia: o organismo chave das Nações Unidas o *Conselho de segurança*, o voto, o direito a veto dos membros permanentes; os princípios retores sobre os “territórios sob tutela”; resolvia “o desmembramento da Alemanha”; a política de “reparações de guerra”; determinava medidas sobre a Polônia, Iugoslávia, Irã, as relações búlgaro-yugoslavas, a Europa do sudeste, a convenção sobre os estreitos, acor-

dos sobre o Japão ...

Em abril de 1945, um *Comité de Juristas* reunido em Washington dava os últimos retoques. Dois meses depois nascia a Organização das Nações Unidas. Sem dúvida, uma gestação que esteve longe, muito longe das afirmações de Truman.

A ONU tem, entre seus princípios, “a igualdade soberana de todos os membros”, mas sua estrutura, seus órgãos diretivos são a negação em si mesmo desse princípio. Tal como se assinou em Yalta, o capítulo III da Carta estabelece que a Assembléia Geral é um “órgão deliberativo”, pode “considerar”, “estudar”, “tratar...”, mas suas decisões carecem de obrigatoriedade para os governos. Desde Dubarton Oaks e Yalta, o Conselho de Segurança estava concebido como a peça chave, a essência da ONU. As decisões do Conselho de Segurança são “de cumprimento obrigatório” para os países membros. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, Inglaterra, França, URSS e China) têm o direito de veto, o voto negativo de um deles paralisa qualquer decisão. Em outras palavras, se o estatuto da Sociedade das Nações exigia “a regra da unanimidade” para adotar as decisões, o estatuto da ONU estabelece a obrigatoria unanimidade ... de cinco. Para os defensores da ONU, a SDN fracassou devido “ao exagerado caráter democrático que se lhe quis atribuir e que degenerou em uma total anarquia”⁸.

Ao contrário de sua predecessora, a ONU nascia depois de uma guerra mundial que apontou para o EUA as disputas interimperialistas e marcou de forma categórica a hegemonia norte-americana sobre as decadentes potências européias, e nasceu no calor de um ascenso revolucionário generalizado que ameaçava a existência mesma do capitalismo na própria Europa.

A ONU e o processo de descolonização

A mídia e algumas correntes políticas costumam falar da “ONU da descolonização”, mostrando-a como “porta-voz da causa descolonizadora.

É certo que o período compreendido entre 1945 e 1965 concentra a maior parte da chamada *descolonização*. Se a Primeira Guerra Mundial marcou o fim da supremacia política das potências européias e o início de sua decadência, com o fim da Segunda Guerra (1945), a bancarrota das metrópoles européias alavancou as lutas pela independência na maior parte dos territórios da África e da Ásia, sob domínio colonial britânico ou francês.

Naqueles anos, países como a Índia e o Paquistão (1947), Ceilão - atual Sri Lanka - e Birmânia - atual Myanmar - (1948), Sudão, Marrocos e Túnez (1956), Ghana (1957), Nigéria (1960), Uganda (1962), Quênia (1963) ... conseguiram a independência. Em outros, essas datas significam o início de guerras sangrentas contra suas potências coloniais.

As formas de acesso à independência estiveram condicionadas por diversos fatores e ocorreram desde guerras sangrentas e prolongadas (como na Argélia ou Indochina), “descolonizações pactadas” (como no subcontinente índio) ou ambas as coisas ao mesmo tempo, ou seja, medidas de força junto

5 *Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales 1815-1991*. Editorial complutense

6 *Las Naciones Unidas*. Pablo J. De Irazábal. Cuadernos Historia 16

7 Idem.

8 *Las Naciones Unidas* (obra citada)

a processos de descolonização (Indonésia, Congo Belga ...)

A guerra acentuou o saque colonial e, com ele, a miséria de suas populações; por isso a luta pela liberação nacional ficou associada, em muitos casos, à luta pela liberação social. A revolução chinesa de 1949 foi a maior expressão desse processo e alentou, em especial na Ásia, a unidade dos dois processos, o social e o anticolonial (Indochina, Coréia). A oposição frontal ao colonialismo gerou poderosos movimentos nacionalistas de massas dirigidos por caudilhos burgueses. Foi o caso de Nehru, na Índia, Nasser, no Egito e Sukarno, na Indonésia.

Os governos da destruída Europa estavam diante de um dilema de ferro: ter de enfrentar o vertiginoso ascenso da luta anticolonial, quando nas próprias metrópoles estavam sendo apossados por um poderoso movimento operário, que tinha o poder ao alcance das mãos. A disjuntiva era como ceder, inevitavelmente, preservando ao mesmo tempo o máximo da influência econômica, política e militar em suas velhas colônias.

Frente a esse dilema, a ONU foi o instrumento político, jurídico e militar para defender os interesses das grandes potências coloniais e preservar assim a ordem social de dominação.

“Ao conceder a independência, as potências coloniais trataram de limitar os prejuízos da descolonização e prolongar sua dominação sob formas mais discretas. Assim, alcançaram a independência a maior parte dos países da África negra”

A Carta das Nações Unidas aborda o problema colonial nesta nova situação. O mecanismo jurídico-político foi o denominado Regime Internacional de Administração Fiduciária, que não passava de mais um passo em direção ao estabelecimento de normativas do direito internacional colonial. A diferença entre os mandatos e o novo regime de tutela está em que o objetivo declarado deste último é “o desenvolvimento progressivo rumo ao governo próprio ou a independência”, enquanto que nos mandatos, isto só era possível no denominado “Mandato A”. A tutela colonial incluía, entre outras coisas, a instrução militar e o estabelecimento

de bases militares.

A “missão” das Nações Administradoras era conseguir uma “situação de base” para que os administrados atingissem a autonomia. Assim, a ONU se convertia em instrumento privilegiado das grandes potências para estabelecer uma nova relação com os países que aspiravam à independência, um status no qual ficavam presos a maior parte desses países: o status semicolonial. Era a chamada “dependência depois da independência” ou, como alguns autores marxistas denominaram, o “neocolonialismo”.

As grandes potências preservaram o domínio ou a influência política sobre esses países, se asseguraram a exploração dos recursos econômicos, os converteram nos lugares para onde exportar os capitais das metrópoles para “a modernização” ou a “industrialização”, orientaram o saque de matérias primas e das fontes energéticas, e, em troca de algumas exportações limitadas, asseguraram a importação de manufaturas. Hipotecaram assim o futuro das novas nações “independentes”.

A miséria atual de continentes inteiros, como a África, sua dependência dos grandes centros econômicos, é impensável sem o saque ao qual foram submetidos antes, durante e depois de sua independência.

A ONU e as intervenções militares

Referir-se às vinculações da ONU com as intervenções militares mereceria ao menos um trabalho monográfico a respeito. Bastam alguns dados que ilustram sobejamente a conduta política de uma instituição que não vacilou em aplicar a espada onde “a diplomacia” não alcançava.

Em abril de 1947, a Inglaterra anuncia que cessará seu *mandato* sobre a Palestina e pede à ONU que estude “o problema do futuro desse território”. A Assembléia da ONU cria um Comitê Especial “sobre a questão da Palestina”, cujo informe majoritário propõe a partilha da Palestina entre judeus e árabes. Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia das Nações

Unidas resolve “a aprovação e aplicação, em relação ao futuro governo da Palestina, do Plano de Partilha com União Econômica exposto mais adiante”¹⁰. A resolução encarregava o Conselho de Segurança de adotar “as medidas necessárias previstas no plano para a execução do mesmo”. Nem mesmo local da votação se livrou dos incidentes. Em resposta à resistência do povo palestino em particular, e do árabe em geral, à partilha, a resolução da ONU afirmava “que o Conselho de Segurança considera como ameaça à paz, rompimento da paz ou ato de agressão (...) toda tentativa que vise alterar pela força o acordo previsto pela presente resolução”¹¹.

Diante dos enfrentamentos armados que se generalizaram, a ONU resolveu enviar uma Comissão de “cessar-fogo” a Jerusalém. Em 14 de maio de 1948, Israel proclamava sua independência, um dia depois forças armadas árabes provenientes da Síria, Transjordânia, Líbano e Egito entram em confronto com o recém-fundado Estado sionista. Desde então, a ONU não deixaria de promover “cessar-fogo”, “comissões de conciliação”, estabelecimento de linhas “para uma solução definitiva” ... Já se vão 53 anos e ainda continuam presentes os crimes do Estado sionista e o drama do povo palestino. O maior encrave militar imperialista em território árabe, o Estado criado de forma artificial para preservar o domínio político e militar das potências imperialistas na área, Israel, foi criado pela ONU.

A partilha da Palestina acabou por acender o processo revolucionário nos países árabes. Em 1922, a Inglaterra dera por concluído o protetorado no Egito e instaurado um regime monárquico que lhe garantira os privilégios que vinha mantendo. Em julho de 1952, o grupo dos *Oficiais Livres* encabeçados por Gamal Abdel Nasser depõem o rei Faruk e proclamam a República. O novo regime nascia como expressão do ascenso revolucionário e, à frente do mesmo, estava o dirigente que encabeçou a resistência da burguesia árabe ao processo de semicolonização, o denominado *panarabismo*. Nasser, apoiado em um poderoso movimento de massas, aplicou uma política de nacionalizações, de reformas sociais que lhe garantiram o apoio popular e empreendeu a construção da enorme represa de Assuã, além de aplicar algumas medidas de reforma agrária e modernização industrial. O enfrentamento com as potências coloniais chegou a seu ponto máximo em 1956 com a nacionalização do Canal de Suez. No discurso que anunciou a nacionalização, Nasser dizia: “Estivemos lutando para nos livrar dos restos do passado, do imperialismo e do despotismo (...) Lutamos(...) para estabelecer um Estado independente, de uma independência verdadeira, tanto política como econômica (...) O imperialismo tentou por todos os meios atingir nosso nacionalismo árabe. Tentou nos dispersar e nos separar, por isso criou o Estado de Israel (...) Hoje vou dizer tudo sobre as negociações. Desde 1952 e depois do êxito da revolução, a Inglaterra e a América passaram a fazer contatos conosco e nos pediram que nos aliássemos a elas, e nós sempre respondemos que não podíamos jamais fazer parte de um pacto que não agrupasse todos os Estados árabes (...)”¹².

A nacionalização foi respondida com a intervenção de tropas israelitas, francesas e britânicas, que ocuparam o Canal. Não sem fricções, entre os EUA e seus aliados europeus, uma resolução da Assembleia das Nações Unidas acabava exigindo a retirada das tropas e sua substituição por uma *Força de*

9 “La descolonización: El tercer mundo”.

10 Resolución 181(II) de la ONU sobre Palestina (29 de Noviembre de 1947).

11 Ídem.

Emergência das Nações Unidas “para a manutenção da paz”, a UNEF. Nasceram assim os popularmente conhecidos “capacetes azuis”.

Como afirma o próprio Maurice Bertrand: “a ONU não foi concebida “para estabelecer a paz”, isto é, facilitar as negociações antes ou durante os conflitos, mas somente para manter a paz depois que a utilização da força tivesse conseguido encontrar uma solução”.

A ONU e o direito à autodeterminação dos povos

Entre os fiadores da ONU, é comum falar da defesa que ela fez e faz do *direito à autodeterminação dos povos*. Não são poucas as organizações nacionalistas que depositam na ONU suas esperanças de liberação nacional.

Aparentemente, quando a ONU “demorou” para intervir no Kosovo ou em Timor, ou não o fez na Chechênia, estava “contradizendo seus princípios”. A favor de quem alega a existência dessa contradição está o fato, certo, dos numerosos documentos e resoluções da ONU, incluindo sua Carta fundacional, onde figura expressamente como um princípio básico o *direito de autodeterminação dos povos*. Em um dos documentos mais mencionados, a *Declaração de princípios sobre direito internacional* lê-se: “*Todos os povos têm direito a determinar livremente, sem ingerência interna, sua condição política e de prosseguir seu desenvolvimento econômico, social e cultural (...) O estabelecimento de Estado soberano e independente, ou a aquisição e qualquer outra condição política livremente decidida por um povo, constituem formas do exercício do direito de livre determinação desse povo...*”.

O certo é que (só na aparência), com tal reconhecimento passaria como em geral acontece com o direito burguês que, no melhor dos casos, reconhece o direito mas não o exercício do mesmo. Robert Lansing, que foi Secretário do presidente norte-americano Woodrow Wilson, dizia que o princípio das nacionalidades “é uma dessas declarações que parecem verdadeiras, que aparecem fundadas no Direito Natural,

mas que quando se reivindica para casos concretos, se converte em um fator de instabilidade política e desordem, e muitas vezes, causam rebelião”. Para o autor da frase citada, o direito de autodeterminação dos povos é “um princípio carregado de dinamite”.

Aparentemente não deixaria de ser chocante que tanto os países da Europa ocidental como a própria URSS subscreveram documentos em que figurava o *direito de autodeterminação dos povos* quando esse direito era “um princípio carregado de dinamite” no interior de uma Europa, do leste e do oeste, repleta de nacionalidades.

Mas adiantando-se a possíveis equívocos, a própria resolução da ONU antes citada aclarava: “*Nenhuma das disposições dos parágrafos precedentes se entenderá no sentido que autoriza ou fomenta qualquer ação destinada a quebrantar o menosprezar, total ou parcialmente, a integridade territorial de Estados soberanos...*”. Para evitar qualquer interpretação equivocada, a Carta fundacional das Nações Unidas foi acompanhada de um extenso *Documento explicativo* dos conteúdos da Carta em que se podia ler: “*Por outro lado (...) esse princípio não é compatível com os propósitos da Carta senão na medida em que implique que os povos têm direito a administrar-se a si mesmos, mas não o direito de secessão*”¹³. E se ficava ainda alguma dúvida a respeito, o então Secretário Geral da ONU em 1970, U Thant, dizia: “*as Nações Unidas nunca aceitaram, não aceitam e eu acho que não aceitarão nunca o princípio de secessão com respeito a uma parte de território de seus Estados membros*”¹⁴.

E, no entanto, aí reside, precisamente, o problema essencial da soberania das nações, porque o direito de autodeterminação dos povos, sem direito à secessão, não é mais que uma expressão enganadora, destinada a legitimar a anexação das pequenas nações pelas grandes.

A ONU nasceu como a instituição dedicada a tentar dar legitimidade “democrática” e universal a um princípio: nem todos os povos têm direito a determinar livremente sua condição política e de prosseguir seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

A instituição central da ordem

política do pós-guerra

Um dos argumentos reiterados das correntes pro-reformas da ONU é que sua estrutura a tornou “inoperante”. Um Conselho de Segurança (CS) nucleado em torno de cinco membros permanentes e o direito de veto “paralisa” o “funcionamento normal” das Nações Unidas. Como tratamos de demonstrar, o CS e o direito de veto não foram carências, falhas, mas sim o núcleo substancial, a razão de ser da própria ONU.

A ONU, sua Carta e essencialmente sua estrutura foram a forma institucional, jurídico-política, que adotou, depois da II Guerra Mundial, a repartição das zonas de influência no mundo entre o imperialismo e a burocracia soviética. A ONU se convertia na instituição predominante da ordem político do posguerra, ou seja, do regime político, na expressão institucional da chamada coexistência pacífica. Para as grandes potências européias e norte-americana, o acordo permitia dismantelar as revoluções operárias em curso na Europa, garantir que a ordem social dominante continuaria sendo o imperialismo, ou o que o eufemismo em uso chama a sociedade de mercado. E onde nem a diplomacia, nem sequer o garrote puderam frear as revoluções em curso e a expropriação dos capitalistas (leste da Europa, China, Coreia, Cuba, Vietnã ...) a burocracia moscovita se encarregaria de mantê-los sob sua “zona de influência”.

Se recorre, como símbolo da “paralisa”, às 279 ocasiões em que durante todos estes anos algum dos “grandes” utilizou o direito de veto. Sem dúvida, essa cifra expressa um processo repleto de tensões, mas convém recordar que, no sustancial, o veto não impediu nunca preservar a área de influência de cada uma. Sob a bandeira da ONU, os EUA intervieram militarmente na Coreia em 1952, sob a mesma bandeira, em 1960 desembarcaram tropas européias no Congo em apoio aos interesses belgas e das multinacionais mineiras de Katanga, contra a independência. Em outras ocasiões, o CS não foi impedimento algum para as intervenções militares. Assim ocorreu em Cuba, em março de 1961, quando os EUA intervieram contra a revolução cubana na célebre Baía dos Porcos. O governo cubano apresentou uma moção na ONU, mas a Assembléia Geral resolveu “remiter o caso à OEA”, da qual, obviamente, Cuba estava excluída. Em abril de 1965 ocorreu o mesmo, quando os EUA invadiram a República Dominicana, ou em 1962, quando invadiram o Vietnã. Tampouco o veto foi impedimento para que a burocracia soviética garantisse a ordem em sua zona de influência, em 1956 contra a revolução húngara ou em 1968 contra a revolução checoslovaca.

Bósnia, Kosovo ... os novos encraves coloniais

Já se passaram cinco anos da assinatura, na base norte-americana de Dayton, dos acordos que puseram fim à guerra da Bósnia e que seriam o “modelo” de futuros acordos. Segundo os *Acordos de Dayton*, deveria haver uma ano de transição supervisionada por uma “administração internacional”. Esse ano de transição concluiria com as eleições que dariam lugar ao

12 *Nacionalización del Canal de Suez* (26 de julio de 1956).

Documentos Básicos sobre Historia de las Relaciones Internacionales 1815-1991. Editorial Complutense.

13 Doc 343 I/1/16 Volumen VI.

14 “La teoría del derecho a la autodeterminación de los pueblos”.

“nascimento democrático da nação” bósnia. Em setembro de 1996 ocorreram eleições que foram supervisionadas pelos organismos internacionais designados pela ONU. No entanto, a “administração internacional” foi prorrogada inicialmente por mais dois anos para um “período de consolidação” e em dezembro de 1997 foi prorrogada indefinidamente.

A presença de organismos internacionais incluindo mais de 200 ONGs que intervêm na aplicação das políticas de governo, fez com que Sarajevo fosse batizada como a “capital mundial do intervencionismo”. O “Escritório do Alto Representante da Comunidade Internacional” (OHR) foi, a cada passo, acumulando novos poderes, a ponto de, desde 1997, os poderes incluírem decidir sobre a presidência do Conselho de Ministros, tomar medidas que não tenham sido aceitas pelas autoridades bósnias, destituir membros eleitos em todos os níveis do governo. A chamada “comunidade internacional” regula absolutamente tudo na Bósnia, desde as decisões das “autoridades bósnias”, passando pela gestão dos serviços municipais, as práticas de emprego, as admissões nos colégios, os esportes. Mais de 50.000 soldados e “administradores internacionais” velam por tudo porque, segundo eles, a população bósnia “prejudicada, traumatizada”, não é capaz de atuar independentemente e decidir entre “o que é correto” e “o que não é correto”¹⁵.

Sobre o esquema jurídico-político de Dayton, em fevereiro de 1999 foram assinados os acordos de Paris/Rambouillet, que punham fim à guerra no Kosovo.

Quando este artigo for publicado, terão sido celebradas as eleições municipais no Kosovo, em teoria um passo importante para o autogobierno, no entanto, para não deixar dúvidas, o administrador das Nações Unidas, Bernard Kuchner, enquanto apela para os albanos kosovares para participarem das eleições porque “vocês são o tipo de gente que poderá fazer com que estas eleições sejam livres e democráticas”¹⁶, esclarece que “a missão internacional

deverá ter um prazo de no máximo 10 anos para obter os primeiros resultados e propor a retirada militar”¹⁷.

Como na Bósnia, as “administrações internacionais” da ONU se prorrogam a si mesmas indefinidamente. Como na Bósnia, a presença massiva de militares e ONGs caracteriza a vida cotidiana e, como nos velhos encraves coloniais, a vida acaba girando em torno aos militares e os “empregos” que a presença del colonizador garante. No dia 15 de agosto passado, os soldados da KFOR fecharam a fábrica de chumbo de Zvencan “por emitir gases contaminantes”, o que provocou o enfrentamento com os 400 trabalhadores da fábrica e faz lembrar o prolongado incidente dessas mesmas forças com os mineiros de Krepca.

Já são várias denúncias e, pelo menos duas são processos judiciais contra soldados norte-americanos por maltrato à população. E como nas ocorrida nas velhas administrações coloniais, no dia 5 de junho passado o jornal kosovar *Dita* foi retirado de circulação por 8 dias.

Quanto às condições materiais de existência - que são a fonte dos problemas, a base material que dá sustento ao problema nacional - depois da intervenção da OTAN e da ONU, tanto a Bósnia como o Kosovo, longe da “soberania nacional”, estão reproduzindo as cenas das economias e sociedades coloniais mais decadentes, os encraves militares. Economias que giram em torno da presença militar e suas derivações civis, nas que se fecham fábricas enquanto proliferam os bordéis e nas que a juventude não tem outro futuro que emigrar para ser mão-de-obra barata nas “grandes potências” européias.

Do ponto de vista dos direitos nacionais desses povos, pouco ficaria por acrescentar ao que já foi dito, mas os últimos acontecimentos na Jugoslavia merecem ser mencionados. A oposição yugoslava, entre as primeiras coisas que não parou de recordar e reclamar das Nações Unidas foi que a resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, assinada depois da agressão militar à Sérvia estabelece a soberania sérvia

sobre o Kosovo e o retorno progressivo de forças militares yugoslavas ao Kosovo.

Para complicar ainda mais, as manifestações das forças políticas e o povo albanos kosovares não deixam lugar a dúvidas e se sucedem nesses dias as concentrações massivas pela independência. Estamos como no início? Do ponto de vista de quem defende o direito de autodeterminação dos povos, como nós, incluindo seu direito à secessão, infelizmente não estamos muito pior, porque como disse o administrador da ONU, “a maior conquista da ONU no Kosovo foi desarmar o ELK”¹⁸.

Essa é a proeza da ONU, desarmar os povos, entregar o monopólio das armas a um exército profissional mandado e dirigido pelo administrador colonial de turno, condenar a população a viver na miséria ou emigrar para fora do enclave e que esqueçam a luta que esteve na origem do problema, o direito nacional. O problema é que para que sua missão conclua necessitam algo que não têm: a resignação do povo kosovar.

Aqueles que como nós denunciámos a ONU por causa do embargo de armas à Bósnia, que defendemos o direito dos povos a defender-se, armas na mão, somos taxados, quando menos, de “militaristas” ou “violentos”. Não é minha intenção abordar aqui um tema tão delicado como o da “violência”, mas quero ao menos recordar que é curioso esse pacifismo que clama desarmar os povos enquanto entrega o monopólio das armas aos exércitos. Curioso antimilitarismo e pacifismo esse de quem encontrou nas intervenções militares da OTAN ou da ONU as respostas aos conflitos nacionais.

Timor independente?

Em 30 de agosto passado, o Timor Loro Sae cumpria um ano do referendium em que votou por sua independência. Foi quase unânime na esquerda a exigência à ONU para que intervisse depois dos sangrentos acontecimentos que sucederam a consulta popular. É sobradamente conhecido o discurso do deputado da LCR francesa Alain Krivine recriminando a ONU por sua tardia intervenção, assim como é conhecida a entusiasta campanha dos dirigentes do Bloco de Esquerdas (BE) português reclamando a mesma intervenção. Para os dirigentes do BE, *“A conquista da independência do Timor Loro Sae, prêmio mais que justo para o sofrimento incalculável de uma nação nas mãos de um regime que buscou seu extermínio, tem o efeito de uma luz no fim do túnel. Afinal, no final deste século ainda é possível levar a bom termo uma luta pela libertação”*¹⁹.

Em Timor, um ano depois, quem governa é um administrador da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, a quem cabe tomar todas as decisões. Por ocasião do aniversário do referendium em Timor, a própria imprensa portuguesa, que foi tão pro-intervenção, fazia comentários dizendo: *“Timorenses entre a esperança e a incerteza. Depois de doze meses o ambiente que se vive em Timor é de liberdade, mas a conta a pagar é alta, o estilo de vida dos estrangeiros, sobretudo da ONU, contrasta com a pobreza do povo timorense, o rastro de destruição continua presente na memória e nas ruas, e a luta pela sobrevivência se desenvolve no dia a dia. O próprio responsável pela infraestrutura do governo da ONU afirma, um*

15 New Left Review, David Chandler.

16 *El Mundo*, 13 de agosto de 2000.

17 *El Mundo*, 11 de junho de 2000.

18 *El Mundo*, 28 de março de 2000.

19 “As nossas prioridades”, Bloco de Esquerdas (Portugal).

ano depois, que em sua área *“temos praticamente tudo por fazer (...) o que está feito são apenas remendos”*. *“As redes de água e saneamento básico são praticamente inexistentes (...) quanto aos transportes (...) além dos muitos jeeps da administração transitória da ONU, circulam pelas ruas do território motos e algumas carroças coloridas que servem de táxi-autocarro, que vão em alta velocidade, com passageiros pendurados nas portas. (...) A vida voltou à capital (...) com um trânsito caótico pelas ruas sujas, de casas chamuscadas, onde perambulam porcos, cabras e pessoas (...). Os estabelecimentos comerciais ainda são poucos e os que existem pertencem a portugueses, australianos e chineses”*.

A taxa de desemprego é de 80% e *“além dos poucos timorenses contratados pela ONU, os postos de trabalho são raros (...) A população local pergunta para onde foram os cerca de 55 milhões de contos já canalizados para o território (...)”*. *“No setor da Justiça foi decidido que continuasse em vigor a legislação indonésia (...) o julgamento dos crimes graves continua sem data marcada”*.

A única instituição bancária que existe em Timor, o Banco Nacional Ultramarino (BNU) recebe diariamente centenas de pessoas em busca de empréstimos. A razão é que o Banco Mundial, em colaboração com o BNU, lançou um “programa de empréstimos” com juros de 10% ao ano, sem data limite de pagamento. Cada timorense podia pedir entre 110.000 escudos e 11 mil contos, contanto que apresentasse “um projeto viável”. *“Até meados de agosto já haviam sido pedidos 6,7 milhões de contos, mas apenas 20 propostas foram aprovadas”*. *“Outra questão a ser resolvida pelo governo transitório é o problema dos inúmeros refugiados que ainda se encontram em Timor ocidental”*²⁰.

Sem dúvida, a independência de Timor Loro Sae seria, como dizem os dirigentes do BE, *“um prêmio mais que justo” para o sofrido povo maubere, mas – acrescentamos - essa independência não é garantia suficiente para superar os problemas sociais. O que os fatos não demonstram é que tal independência seja um fato e, menos ainda, que com a presença da ONU seja possível “levar a bom termo uma luta de libertação”*. Com o governo da ONU, Timor está hoje mais longe da inde-

pendência e mais perto, infelizmente, de um novo encrave colonial.

Ordem “multipolar” e luta pelo socialismo

Para quem, da esquerda, que defende as necessárias reformas da ONU, do que se trata é de assentar as relações internacionais em uma “ordem multipolar”. Nas palavras do Bloco de Esquerdas português: *“Uma ordem assentado em direito, que renuncie ao uso da força militar para resolver os conflitos territoriais, dotada de um sistema internacional de segurirança coletiva e cooperação para o desenvolvimento, com “funcionamento democrático de um Conselho de Segurança com força para impor a paz e impedir agressões”, onde “a Organização Mundial do Comércio e as instituições financeiras mundiais devem estar submetidas a controle político e a princípios de responsabilidade democrática”*²¹

Nesse mesmo sentido, não faltou quem, de diversas ONGs e meios intelectuais que fez uma sistematização de propostas para tornar a ONU um grande *Parlamento Mundial*²². *A democratização mais completa da ONU seria parte da aposta por uma nova regulamentação das relações internacionais entre os povos e Estados, um “novo contrato mundial”*.

É possível um “Parlamento mundial” por cima dos Estados, dos exércitos, das multinacionais, dos bancos ... capaz de impor democraticamente decisões contrárias à sua vontade? É possível um “Parlamento mundial” capaz de obrigar, pela força da razão os bancos e multinacionais a “se submeterem a um controle político e a princípios de responsabilidade democrática” e que atuem com critérios de um “comércio justo”?

É preciso dizer, ao menos, que esse Parlamento mundial seria possível com a condição de que: o sistema econômico mundial aceitasse retroceder 150 anos à época do livre cambio; as multinacionais, os bancos, as companhias de seguros etc... admitirem renunciar ao princípio da “produção para o lucro”. Que bancos e

especuladores desistissem de exportar capitais, se limitassem a exportar mercadorias e estabelecessem suas relações comerciais sobre critérios morais de “justiça no preço”. Que os credores renunciassem à cobrança da dívida externa e interna dos países. Que os membros da União Européia, Japão e Estados Unidos estabelecessem um sistema de “reparações” para restituir el saque de matérias primas e fontes energéticas aos países da América Latina, Ásia e África, premissa básica para começar a restabelecer condições mínimas de igualdade. Que o Complexo Militar Industrial renunciase aos 800.000 milhões dólares que movimenta anualmente o comércio de armas e concordasse em reconverter-se em indústria produtiva; que países como EUA, Alemanha, Espanha ou Portugal aceitem que, se for necessário, capacetes azuis da República Dominicana e do Congo se apresentassem com seus tanques em Washington, Berlin ou Madri para impor as resoluções que o democrático Conselho de Segurança tenha tomado.... Fazer a história retroceder mais de dois séculos para retomar a formação dos modernos Estados nacionais, procedendo a uma prévia repartição equitativa dos territórios.

Muito distante de qualquer “pragmatismo” político, a nova ordem multipolar acaba sendo uma utopia fundamentada em fazer retroceder a história, ou seja, uma utopia reacionária.

Conseguir uma instituição internacional capaz de estabelecer em termos de igualdade as relações entre as nações é uma tarefa indissociável da luta por mudar a base material, a ordem social vigente. Não seria mal, então, concluir recordando uma passagem do primeiro manifesto internacional dos trabalhadores, o Manifesto Inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores escrito em outubro de 1864:

“Se a emancipação das clases trabalhadoras requer a união fraternal e a cooperação entre as diversas nações, como será possível atingir essa grande meta com uma política externa que tem fins canalhescos, que especula com preconceitos nacionais e dilapida em guerras de pirataria o sangue e as riquezas do povo? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a heróica resistência da classe operária inglesa contra sua criminosa estupidez, que preservou o Ocidente da Europa de uma cruzada transatlântica em prol da eternização e da propaganda da escravidão (...) as monstruosas ingerências, impassivelmente toleradas, dessa potência bárbara que tem sua cabeça em São Petersburgo e suas mãos em todos os gabinetes da Europa, ensinaram às classes trabalhadoras o dever de iniciar-se nos segredos da política internacional, de vigiar os atos diplomáticos de seus respectivos governos para enfrentar-se com eles quando seja necessário, e, nos casos em que não consigam impedi-los, unir-se em uma denúncia simultânea e fazer valer ao menos as simples leis da moral e da justiça que devem reger as relações entre as pessoas, e impor também sua vigência como as leis supremas do trato entre as nações.”

20 As citações correspondem ao *Semanário Expresso* (Portugal) 30 de agosto, 2000.

21 “As nossas prioridades” Bloco de Esquerdas (Portugal).

22 Ver trabalho de Vicens Fisar “las naciones Unidas....”

REVOLUÇÃO PERMANENTE: UM GRITO DE GUERRA PARA O SÉCULO XXI

BILL HUNTER

Dirigente da ISL (Inglaterra) e da LIT-QI

No final do ano passado, Geoff Lorimer, dirigente de um grupo socialista australiano, o Partido Socialista Democrático (DSP), publicou um folheto sobre a famosa teoria da Revolução Permanente, de Trotsky, atacando a teoria e a política que dela surgia como se se tratasse de um erro gravíssimo.

O que Lorimer colocava não eram questões históricas acadêmicas. Seu ataque a Trotsky e à teoria de Trotsky repetia acusações que Stalin e os dirigentes do Partido Comunista Soviético fizeram. À medida que o estado soviético degenerava burocraticamente e o stalinismo se fortalecia com essa degeneração, Trotsky travou uma batalha pelos princípios bolcheviques. Foi no início dessa luta, nos primeiros anos da década de 1920, que os dirigentes do Partido Comunista soviético, Stalin, Zinoviev e Kamenev, conhecidos como a *troika* – intencionalmente exageraram as divergências que havia entre Lenin e Trotsky antes da Revolução Russa, e tergiversaram as posições de Trotsky para canalizar a discussão dos temas reais da burocratização e do internacionalismo. Alguns temas preocuparam Lenin nos últimos tempos de sua vida, como os perigos burocráticos na União Soviética e a maneira como Stalin e outros dirigentes do Partido Comunista encaravam a questão nacional na União Soviética. Sobre este tema estava preparando uma batalha contra Stalin, e pouco antes de morrer, propôs a Trotsky dar a batalha. Lenin havia atacado o chauvinismo gran-ruso de Stalin na questão da Geórgia. O que Stalin

estava encobrindo era sua divergência com Lenin e o fez nesse momento e também mais tarde. À medida que a brecha entre stalinismo e leninismo se aprofundava, nas décadas de 1920 e 1930, crescia também a difamação, as tergiversações e mentiras sobre o trotskismo. Em 1926, Zinoviev e Kamenev romperam com Stalin e se ofereceram para reconhecer publicamente que Trotsky tivera razão em tudo quanto dissera quando advertia o partido contra sua burocracia. (1) Revelaram o fato de que a lenda do trotskismo como uma tendência anti-marxista consistente contra o “leninismo” fora deliberadamente construída em 1923. O objetivo era ocultar os temas que realmente se interpunham entre Trotsky e a “troika”, e sobretudo entre este e Stalin. Nesse mito, nessas tergiversações, nessas cortinas de fumaça das velhas políticas de Stalin é que Lorimer se apoia para criticar Trotsky.

A validade da revolução permanente como teoria e como guia estratégica foi demonstrada na história do stalinismo e da União Soviética, e também em seu colapso. Foi provada, além disso, nas revoluções nos anos posteriores à II Guerra Mundial. Para ilustrar isto, cito dois documentos sobre a Brigada Internacional Simón Bolívar que lutou na revolução nicaraguense. Aqui, no calor da batalha real, se colocaram à prova a política baseada no trotskismo e a outra, baseada na teoria da revolução por etapas, como defende Lorimer. Na história do DSP, John Percy, um de seus dirigentes, diz:

“A revolução nicaragüense derrubou nossa teoria trotskista, que diz que as revoluções são assuntos de uma só etapa, e reivindicou a estratégia das duas etapas na revolução desenvolvida por Lenin.”

O certo é que a realidade histórica demonstrou na Nicarágua, igual que em outras revoluções nacionais onde tombaram velhos impérios, que a teoria da Revolução Permanente é um guia estratégico para aqueles que hoje estão construindo a direção revolucionária.

A que se deve o atual ataque a Trotsky?

A pergunta que fica é: por que se escreve esse panfleto, neste momento específico? O ataque a Trotsky e sua teoria foi publicado na véspera de uma conferência internacional convocada pelo DSP que, segundo sua declaração, tinha como objetivo reunir os “partidos marxistas de todo o mundo” e “todos os ativistas comprometidos com as lutas pela liberação e a liberdade”.

Grande parte dessas forças, no Extremo Oriente, que agora estão surgindo, no começo de um ascenso de lutas, são gerações novas. No início, com o desenvolvimento desigual, há uma confusão e um pôr à prova as idéias, que são inevitáveis. As tradições e os princípios do marxismo autêntico foram preservados pelas pequenas forças do trotskismo. Ainda que o stalinismo tenha ido ao colapso, outros grupos continuam desenvolvendo o basicamente elementar da ideologia do stalinismo, sua teoria nacionalista de socialismo em um só país. Apesar de opinarmos que uma nova Internacional será construída a partir das forças que têm posições principistas anticapitalistas, mesmo que não se reivindicuem como a continuidade do trotskismo, estamos convencidos de que esta não pode construir-se sem o *internacionalismo* marxista-leninista e na luta para que isto se dê. O trotskismo deu e continuará dando uma contribuição inestimável. E esta contribuição foi se construindo sobre a base de uma oposição principista e coerente à teoria do socialismo em um só país.

Junto com isso estava uma atitude e uma política principistas, marxista-leninista, para com os dirigentes nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses, que vem desde os tempos de Marx. O DSP, no entanto, vem se desenvolvendo como um centrismo moderno, incapaz de levar a cabo uma luta por um internacionalismo principista, que é o fundamental do leninismo e do trotskismo. O internacionalismo se torna platônico, a menos que se concretize na construção de um partido mundial. E isso é o que o DSP repudia. Voltaremos ao tema.

As posições de Lorimer têm uma grande relevância para a prática revolucionária socialista hoje. O Extremo Oriente está sofrendo os efeitos mais agudos da crise estrutural do capitalismo mundial. A discussão sobre a Revolução Permanente, sobre as táticas e a estratégia da revolução internacional e sobre a estratégia para os movimentos dos trabalhadores que, como no Extremo Oriente, ainda têm a revolução democrática pela frente, têm uma grande importância ali. Estes temas importantíssimos exigem algo mais que o seguidismo à *troika* e semear confusão e distorções. A classe trabalha-

(1) A política para as nacionalidades de Lenin era uma ruptura total com o nacionalismo russo do antigo regime zarista e entrava em choque com as posições de Stalin e outros bolcheviques. O choque mais violento se deu na questão da Geórgia. Contra Lenin, Trotsky e outros membros do Buró político, havia se decidido invadir a Geórgia. Em suas cartas de dezembro de 1922, pouco antes de sua morte, Lenin atacou Stalin e ao Comissariado do Povo pela forma com que trataram a Geórgia, como chauvinistas grã-russos, declarando: “Opino que a prensa de Stalin e sua admiração pela administração pura, juntamente com seu despeito pelo notório “socialismo nacional” desempenharam um papel funesto aqui. Na política, o despeito costuma ter o mais vil dos papéis” (página 606, Vol. 36, *Lenin Collected Works*, 1966) Para um relato mais detalhado, ver *Leninism Under Lenin*, Marcel Liebman, Merlin Press.

dora está vivendo um momento no qual sua organização revolucionária mundial está mais débil que nunca. E, no entanto, jamais houve tanto reconhecimento do fato de que o capitalismo é uma forma internacional de exploração. Jamais a questão do poder e do controle sobre as forças de produção foi colocada tão nitidamente a uma parte tão ampla da juventude mundial. Mas esse processo internacional da luta de classes ocorre de uma maneira extremamente desigual, produto da debilidade e das traições da direção mundial da classe trabalhadora. Estas permitiram a continuidade do capitalismo, apesar de sua decadência, e que esse sistema se constituísse em uma ameaça para a civilização e até mesmo para a Terra. Nestas condições, tal como estão colocadas hoje, com a agudização das contradições do capitalismo sob a “globalização” e este desenvolvimento desigual das lutas da classe trabalhadora, o que se evidencia cada vez mais é a necessidade do internacionalismo proletário.

Este é o contexto no qual se faz este ataque à teoria trotskista da Revolução Permanente. A maior contribuição do trotskismo ao marxismo e contra o stalinismo foi a luta pelo internacionalismo e a busca de uma solução para a crise de direção da classe trabalhadora. No centro da teoria da Revolução Permanente está a necessidade de se fazer com que a revolução seja permanente, tanto nos países capitalistas avançados, como nos atrasados. A teoria da Revolução Permanente leva à estratégia de Lenin na Revolução Russa de 1917. É o que se vê quando se examina com seriedade a história da Revolução Russa. O ano de 1917 não viu uma revolução em duas etapas, como na concepção de Stalin, primeiro a revolução democrático-burguesa e depois a proletária.

Sob o manto de sua teoria de revolução por etapas, Stalin depois justificou sua adaptação e sua capitulação aos movimentos nacionais. Atualmente, o ataque contra Trotsky e sua teoria vem junto com a recusa à construção de uma nova Internacional operária.

Marx e a revolução permanente

Foi Marx quem primeiro expôs as premissas da teoria e as apresentou antes, durante e imediatamente depois dos acontecimentos revolucionários na Alemanha em 1848-9. Quatro anos antes da revolução alemã, Marx já havia começado a desenvolver sua tese principal: que a classe que devia assumir a missão de liberar o povo alemão e de mudar a ordem social era o proletariado. Lutaria junto com a burguesia democrática, mas levaria adiante seus próprios objetivos revolucionários. Em 1850, Marx escreveu seu Primeiro Discurso ao Comitê Central da Liga Comunista da Alemanha, sobre as lições da revolução de 1848 que, nesse momento, já estava derrotada. Tirou ensinamentos sobre as reivindicações dos trabalhadores e a necessidade de sua organização independente. Foi daí então que Marx declarou o caráter internacional da revolução:

“É nosso interesse e nossa tarefa fazer com que a revolução seja permanente até que todas as classes possuidoras estejam mais ou menos expropriadas, o poder do governo em mãos do proletariado e da associação dos proletários, e isto não somente em um país, mas em todos os países importantes do mundo, pondo, assim, fim à concorrência entre os proletários desses países e até que as forças produtivas se concentrem nas mãos do proletariado.”

Declarou:

“... não há nenhuma dúvida de que a democracia pequeno-burguesa adquirirá por um tempo uma influência preponderante durante o desenrolar da revolução na Alemanha”.

E depois fez a pergunta:

“Qual deve ser a atitude do proletariado, e especialmente da Liga dos Comunistas, em relação à democracia pequeno-burguesa?”

Tirou conclusões muito claras:

“Devem simultaneamente construir seu próprio governo dos trabalhadores revolucionários bem implantado ao lado do novo governo oficial, seja na forma de comitês executivos, conselhos comunitários ou clubes de trabalhadores, de modo que o governo democrático-burguês não só perca seu poder de limitação sobre os trabalhadores, como se sinta, a todo momento, observado e ameaçado por uma autoridade atrás da qual está a massa

dos trabalhadores. Em uma palavra: desde o primeiro momento da vitória e também depois dela, a desconfiança dos trabalhadores não deve se dirigir mais para o partido reacionário derrotado, mas aos que haviam sido até o momento seus aliados, a pequena burguesia democrática, que deseja explorar a vitória comum somente em seu próprio benefício.”

Marx terminava seu discurso com esta declaração:

“Mas [os trabalhadores] conseguirão a maior parte da vitória final para eles mesmos por meio do auto-esclarecimento quanto a seus interesses de classe, ao assumir atitude por seu próprio partido independente, o mais rápido possível, e ao não deixar-se estafar em relação à necessidade de organização de um partido independente pelas frases hipócritas da pequena-burguesia democrática. Seu grito de guerra deve ser sempre: Revolução Permanente”.(2)

Foi Marx, então, quem usou o termo “revolução permanente” pela primeira vez, meio século antes de Trotsky. Apontava no sentido de que a classe trabalhadora estava sempre em luta por alcançar a hegemonia entre as classes envolvidas na revolução democrática na Alemanha. No final do século, a Alemanha tinha se unificado mediante a “revolução” de Bismark no Estado prussiano e emergiu como um dos principais países capitalistas. O capitalismo havia entrado na época imperialista, mas as revoluções democrático-burguesas continuavam incompletas em grande parte do mundo, e o antagonismo de classe entre a burguesia e o proletariado aumentou muito desde os tempos de Marx.

Deste modo, a relação da burguesia e da pequena-burguesia, que via a revolução unicamente em termos da democracia, com o proletariado, tornou-se um problema importante para o revolucionário consciente no enorme e extremamente atrasado império da Rússia feudal. A pergunta candente era: qual é o papel da classe trabalhadora na próxima revolução democrático-burguesa?

A teoria de Trotsky

Trotsky desenvolveu sua teoria da Revolução Permanente na primeira década do século XX. Ele se referia a países como a Rússia, onde o capitalismo e classe operária já haviam se desenvolvido em uma sociedade feudal ou semi-colonial, dominada pelo imperialismo. Para alcançar sua liberação, estes países tinham que passar por uma revolução anti-imperialista e anti-feudal. A classe capitalista nativa, devido a seus vínculos com outras classes exploradoras, não podia encabeçar sua própria revolução até as últimas conseqüências para estabelecer uma república democrática, burguesa e independente. Sobre-tudo, não podia encabeçar uma revolução que garantisse uma distribuição radical da terra de forma vantajosa para o campesinato.

A única classe capaz de dirigir o campesinato e de cumprir as tarefas da revolução burguesa era a classe operária. Mas, dizia Trotsky, a classe operária não poderá deter-se nos limites da revolução democrático-burguesa. Depois de haver tomado o poder, o proletariado será obrigado a cercar cada vez mais os interesses da propriedade privada em geral, ou seja, tomar o caminho das medidas socialistas.

(2) *The Prophet Unarmed.*
(O Profeta Desarmado)
Isaac Deutscher,
Oxford University
Press.

Trotsky insistia em que o governo operário não teria outra alternativa que não fosse a de assegurar a revolução fazendo ações contra o capital. A barreira entre o programa mínimo e o programa máximo desapareceria assim que o proletariado chegasse ao poder (isto quer dizer: o programa mínimo das demandas democrático-burguesas e o programa máximo das demandas que sirvam de base para o socialismo).

Para Trotsky, a única classe capaz de conduzir o campesinato e de cumprir as tarefas da revolução burguesa era a classe operária. Em aliança com o campesinato, a classe trabalhadora tem que se colocar à cabeça, devido as dificuldades da organização camponesa, fruto da consciência pequeno-burguesa baseada na propriedade individual. Se a classe trabalhadora não se colocava na cabeça da revolução democrático-burguesa e não a levava adiante ao construir as bases para a transformação socialista, esta revolução se deteria na metade do caminho e terminaria por deformar-se. Se, além disso, a revolução não se tornasse permanente mediante sua expansão para fora das fronteiras, com as revoluções em outros países, cedo ou tarde a reação triunfaria.

Trotsky não dizia que a classe trabalhadora imediatamente podia introduzir o socialismo, como diziam os stalinistas agora imitados por Lorimer. Igual que Rosa Luxemburgo (ver mais abaixo) ele acreditava que a Revolução Russa alcançaria *“nos assuntos particulares da Rússia absolutista, os resultados gerais do desenvolvimento internacionalista capitalista”*.

Apresentou um claro resumo disso em 1929, na introdução à primeira edição de seu livro *A Revolução Permanente*.

“Mas você realmente acredita”, os Stalins, Rikovs e todos os demais Molotovs questionaram dezenas de vezes entre 1905 y 1917, ‘que a Rússia realmente está madura para a revolução?’ E eu sempre respondia: ‘Não, não acredito. Mas a economia mundial como tal e a economia européia em primeiro lugar sim, estão plenamente maduras para a revolução socialista. Se a ditadura do proletariado na Rússia levará ao socialismo ou não, e com que ritmo, isto dependerá do que ocorra com o capitalismo europeu e mundial’”. (3)

Rosa Luxemburgo e a Revolução Permanente

Não era apenas Trotsky, naquela época, que falava da Revolução Permanente. Rosa Luxemburgo (uma das dirigentes do Partido Social-Democrata da Alemanha) também desenvolveu uma teoria da Revolução Permanente, mas sua contribuição não é muito conhecida. Logo depois da revolução de 1905 na Rússia ela escreveu:

“Na Revolução Francesa, as contradições internas da sociedade burguesa ainda não totalmente desenvolvidas deram espaço, por um longo tempo, a lutas violentas, nas quais todos os antagonismos que primeiro germinaram e amadureceram ao calor da revolução se mantinham, sem controle nem limite, em espírito de radicalismo temerário. Um século mais tarde, a revolução da burguesia alemã, que explodiu em meio ao desenvolvimento do capitalismo, já foi obstaculizada de ambos os lados pelo antagonismo de interesses e o equilíbrio de forças entre o capital e o trabalho, foi asfixiada em um compromisso burguês-feudal e recortada até que sobrou um mísero compromisso de palavras.

Outro meio século e a atual revolução russa está no início de um caminho histórico que já está ultrapassando o topo, que atinge o outro lado do ponto culminante da sociedade capitalista, quando a revolução burguesa uma vez mais será asfixiada pelo antagonismo entre a burguesia e o proletariado, mas se estenderá por outro prolongado período de violentas lutas sociais, quando o acerto de contas com o absolutismo parecerá uma bagatela em comparação com a quantidade de contas que a própria revolução está abrindo. A revolução atual alcança, nos assuntos particulares da Rússia absolutista, os resultados gerais do desenvolvimento capitalista internacional, e aparece não tanto como a sucessora das velhas revoluções burguesas, como a precursora da nova série de revoluções proletárias no Ocidente. O país mais atrasado de todos, justo porque estava tão imperdoavelmente atrasado em relação às revoluções burguesas, mostra as formas e os métodos de uma luta de classes mais avançada ao proletariado da Alemanha, o mais adiantado dos países capitalistas.

O trabalhador alemão deve considerar a revolução russa como um assunto seu, não simplesmente como se fosse uma questão de solidariedade internacional para com o proletariado russo, mas de uma maneira primordial, como um capítulo de sua própria história social e política.” (4)

Nos escritos de Rosa Luxemburgo, a ênfase estava claramente na evolução das relações

mundiais do capitalismo, e a concepção do “ultrapassar-se” (termo que Lenin usou mais adiante) da revolução democrática para a revolução socialista.

Lenin e Trotsky

Antes de 1917, Lenin e Trotsky tiveram diferenças sobre a revolução russa que se aproximava. Mais adiante, essas diferenças foram exageradas nos ataques stalinistas aos que Lorimer recorre em seu folheto. Em uma coleção de seus escritos sobre a Revolução Permanente, encontramos o seguinte comentário de Trotsky. Ele cita os editores da segunda parte do volume XIV das obras completas de Lenin dizendo:

“Inclusive antes da revolução de 1905 (Trotsky) colocou a teoria original e ponderável da Revolução Permanente, na qual assegura que a revolução burguesa de 1905 passaria diretamente à revolução socialista, convertendo-se na primeira de uma série de revoluções.”(5)

Trotsky ressalta que esta segunda parte do volume XIV foi publicada quando Lenin ainda vivia e que “milhares de membros do partido leram esta nota, e ninguém disse que era falsa até o ano de 1924”. A grande verdade é que antes de 1917, Lenin e Trotsky estavam de acordo no que se refere ao papel dirigente da classe trabalhadora. Nesse sentido, ambos estavam contra os mencheviques. (até 1917, quando se formou o Partido Bolchevique, os mencheviques e os bolcheviques eram duas alas principais, ou frações, do Partido Russo Social-Democrata dos Trabalhadores). Assim como a maioria dos marxistas russos, inclusive os mencheviques, viam a revolução desenvolvendo-se como uma revolução burguesa democrática, com a classe trabalhadora lutando pelos direitos democráticos, a revolução agrária e o fim da propriedade feudal da terra e da barbárie feudal no campo. Lenin assegurava que a classe trabalhadora, junto com o campesinato, não podia fazer com que esta revolução fosse mais além do ponto de pôr um fim nas relações feudais e a instauração de uma república burguesa democrática, o que era necessário antes que a classe trabalhadora pudesse criar as condições para uma revolução social. O famoso folheto que expõe as idéias de Lenin é *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, escrito pouco antes da revolução de 1905. Foi publicado em julho daquele ano, poucas semanas antes do motim do encouraçado Potemkin, que deu início à insurreição.

Nessa época, Lenin não acreditava que a revolução que se aproximava fosse uma revolução socialista. Achava que tinha de haver um desenvolvimento do capitalismo e da classe operária para que isso fosse possível. Escreveu, referindo-se indiretamente a Trotsky, que acreditar que “o programa máximo, a conquista do poder para a revolução socialista pudesse ser alcançada imediatamente é uma idéia absurda, semi-anarquista.”

“O grau atual de desenvolvimento econômico na Rússia (uma condição econômica) e o grau de consciência de classe e organização das massas proletárias (uma condição subjetiva indissolúvelmente ligada à condição objetiva) fazem com que a total e imediata

(3) *Germany: Revolution and Counter Revolution*. (Revolução e Contra-revolução na Alemanha) Frederick Engels, Martin Lawrence.

(4) *The Permanent Revolution, Results and Prospects*. (A Revolução Permanente, Resultados e Perspectivas) New Park Publications.

(5) *The Mass Strike, the Political Party and the Trade Unions*. (A Luta das Massas, a Política do Partido e os Sindicatos). Young Socialist Publication, Ceylon, 1964.

emancipação da classe trabalhadora seja impossível. Somente os mais ignorantes podem deixar de reconhecer o caráter burguês da revolução democrática atual.”

Estava convencido, nessa época, que só depois da revolução burguesa a consciência e a organização da classe trabalhadora podia evoluir ao grau necessário para a revolução proletária. Os mencheviques, no Partido Russo Social-Democrata dos Trabalhadores, estavam de acordo com isso. Mas eram parte da ala direita dentro da grande divisão no movimento internacional entre oportunismo e reformismo por um lado, e os princípios marxistas e a revolução por outro. Estavam a favor de deixar a direção da próxima revolução russa nas mãos da burguesia liberal, com a perspectiva de que os trabalhadores se convertessem na “oposição de esquerda” no futuro estado democrático. Lenin os atacou por capitular diante dos capitalistas liberais. Em 1907, na introdução à coleção de cartas de Marx a Ludwid Kugelmann, resumiu as posições dos mencheviques da seguinte forma:

“Porque, no essencial, a revolução é burguesa, tiraram a mediocre conclusão de que a burguesia é o motor da revolução, que as tarefas do proletariado nesta revolução são de caráter auxiliar e não-independente, que a condução proletária da revolução é impossível!”

O objetivo de Lenin e dos bolcheviques na revolução era um governo de operários e camponeses, uma “ditadura democrática revolucionária do proletariado e campesinato”. Esse governo cumpriria um programa de outorgar a democracia às massas operárias e camponesas, haveria uma república onde as empresas continuariam sob controle dos operários e camponeses, onde se nacionalizaria a terra para distribuí-la, seria introduzida a jornada de oito horas e se poria um fim às restrições aos sindicatos.

Lenin baseava suas conclusões sobre a revolução que se aproximava em princípios marxistas firmes, incluindo a independência de classe, o internacionalismo e o desenvolvimento da revolução anti-capitalista na Europa. Lenin e Trotsky

estavam juntos contra os mencheviques, pois ambos punham ênfase na classe trabalhadora como a única força coerentemente revolucionária e a única capaz de aglutinar o campesinato.

Lenin em fevereiro de 1917

Em fevereiro de 1917, Lenin e Trotsky estavam unidos contra os dirigentes conciliadores dos mencheviques e social-revolucionários que entregaram o poder aos representantes dos capitalistas e do antigo regime. Estavam juntos na conclusão de que os soviets tinham que tomar o poder. Isto concordava com a teoria de Trotsky. Por sua vez, Lenin, mesmo quando continuava exilado na Suíça, reagiu nas primeiras semanas de fevereiro, lançando a bandeira: “Todo poder aos soviets”. Ao regressar à Rússia, em meados de março, nem bem desceu do trem em Petrogrado, começou uma dura batalha que acabou por fazer com que o Partido Bolchevique adotasse sua política.

Exigir o poder para os soviets, atacar os conciliadores e suas ilusões na revolução democrática, não era um grande passo por parte de Lenin. Ele havia vivido a experiência dos soviets na revolução de 1905, quando estes foram espontaneamente lançados pelas massas. Respondeu à realidade da guerra e do estabelecimento de relações mundiais, e seu efeito sobre a consciência dos trabalhadores e camponeses alistados, e as tarefas que tudo isso implicava.

Em 1922, quando Lenin ainda vivia, e o calor da revolução e da sangrenta guerra civil ainda estavam frescos na memória, Karl Radek escreveu sobre o significado dos soviets e da crise do imperialismo:

“O novo fator, que a análise marxista não havia previsto, foi a forma pela qual a classe trabalhadora, espontaneamente, se organizou como agente revolucionário. Ao lado dos partidos políticos e dos sindicatos, os soviets surgiam espontaneamente. Em outubro de 1905, quando a greve geral estava sacudindo o zarismo, em algumas cidades os soviets eram os órgãos de poder e em muitos lugares a burguesia teve de capitular diante deles...”

“A revolução de fevereiro de 1917 retomou o fio da primeira revolução de 1905. Em fevereiro de 1917, uma rápida vitória só foi possível porque a revolução de 1905 havia preparado o terreno na Rússia. Os oportunistas da Segunda Internacional, que afirmaram, depois da derrota de 1907, que a Revolução Russa havia sido inútil, mais uma vez foram desmentidos pelos fatos.

“As massas populares russas começavam a revolução de 1917 com uma bagagem de conceitos políticos que foram reforçados e polidos por dois anos e meio de experiência de guerra; estavam, pois, em condições de empurrar a revolução muito mais além do que a burguesia estava disposta a tolerar; a prisão do zar, o xeque mate à instalação da regência e a proclamação da república não foram os menos importantes entre os resultados da primeira revolução. Ao mesmo tempo, as massas operárias e os soldados, espontaneamente, começaram a formar os soviets de operários e soldados. Os camponeses os iniciaram no campo e essas organizações de massas, formadas espontaneamente, se converteram em órgãos constituintes do poder operário, capazes de tomar o poder, inclusive antes de tomar consciência do que eram. O governo burguês provisório, desde o primeiro dia de sua existência, se queixava desse “duplo governo”, porque os soviets de trabalhadores e soldados não só se apoderaram do controle do governo provisório burguês, como também de parte do poder executivo”. (6)

Em fevereiro de 1917, os trabalhadores, soldados e camponeses construíram soviets em base à memória dessas organizações flexíveis e democráticas. Agora Lenin via com clareza que os soviets eram o instrumento pelo qual a classe trabalhadora e o campesinato podiam pôr fim ao zarismo e varrer todo o lixo feudal, criando as bases para a evolução de um estado socialista. Os soviets unificaram o campesinato com a classe trabalhadora na direção do movimento.

Lenin se deu conta de seu poder e reconheceu que expressavam um alto “... grau de consciência e organização das massas”. Nos soviets estava “a ditadura democrática do proletariado e campesinato”, com a classe trabalhadora dirigindo nas cidades, tal como Trotsky havia previsto. A guerra havia estreitado ainda mais os vínculos entre os operários e os camponeses e, na medida que avançava o ano de 1917, esta união se tornava mais forte por meio da oposição à especulação e a matança.

A revolução de fevereiro tivera início, como resultado das contradições internacionais do capitalismo. A cadeia do capitalismo, como dissera Lenin, rompeu-se pelo elo mais fraco. Aqueles que, como Lenin, estavam entregues, sem vacilações, à defesa da revolução de fevereiro, compreenderam que isso tinha que avançar. Isso significava que um governo de soviets tinha de fazer a revolução permanente, com a ajuda da classe trabalhadora mundial.

Nas Teses de Abril, de 1917, com as que havia começado o rearmamento do Partido Bolchevique, Lenin dizia que era possível que a classe trabalhadora russa chegasse ao poder antes do proletariado europeu – mas que, mesmo assim, dependeria da ajuda revolucionária deste último. Lenin e Trotsky haviam chegado a um acordo fundamental sobre o fato de que, somente a classe trabalhadora podia unificar o campesinato, convertendo-se em uma força incalculável, e conduzir a revolução até derrotar o zar, o feudalismo, a reação, e cumprir o que as massas desejavam: Pão, Paz e Terra. Estavam unidos na tarefa de colocar o internacionalismo como eixo de sua política.

(6) *The Permanent Revolution, Results and Prospects. Ibidem.*

Quais foram as etapas?

Lorimer diz que Lenin tinha a teoria das etapas para a revolução russa, que via na revolução de fevereiro a primeira etapa: uma revolução democrático-burguesa. Na realidade, o que Lenin viu foi a “etapa” depois de fevereiro, como um regime de poder dual. Definiu isso quando ainda estava no exílio na Suíça, antes de seu regresso, em março de 1917. A dinâmica interna da revolução russa, em fevereiro, apontava para um poder estatal revolucionário, uma ditadura do proletariado apoiada pelo campesinato – totalmente de acordo com o que dizia Trotsky. Os soviets tinham o poder em fevereiro. Seus dirigentes mencheviques e social-revolucionários o entregaram ao governo provisório, e depois veio um período de poder dual. O ano de 1917 viu a culminação do processo, conduzido pelos bolcheviques, de tomada de todo o poder pelos soviets.

A primeira etapa da revolução na Rússia está descrita por Lenin na segunda de suas Cartas de Longe, dirigidas ao *Pravda*, o jornal bolchevique. Escrevia:

“A revolução de fevereiro-março foi somente a primeira etapa da revolução”. A Rússia está passando por um momento histórico peculiar, de transição à segunda etapa da revolução, ou – para utilizar uma expressão de Skobelev – a uma ‘segunda revolução’.”

Se Lorimer quer descrever isto como uma etapa, estamos dispostos a afirmar que muitas revoluções na história começaram por esta “etapa”. Trotsky dedicou todo um capítulo de sua *História da Revolução Russa* a esta “etapa”, dizendo que o poder dual foi uma condição distintiva de crise social e que “*uma luz sobre esse fato jamais apareceu na literatura histórica*”. Continuou dizendo que isso não era de nenhuma maneira uma peculiaridade da revolução russa. De fato, na Revolução Francesa houve momentos de poder dual entre os jacobinos e os sans-culotes de Paris. Como percebeu Trotsky:

“Não é um fato constitucional, mas revolucioná-

rio. Significa que a destruição do equilíbrio social já dividiu em dois a superestrutura estatal. Surge quando as classes hostis chegam a depender cada uma de organizações governamentais incompatíveis – uma, que já deixou de ser útil, e a outra em processo de formação – que disputam a cada passo do governo. Nessa situação, a quantidade de poder que toca a cada uma das classes em disputa se define em base à relação de forças no decorrer da luta.”

O processo revolucionário enfrentava um governo que preparava a contra-revolução. Lenin viu o triunfo de fevereiro na derrubada dos Romanov. Os liberais burgueses estavam no governo, mas o Estado era o velho Estado zarista e os latifundiários estavam no campo. De seu ponto de vista, o governo provisório, ou, como o chamava, o “governo Guchkov-Milyukov” não era mais que um agente dos banqueiros da Inglaterra e França, um instrumento para a continuidade do massacre imperialista. Durante uma conferência na Suíça, enquanto ainda estava no exílio, em março de 1917, disse:

“Em 1917, uma combinação muito particular de circunstâncias fez com que ataques de diversas forças sociais se dirigissem contra o zarismo. Primeiro, o capital financeiro anglo-francês, que é o que domina o mundo e rouba mais que nenhum outro, se opôs à revolução de 1905 e ajudou o zar a esmagá-la (o empréstimo de 1906). Mas teve participação ativa e direta na atual revolução, organizando a conspiração dos Gochkov, dos Milyukov e parte do comando em chefe do exército para depor Nicolás II ou obrigá-lo a fazer concessões.” (7)

Naquela época escreveu sobre o “duplo poder” e declarou na conferência citada acima que “não precisamos de uma máquina estatal ‘pronta para usar’, como as que existem na maioria das repúblicas burguesas democráticas, mas sim o *poder direto de operários armados e organizados*. Este é o estado que precisamos.” (grifo no original). O importantíssimo aspecto central era o poder dual expresso por estas duas forças. As questões colocadas imediatamente eram como ganhar os trabalhadores e camponeses no segundo pólo do poder dual e como destruir o primeiro poder. A concepção de Lenin do desenrolar da Revolução Russa era total-

mente diferente, tanto à de Stalin como à de Lorimer.

A Revolução Permanente no pós-guerra

Não é estranho que Lorimer faça declarações confusas sobre suas etapas. Sua confusão se deve a que jamais pensou com profundidade em “etapas” e o desenrolar concreto da revolução. Sofre de conclusões impressionistas sobre os acontecimentos revolucionários do pós-guerra e de ilusões em um caminho aparentemente sem volta das revoluções africanas e latino-americanas, e tem uma teoria sobre circunstâncias objetivas que se imporiam às debilidades das direções nacionais. É por isso que foi importante haver citado o informe da Brigada Internacional Simón Bolívar na Nicarágua. Aqui vemos nos fatos concretos o perigo da teoria das duas etapas, que serve para dar apoio incondicional às forças democráticas da burguesia e da pequena-burguesia, que seguem sua lógica de classe para destruir a revolução.

O documento não se refere somente à Nicarágua. Aqueles que seguiram Jack Barnes e o SWP nos EUA; e renegaram a Revolução Permanente, foram os mesmos que deram seu apoio incondicional ao ANC da África do Sul, tanto antes como depois do *apartheid*. Sua bandeira na Grã Bretanha foi: “o ANC é o único representante do povo africano”. Sua política e sua atividade no movimento *anti-apartheid* não se diferenciavam dos stalinistas e dos radicais na direção. Se opunham a construir um partido de trabalhadores a partir do surgimento da Cosatu.

A história dos países coloniais e semi-coloniais nos anos do pós-guerra desmente de forma categórica a essencialmente menchevique teoria das duas etapas, ou seja: primeiro a revolução democrática e depois a proletária, e destaca pela negativa a correção da estratégia que surge da teoria da Revolução Permanente.

Depois da II Guerra Mundial, as conclusões da teoria de Trotsky assumem uma importância central para as táticas e a estratégia nos impérios. A luta pela liberação das colônias foi crescendo como uma força poderosa na arena mundial daquele período. Mas as direções burguesas e pequeno-burguesas não foram capazes de levar a revolução até as últimas conseqüências. Em grande parte do globo, na África, na América Latina e no Extremo Oriente, as ex-colônias das grandes potências conquistaram sua independência política, mas permaneceram, em diversos graus, com o status de semi-colônias. Em muitas delas, especialmente na África, durante as últimas duas décadas, o povo vem desde então submergindo em um abismo de fome e miséria.

Suas economias estão dominadas por grupos industriais multinacionais e pelas instituições imperialistas: FMI e Banco Mundial. Estão subordinados às economias dos principais países como fornecedores de matérias primas ou manufaturas que requerem mão-de-obra barata. A realidade central dessa época imperialista que se comprovou na Revolução Russa e cuja validade se destacou em todas as lutas nacionais e proletárias desde então, é que a independência nacional só se pode conquistar temporariamente, e

(7) “The Paths of the Russian Revolution”, 1922, Radek. (Os Rumos da Revolução Russa) In *In Defence of the Russian Revolution* (Em Defesa da Revolução Russa), Porcupine Press.

esta conquista é sempre instável e distorcida até que a luta se estenda até a vitória final da classe trabalhadora. Em nenhuma parte as direções nacionalistas pequeno-burguesas resolveram a questão da independência e da liberdade nacional. Algumas lutas foram dirigidas por forças que, da boca para fora, falavam de socialismo, muitas delas estavam próximas do stalinismo, mas em nenhuma parte houve lutas dirigidas pelas forças do internacionalismo proletário. É por isso que as lutas foram deformadas, desestabilizadas e deixaram a porta aberta a mais exploração imperialista. Em síntese, a verdade está no resumo de Trotsky:

“Os países coloniais e semi-coloniais são países atrasados por si. Mas os países atrasados são parte de um mundo dominado pelo imperialismo. Seu desenvolvimento, portanto, tem um caráter combinado: as formas econômicas mais primitivas se combinam com a última palavra em tecnologia e cultura imperialista. De um modo similar se define as lutas proletárias nos países atrasados: a luta pelas conquistas mais elementares de independência nacional e democracia burguesa se combina com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Bandeiras democráticas, bandeiras de transição e o problema da revolução socialista não se separam em duas épocas históricas nessa luta, mas que se combinam entre si.”(8)

O SWP norte-americano, de cuja tradição surgiu o DSP, rompeu com o trotskismo, mas o processo que Trotsky analisou e suas conclusões na teoria passaram com êxito a prova da história. No marco de seus acordos com as potências capitalistas em Yalta e Postdam, as políticas contra-revolucionárias da burocracia stalinista permitiram ao capitalismo dos EUA e da Europa sobreviver à onda revolucionária da pós-guerra. O imperialismo não só pôde reconstruir os estados capitalistas na Europa, como iniciou um grande *boom* do pós-guerra. Depois, a partir da década de 70, exerceu pressão financeira, econômica e militar sobre os estados operários, o que agravou enormemente as dificuldades e deformações que surgiam como produto de sua degeneração burocrática e planificação distorcida, e acabou por levá-los ao estancamento e ao colapso. O curso que o stalinismo tomou, de construir o socialismo em

um só país, levou ao fracasso e à calamidade.

Internacionalismo ou socialismo em um só país?

O DSP é o maior entre os grupos socialistas revolucionários na Austrália. Começou como uma agrupação de jovens estudantes, que se converteu na Liga Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers League) nos anos 70. A SWL foi uma seção da Quarta Internacional liderada por Pablo e Mandel, mais conhecida como Secretariado Unificado (SU), e manteve vínculos estreitos com o Partido Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers Party) dos EUA, liderado por Jack Barnes. Juntos, romperam com o SU no começo dos anos 80 por causa de suas divergências sobre Cuba, Nicarágua e a teoria da Revolução Permanente. No final dos anos 80, romperam com o SWP. A história do DSP, escrita por John Percy, um de seus dirigentes, e que se encontra em sua *web site*, explica da seguinte forma suas divergências com o SWP:

“Politicamente, a principal diferença que surgiu entre eles e nós sobre Cuba foi que nós claramente reconhecíamos que a direção castrista era marxista-revolucionária inclusive antes de tomar o poder em Cuba, enquanto que o SWP não via assim.

“A intervenção soviética no Afeganistão em dezembro de 1979 foi outro dos acontecimentos mundiais que nos obrigou a repensar as coisas. Poucos meses depois da revolução nicaragüense, as tropas soviéticas entraram no Afeganistão para bloquear uma guerra organizada pelos EUA para derrubar o regime radical de Kabul. Nossa resposta foi rápida: dar um forte apoio às forças dos soviets e ao governo de Kabul na guerra civil afegã.”

O DSP diz ter “forjado” seu “espaço político na Austrália defendendo uma perspectiva revolucionária em oposição às posturas reformistas de colaboração de classes do Partido Trabalhista e aqueles dentro do movimento comunista que haviam sido infectados por essa posição”. No entanto, seu programa e sua política formam um amálgama eclético, rendendo a cada tanto um tributo platônico a Trotsky, mas renegando o coração do trotskismo e da luta principista de

Trotsky:

Trotsky resumiu a questão vital que estava em jogo quando declarou que a diferença entre o trotskismo e o stalinismo era a mesma que entre a Revolução Permanente e o socialismo em um só país. Arrancar com um programa nacional e não com um programa mundial é permanecer cego diante da experiência das revoluções do pós-guerra. Uma organização conscientemente principista, que tem uma unidade entre teoria revolucionária, estratégia e prática revolucionárias, tem de ter muito mais que bandeiras de propaganda como o DSP. Percy declara que “reconhecem” que “o maior desafio na luta pela solidariedade internacional é ganhar a classe trabalhadora para que se afaste da ideologia racista e nacionalista que ainda ata muitos operários à sua patronal imperialista.”

Mas o internacionalismo marxista não se realiza somente por meio de propaganda ou expressões de solidariedade, por mais necessárias que estas sejam. O internacionalismo é platônico se não está voltado para a construção da Internacional, a pátria dos trabalhadores, como a chamou Rosa Luxemburgo. E o DSP se opõe a construir uma Internacional, um partido mundial. No entanto, não se pode ser um lutador consciente e coerente pela solidariedade revolucionária internacional na luta contra o capitalismo se não tira a conclusão organizativa de que os princípios internacionais devem consolidar-se em uma Internacional dedicada a fazer a revolução mundial e não só a nacional. Como se pode ser internacionalista se se luta apenas por um partido nacional e não se crê que a classe trabalhadora deve ter um partido mundial? Sua prática estará embasada na crença de que os interesses nacionais são superiores aos interesses internacionais da classe trabalhadora.

Claro que isto levará a apoiar a ideologia que se ensinava nos partidos comunistas, que justificavam a teoria do socialismo em um só país e renegava o mais íntimo do internacionalismo leninista.

Marx lutou pela Primeira Internacional, Engels lutou pela Segunda, Lenin e Trotsky lutaram pela Terceira e Trotsky lutou pela Quarta. Eles não eram internacionalistas platônicos. Lutaram por um partido mundial e por um programa mundial revolucionário. O DSP luta internacionalmente, mas por quê? Não fica muito claro o que apoiam do real programa revolucionário que serviu para a luta de Trotsky. Mas na prática renegam a luta de Trotsky pelo internacionalismo proletário de Lenin e sua luta contra o socialismo em um só país. Renegam a conclusão irrefutável de Trotsky sobre a tarefa colocada pelas relações mundiais imperialistas. Ao atacar o conteúdo nacional socialista do rascunho de programa da Komintern, escrito por Stalin e Bukharin, escreveu em 1928:

“Em nossa época, que é a época do imperialismo, ou seja, de economia mundial e política mundial sob a hegemonia do capital financeiro, nenhum partido comunista pode estabelecer seu programa partindo unicamente ou principalmente de condições e tendências de acontecimentos em seu próprio país. Isto é igualmente válido para o partido que exerce o poder estatal dentro dos limites da URSS. Em 4 de agosto de 1914, os sinos fúnebres soaram para todos os programas nacionais para sempre.”

(8)“Tasks of the RSDLP in the Russian Revolution”. (As Tarefas do RSDLP na Revolução Russa), Lenin, *Collected Works*, vol. 23.

(9)Trotsky, 1929, introdução à edição russa de *A Revolução Permanente*. In *The Permanent Revolution and Results and Prospects (1906)*. New Park Publications, 1962.

O caráter essencial do atual ataque do DSP ao trotskismo e, na realidade, sua separação do trotskismo, é o oposto ao princípio de internacionalismo proletário do bolchevismo de Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.

A construção da Internacional é a maior tarefa que se coloca hoje diante das massas do mundo inteiro. E é isso que o DSP repudia no trotskismo.

O DSP fará declarações gerais sobre a “globalização” e o grande poder das multinacionais. Mas por acaso não é isso o que faz com que o internacionalismo proletário proclamado no Manifesto Comunista seja ainda mais essencial? Há muita gente que hoje fala de “globalização”: os dirigentes da Confederação Internacional de Sindicatos, por exemplo, que denunciam os efeitos da globalização, mas estão a favor de uma “globalização com rosto humano”.

Nas últimas décadas do século, o veredito contra o socialismo em um só país foi declarado pelo colapso da União Soviética, a degeneração dos partidos social-democratas e as crises das revoluções democráticas nos ex-países coloniais. A atividade contra-revolucionária do stalinismo, ao finalizar a Segunda Guerra Mundial, permitiu ao imperialismo reconstruir-se a nível mundial, e a etapa de revoluções democrático-burguesas no período de decadência do capitalismo imperialista mostrou-se totalmente incorreta.

A compreensão da luta contra o capitalismo e a luta por uma direção capaz de levar estas lutas até o socialismo só é possível se assumimos uma atitude séria em relação à história das grandes lutas do passado. 

MULHERES: O GÊNERO NOS UNE, A CLASSE NOS DIVIDE

CECILIA TOLEDO

Jornalista e membro da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU (Brasil)

A desigualdade da mulher no capitalismo vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países explorados. A discussão de por quê isso ocorre reveste-se de um caráter acadêmico e tudo o que se refere à opressão da mulher é rotulado como sendo uma **questão de gênero**.

Depois das grandes mobilizações dos anos 60 e 70, as mulheres voltaram para casa, e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula das universidades. Surgiram os chamados Estudos da Mulher e posteriormente Estudos de Gênero, sobretudo nos países imperialistas, e a luta pela liberação da mulher perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade. Sob a direção de correntes de classe média e intelectuais, sem a participação massiva da mulher trabalhadora, a luta feminista tornou-se ainda mais reformista, contentando-se com ampliar os espaços da mulher na democracia burguesa, como fica claro nesta declaração da feminista argentina Mabel Bellucci: “A expressão Estudos da Mulher identifica essa nova empresa intelectual disposta a *democratizar aqueles espaços produtores de conhecimento*, onde as mulheres não se sentem representadas por estarem excluídas como sujeitos e objetos de estudo”¹.

Nesses últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre o tema, em especial na Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, Itália e França. Os catálogos das grandes editoras e os programas de congressos, conferências e cursos universitários o confirmam, assim com a pluralidade de posições teóricas existentes. Tanto que já se fala em *teoria feminista*, que fundamenta toda uma área chamada estudos de gênero.

Dentro dos marcos do capitalismo, esses estudos são importantes porque tornam cada vez mais visível a desigualdade da mulher e, em alguns países, sobretudo nos países imperialistas, essa produção acadêmica de fato conseguiu ampliar os espaços da mulher na sociedade. No entanto, é preciso polemizar com essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de **gênero**, restringe-se sua luta aos marcos do capitalismo – tornando-a uma luta por reformas dentro do sistema capitalista – e ignora-se o problema de **classe**, levando a uma política de buscar unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção.

Gênero e autonomismo

O que significa falar em gênero? Recentemente, por ocasião da Marcha Mundial das Mulheres 2000, a conhecida feminista inglesa Juliet Mitchell foi muito assediada pela mídia e numa dessas entrevistas, explicando como se tornou feminista, declarou que foi um choque para ela descobrir, “já na universidade, que o mundo era organizado ao redor das diferenças de gênero; que havia, por exemplo, 1 mulher para cada 12 homens em Oxford”.² A pesquisadora espanhola Maria de Jesús Izquierdo reconta a história da humanidade, desde a divisão sexual do trabalho, afirmando que desembocou no que ela chama “gêneros sociais”:

“A desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos *gêneros sociais*: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras. O passo seguinte é considerar femininas as atividades feitas pelas mulheres e masculinas aquelas feitas pelos homens. O terceiro passo é diferenciar o tratamento recebido (respeito, reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades femininas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento dizemos que têm caráter de gênero, as pessoas, independentemente de qual seja seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero.”³ (*grifo nosso*)

Note-se que ela fala em *gêneros sociais*, uma terminologia que insinua uma gênese para a sociedade capitalista diferente da que se conhece até então; dá a entender que a constituição social se faz em torno dos **gêneros**, e não em torno das **classes sociais**, que foram deixadas de lado. O passo seguinte é mostrar que a sociedade se estrutura em **gêneros**. “*O que estrutura a sociedade é o gênero*”, porque praticamente todos os âmbitos da vida têm o caráter de um ou outro **gênero**, e a sociedade viria abaixo ou mudaria seus fundamentos se se rompesse com as **posições** de gênero. Para ela, o aspecto fundamental da estrutura de gêneros é a inter-relação entre a posição social do “ganhador de pão” e a da “dona-de-casa”, pois “a maior parte das atividades está organizada dando por assentado que em toda casa há uma dona-de-casa.

Os homens não estão submetidos à tensão estrutural entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. As mulheres sim. Mantêm uma dedicação parcial tanto no trabalho remunerado como no doméstico, e vivem por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas “meio ocupam” duas posições ao mesmo tempo. Daí ela conclui que, ainda que as mulheres não estivessem discriminadas no trabalho, teriam poucas possibilidades de serem promovidas, porque não é possível que rendam tanto quanto os homens. O peso da estrutura da sociedade sobre a mulher é tão importante que torna isso impossível.

Já Virgínia Vargas e Wicky Meyen definem o **gênero** como parte de um sistema:

Definiremos o sistema sexo/gênero como o conjunto de atitudes mediante as quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana e através da qual estas necessidades são satisfeitas. Não é então só uma relação entre mulheres e homens, mas um elemento constitutivo das relações sociais em geral que se expressa em símbolos, normas, organização política e social e nas subjetividades pessoais e sociais. (Préprint Universidade de Buenos Aires, 1990)

As duas pesquisadoras vão mais além e concluem que as mulheres não podem ser reduzidas à sua condição de gênero, porque, em cada indivíduo convivem diferentes posições subjetivas; cada agente social está inscrito em uma multiplicidade de relações sociais: de produção, de raça, de nacionalidade, etnicidade, gênero, sexo, etc; essas relações específicas não podem ser reduzidas nem unidas às outras. E cada uma delas determina diferentes subjetividades.

Dessa forma, cria-se um mundo aparentemente complexo, onde tudo se relaciona e onde não existe uma hierarquia das coisas, como se as relações de produção e as de raça, sexo, gênero, nacionalidade etc estivessem no mesmo nível, sem que uma determinasse a outra. Daí traça-se a política que ficou conhecida como *autonomismo*.

“A autonomia, é uma forma de gerar um espaço de

manobra para as mulheres e de iniciar um processo de crescimento pessoal e coletivo que assegure o questionamento às diferentes formas que assume sua subordinação, assim como a capacidade de desenvolver controle e poder sobre suas vidas, suas organizações e sobre seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais específicos”.

Seria a organização autônoma das mulheres para lutarem por seus direitos e abrirem espaço na sociedade. Essa idéia do autonomismo é enganosa porque, se bem é um fato que as mulheres, quando se sentem oprimidas, buscam se unir a outras mulheres, isso não significa que sua luta contra a opressão vai se resolver apenas por essa via. Essa luta só vai produzir algum fruto se se somar à luta do conjunto dos trabalhadores para enfren- tar o capital. Sem buscar alterar profundamente a organização social e econômica sobre a qual se assenta a opressão feminina, a luta das mulheres tende a girar em torno de si mesma.

Essa concepção do autonomismo e dos gêneros como estruturantes da sociedade foi sendo construída em oposição a uma visão marxista do problema da mulher, considerada *reduccionista e economicista*. Virginia Guzmán, do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán, argumenta que a subordinação feminina é um problema diferente do problema das relações de classe. Ela ataca as feministas marxistas por considerarem que “todos os proces- sos sociais são conseqüências ou epifenômenos de uma estrutura econômica – expressiva de uma sociedade de classes dependente do capitalismo mundial. Os sujeitos sociais portadores da mudança estavam hierarquizados somente por sua posição de classe”.⁴ Essa acusação visa a demonstrar que agora as mulheres têm uma visão “mais completa e global” de sua condi- ção, e não mais uma visão reducionista, “apenas” classista do problema, porque o que estrutura a sociedade não são mais as classes sociais, como afirma o marxismo, mas os gêneros.

De fato, quando se fala em opressão da mulher não se pode utilizar apenas categorias econômicas. A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológi- cas. A correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas. Desde que Marx escreveu *O Capital*, descrevendo as leis gerais que regem o modo de produção capitalista, muitas outras ciências se desenvolveram, entre elas a psicanálise, sem falar na antropologia e na sociologia, que ajudaram a lan- çar luz sobre o problema da superestrutura ideológica da sociedade e sua relação com a estrutura de produção. No entanto, todas elas, em sua busca por uma resposta aos problemas que afligem os homens em momentos históricos determinados, sempre tiveram de voltar os olhos para o que ocorria nas condições materiais de vida. Não é uma relação mecânica, não há uma correspondência direta e universal entre uma e outra. As leis eco- nômicas determinam as leis ideológicas em última instância. No entanto, nós não partimos das inúmeras formas de opressão (da mulher, do negro, dos idosos, dos homossexuais, dos imigrantes etc) para explicar as leis ge- rais da sociedade, mas o contrário. Seria fazer o mesmo que tentaram os filósofos reacionários da época de Marx e Engels: demonstrar teorica- mente

¹ *Las Mujeres en la Imaginación Colectiva*, Paidós, 1993, cap. 1. Grifo meu.

² *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 15/10/00.

³ “A desigualdade em função do gênero”, em *Aguantando el Tipo. Desigualdad y Discriminación Salarial*, p.34.

te que era impossível conhecer a realidade objetiva, reduzindo a missão da ciência a “analisar as sensações”. É preciso partir da concepção materialista da história, tal como a colocou Marx:

“(…) determinados indivíduos que se dedicam de um determinado modo à produção, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem necessariamente que ressaltar em cada caso concreto, empiricamente e sem nenhum tipo de ocultamento ou especulação, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos, não como possam se apresentar diante da imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são; ou seja, tal e como atuam e como produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade.”⁷⁵

Por mais complexos que fossem os problemas psicológicos de seus pacientes, Freud buscava sua explicação última nas relações concretas entre os homens, no mundo objetivo; não tinha outro caminho. Ele deu o nome de *introjeção* ao processo psíquico por meio do qual nossa consciência é formada, o processo de tomar algo que está fora de nós e inculcá-lo dentro de nós. Para Freud, todo sonho era a realização de um desejo que tinha uma ou outra relação com as condições concretas de vida. Assim, demonstrava que nessa multiplicidade de relações sociais nas quais estamos inseridos há uma hierarquia, umas determinam as outras. Para Marx, as relações de produção eram as determinantes.

“Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”⁷⁶.

Gênero, construção cultural

Quando se fala em gênero feminino e gênero masculino não se fala mais em algo inerente aos seres humanos; não se está tratando do ser genérico, mas do ser histórico, aquele que é constituído historicamente⁷⁷. São construções culturais derivadas das diferenças sexuais existentes entre homens e mulheres. As idéias do que seja feminino e masculino com as quais convivemos no dia a dia foram se construindo e se transformando ao longo da história. Os gêneros guardam pouca relação com o sexo porque, como explica a psicanalista Emilce Bleichmar, se definem na etapa edipiana (a superação do Complexo de Édipo), quando se passa da biologia para a cultura. O Complexo de Édipo, conforme formulado por Freud, requer determinados pressupostos que só se encontram nas famílias nucleares, características das sociedades capitalistas modernas. As famílias nucleares são típicas do patriarcado e se foram constituindo por razões econômicas, mais que culturais. O que é feminino e o que é masculino também são comportamentos simbólicos típicos das sociedades patriarcais e assentadas no modo de produção capitalista. O modo de produção dominante determina, em última instância, a superestrutura cultural. Não é uma relação mecânica, mas dialética, um embate constante entre a psique humana e sua relação social e econômica, que vai conformando os comportamentos humanos.

Assim, podemos concluir que os gêneros, se guardam pouca relação com o sexo, guardam muita relação com as classes sociais, com a localização da família no modo de produção dominante. A sociedade capitalista está estruturada sobre a divisão dos homens e mulheres segundo a função que cumprem na produção geral de bens. Está dividida entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam do trabalho alheio. É dessa estrutura central que, em última instância, decorrem as ideologias e construções culturais, como os gêneros. Tem razão Maria de Jesús Izquierdo quando diz que todos os âmbitos sociais têm um caráter de um ou de outro gênero. Mas não é isso o que estrutura a sociedade; ela

não se assenta sobre essa divisão, e não vai se derrubar se essa divisão acabar, se trabalhar com máquinas passar a ser considerado feminino e cuidar de crianças, masculino.

Jamais as sociedades, em qualquer época histórica, se estruturaram sobre construções culturais. Estas são derivadas de um determinado modo de produção, a maneira com a qual os homens se relacionam para produzir seus meios materiais de vida. E, como já lembrou Marx, as ideologias servem para justificar determinadas relações de produção, e as ideologias dominantes são as da classe dominante, porque ela e somente ela detém os mecanismos para tornar dominante sua ideologia, sua cultura.

Desde que não afetem a estrutura da sociedade, não alterem o modo de produção dominante, as construções culturais se modificam. Nos anos 20, falar em sexo era proibido; hoje em dia, só se fala nisso na televisão. Até poucos anos atrás, mulher dirigir automóvel ou sentar-se num bar e pedir uma cerveja era malvisto. Hoje, nada disso causa surpresa. Operar máquinas era um trabalho masculino; hoje é preciso dizer que já não tem uma definição tão clara, apesar de a maioria dos operadores de máquinas serem homens. Ser professora sempre foi considerado uma profissão feminina. Hoje, por diversos motivos que não cabe discutir aqui, alguns dos melhores professores são homens. São muitas as transformações operadas na cultura, e elas sempre ocorrem no âmbito das relações humanas quando se opera alguma transformação nas condições materiais de vida, no modo de produção da riqueza.

A divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros. As mulheres da classe trabalhadora sofrem, antes de tudo, uma discriminação entre classes - relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia - do que uma discriminação entre gêneros (que ocorreria no âmbito de sua própria classe). Inclusive, a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante.

No interior das classes sociais, a **questão de gênero** é definida pelo papel que essa classe cumpre no modo de produção. Há uma distorção importante nessa premissa, que é o fato de a noção de gênero ser definida a partir da classe dominante. Trabalhar fora era, há poucos anos, considerado masculino. A mulher era exército de reserva. Se na classe burguesa isso não gerava mais que problemas psicológicos para a mulher, na classe trabalhadora esse preconceito era sinal de aumento da miséria, sobretudo quando o marido ficava desempregado. Assim, a situação econômica impôs uma ruptura na ideologia dominante. O que se operou foi uma transformação nessa ideologia, imposta pelas condições de vida: a crise econômica empurra a mulher para o trabalho remunerado.

Por outro lado, a mulher trabalhadora continua relegada ao trabalho pré-capitalista. Aqui guarda um vínculo forte com o passado, já que a mulher primordial foi a trabalhadora pré-capitalista por excelência. Seja na condição de dona de casa, seja na de trabalhadora assalariada, especialmente na prestação de serviços. As que conseguem integrar o setor formal ou hegemônico

⁴ Idem, p. 29.

⁵ K.Marx e F.Engels, *Teses sobre Feuerbach*.

⁶ K.Marx, *Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política*, em Florestan Fernandes, *Marx Engels*, Col. História, São Paulo, Ática, p. 231.

exercem atividades em condições ainda mais subalternas que as masculinas: recebem salários mais baixos, em postos inferiores na hierarquia do trabalho e em tarefas mais desqualificadas⁸.

Pertencer a uma classe social determinada é o que define a qualificação de gênero, e isso é assim porque os homens e mulheres, quando podem, se movem pelo que lhes é decisivo na vida, e não pelo que é determinado pela cultura. A partir do momento em que as representações inconscientes são produzidas pelos homens inseridos em uma situação de vida determinada, apenas a transformação dessa situação de vida poderá conduzir, ainda que lentamente, a qualquer transformação dessas representações inconscientes.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, escritas em 1845, Marx já havia visto que essas idéias e representações não existem de forma autônoma.

“A produção das idéias e a consciência está diretamente entrelaçada com a atividade material e o trato material dos homens, como a linguagem da vida real. A formação das idéias, o pensamento, o trato espiritual dos homens se apresentam aqui ainda como emanção direta de seu comportamento material. E o mesmo ocorre com a produção espiritual, tal e como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc, de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, mas se trata de homens reais e ativos tal e como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas.”

Daí não ser a liberação da mulher algo da esfera da representação, do espiritual, da moral, mas algo material. Não se pode liberar a mulher da dominação enquanto ela não esteja em condições de garantir plenamente suas condições materiais de vida. E se não enfrentar o capital, sua luta será utópica, porque não mudará a lei de ferro que a mantém atrelada ao papel tradicionalmente destinado a ela pelo modo de produção capitalista: o de garantir o trabalho doméstico e assim baixar o custo da reprodução da força de trabalho. Por isso esse sistema é uma camisa de força para a mulher, e por mais que consiga “abrir espaços”, não passarão de con-

quistas passageiras enquanto não derrubar essa lei de ferro sob a qual o sistema se assenta. Em nível mais geral, não se pode liberar os homens da dominação, e os sexos do conflito em que estão inseridos enquanto não se liberarem dos conflitos que o sistema econômico cria entre propriedade privada e trabalho assalariado.

A desigualdade entre os gêneros como criação cultural só pode ser formulada enquanto tal em uma sociedade onde existem dominados e dominantes, e a mulher cumpre uma função social e econômica enquanto ser dominado. Restringir o problema a uma questão de gênero pode mascarar os determinantes econômicos que separam homens e mulheres das diferentes classes, além de diluir as diferenças que existem entre as mulheres burguesas e proletárias. A questão de gênero se manifesta de forma distinta em cada classe social e tratar de forma globalizante essa questão mascara esse fato, transmite a idéia de que todas as mulheres estão unidas por igual problemática. Apesar de todas sofrerem com a problemática de gênero, sofrem de forma diferente e as saídas para elas são diferentes, de acordo com a classe social a que pertençam. Além disso, as saídas para as opressões de distintas ordens no capitalismo não são individuais, mas coletivas, e como tal dependem diretamente das transformações operadas na estrutura econômica da sociedade.

O gênero é uma construção social burguesa, é ideologia da classe dominante. Não foram os trabalhadores que definiram o que é masculino e o que é feminino. Foi a burguesia, no seu processo de afirmação enquanto classe que precisava gerir um modo de produção sentido na exploração de massas e massas de lumpens que vagavam pelas cidades e campos despojados de suas terras que depois vieram a se constituir enquanto classe operária. O gênero, portanto, é uma construção social própria do capitalismo, e tem uma essência opressora, de buscar ressaltar as diferenças entre as pessoas, em especial as diferenças que são naturais e contra as quais ninguém pode fazer nada. Como o fato de ser mulher e gerar

filhos, por exemplo. O gênero, enquanto construção social, se assenta, portanto, em algo que é da natureza, que não é cultural.

A origem da opressão

Um ponto chave nessa discussão é a origem da opressão da mulher. E existem distintas formas de abordar isso. O feminismo acadêmico divide a *teoria feminista* em três grandes perspectivas ou enfoques: a teoria feminista liberal, a teoria feminista marxista e socialista e a teoria feminista radical.¹⁰ Para as **feministas liberais**, a principal causa da opressão da mulher é a injusta discriminação – legal e de outros tipos – a que está sujeita, que a priva do direito à auto-realização e à busca de seu próprio interesse, um direito que deve ser considerado idêntico ao do homem. Por isso, ao criticar as normas e costumes sexuais contemporâneos, as liberais usam quase exclusivamente conceitos de **liberdade** e **igualdade**. Suas propostas políticas para mudar a situação de subordinação da mulher consistem em alcançar a igualdade com os homens. Afirmam que não basta a igualdade formal, mas a igualdade autêntica, que só se poderá alcançar com *a reestruturação da sociedade, quando homens e mulheres compartilharem, tanto na esfera pública quanto privada, as responsabilidades até então divididas conforme o sexo*.

O **feminismo radical** toma como a causa principal da opressão da mulher o patriarcado, “um conflito sexual transhistórico que os homens resolveram até o momento a seu favor, controlando os corpos, a sexualidade e os processos reprodutivos das mulheres”.¹¹ Apesar de menos influente que o feminismo liberal, a teoria feminista radical vem exercendo atração sobre as feministas descontentes com o liberalismo. É um fenômeno cujas raízes podem ser buscadas no movimento de liberação das mulheres do final dos anos 70 e a *new left* norte-americana, de inspiração parcialmente marxista. Apesar da grande heterogeneidade de posições que se abarcam sobre esse rótulo, todas têm em comum a preocupação com a biologia reprodutiva humana; a concepção de que a biologia feminina é básica para a divisão sexual do trabalho, que se assenta na subordinação da mulher, e o papel relevante que atribuem à cultura e a socialização, já que “a mulher não nasce mulher, mas se faz mulher”.

Em conseqüência, as feministas radicais consideram que a opressão das mulheres não pode ser erradicada reformando-se as leis e fazendo com que homens e mulheres compartilhem por igual as responsabilidades que antes eram divididas em função do sexo, como postulam as feministas liberais, nem compartilhando em pé de igualdade as instituições políticas e econômicas, como defendem as feministas socialistas. *É preciso uma reconstrução radical da sexualidade*. Isto explica porque muitas de suas políticas pretendem identificar os aspectos da construção social da feminilidade que servem para perpetuar a dominação masculina: a maternidade forçada e diversas formas de escravidão sexual, incluindo o assédio e a pornografia.

Quanto às propostas de atuação, costumam defender formas de separatismo entre homens e mulheres. Apesar de a defesa das organizações

¹⁰ Conforme a concepção de Marx, que separava a natureza humana em genérica e histórica. As características genéricas são as que igualam a toda a humanidade, as históricas são as que mudam com o meio em que vive. O homem histórico e não o genérico é o que está sujeito à transformação contínua.

¹¹ Para mais informações, ver *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, de Maria Valéria Junho Penha. Rio, Paz e Terra, 1981.

¹² Karl Marx, *Obras Escolhidas*, Ed. Progreso, Moscou, Tomo I, pp.21-22.

políticas separadas, pelo menos em forma temporária, ser compartilhada por todas as correntes, as radicais vêem estas como único caminho para alcançar a liberação das mulheres. Se diferenciam das demais correntes por dar ênfase ao **compromisso feminista**.

As feministas radicais buscam uma resposta universal à pergunta de por que as mulheres estão submetidas aos homens, e afirmam que a natureza é a única causa do domínio dos homens. A versão mais conhecida desse argumento está no livro *A Dialética do Sexo*, de S. Firestone. Ao mesmo tempo em que ataca a separação liberal entre público e privado, ela se mantém dentro do marco do individualismo abstrato. Reduz a história da relação entre natureza e cultura, ou entre privado e público, a uma oposição entre feminino e masculino. Afirma que a origem do dualismo reside na “própria biologia e na procriação”, *uma desigualdade natural ou original* que é a base da opressão da mulher e fonte de poder e ainda mobiliza milhões de mulheres no mundo inteiro contra a opressão masculina. Os homens, ao confinar as mulheres ao espaço da reprodução (à natureza), se liberaram a si mesmos para “os negócios do mundo”, e dessa forma criaram e controlaram a cultura. A solução proposta consiste em eliminar as diferenças naturais (desigualdades) entre os sexos, introduzindo a reprodução artificial. Então, a “natureza” e a esfera privada da família ficariam abolidas e os indivíduos, de todas as idades, agiriam como iguais no espaço público.

A raiz da opressão

É claro que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres. No entanto, não é isso o que determina a desigualdade entre eles no capitalismo, mas o seu papel na produção, como já indicou o marxismo. A estratégia do capital é justamente aproveitar-se de uma diferença natural para manter a mulher submetida e melhor explorar seu papel na sociedade. O mesmo faz com os negros, os imigrantes, os idosos.

Assim, por identificar que a raiz da opressão da mulher é econômica e não ideológica ou cultural, o **marxismo** foi o único que conseguiu dar uma resposta concreta ao problema. A linha divisória estabelecida por Marx e Engels desde o *Manifesto* é a que existe entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Os socialistas utópicos pré-marxistas também defendiam a emancipação da mulher. Mas sua defesa se assentava sobre princípios morais e desejos abstratos, não sobre uma compreensão das leis da história e da luta de classes. O marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica para a emancipação feminina. A mulher não nasceu oprimida; sua opressão e exploração é anterior ao capitalismo. Ela coincide, na história, com o surgimento da opressão e exploração do conjunto dos homens e mulheres que trabalham. O capitalismo acirrou essa opressão, encontrando novas formas de exploração ao assentar-se sob classes sociais distintas. O marxismo apenas expôs as raízes dessa opressão, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida em classes, na qual todas as relações são relações de propriedade.

Por ter compreendido que a opressão da mulher tem uma raiz econômica (porque do que se trata aqui é de descobrir a raiz do problema e não suas derivações culturais e psicológicas), o marxismo pôde apontar o caminho para conseguir sua liberação: a abolição da propriedade privada, única forma de proporcionar as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto as responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre os ombros da mulher. Livres dessas cargas, dizia Marx, as massas de mulheres poderão romper os grilhões da servidão doméstica e cultivar suas plenas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não apenas reprodutivos.

Gênero e mercado de trabalho

Apesar de o capitalismo se aproveitar das

diferenciações de gênero, essa não é a causa primordial da opressão da mulher. Ela apenas agrava a situação da mulher trabalhadora e pobre. A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade está o trabalho, porque está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho.

No estudo “Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil”, Alice Rangel de Paiva aborda os impactos da nova tecnologia microeletrônica sobre a divisão e a organização do trabalho. Segundo a autora, o estudo das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria **gênero**, que lhe confere a dimensão histórico-social essencial para um real aprofundamento da questão.

A autora parte da análise das transformações operadas no trabalho feminino a partir dos anos 80. Houve uma incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (a taxa de atividade feminina cresceu de 33,6% em 1979 para 38,7% em 1989), enquanto a taxa de atividade dos homens se mantinha praticamente estável no mesmo período. Esse movimento estaria acoplado a uma nítida terceirização da economia e a um sensível aumento de assalariamento do emprego urbano que se dá, no entanto, de forma bastante precária, uma vez que diminui ao longo da década o número de assalariados com carteira de trabalho assinada. Entre as mulheres, apenas 55% das assalariadas têm carteira assinada no Brasil.

A autora busca analisar esse período de “modernização da estrutura industrial brasileira” do ponto de vista da divisão sexual do trabalho porque, segundo ela, se a classe operária tem dois sexos, a mudança tecnológica só pode ser entendida a partir de uma perspectiva de gênero.

Aqui fica claro, portanto, que a autora descarta uma perspectiva de classe para analisar a mudança tecnológica. Seguindo a perspectiva de gênero, no nosso entender ela não consegue dar resposta ao problema de por que a mulher continuou sendo discriminada no mercado de trabalho com a modernização da estrutura industrial. E isso se deve, justamente, por não ter adotado uma perspectiva de classe.

Alice Rangel afirma que a idéia largamente difundida nos anos 60 de que as novas tecnologias microeletrônicas, ao eliminarem trabalhos pesados e sujos, iriam permitir uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, foi sendo desmentida ao longo das duas décadas seguintes, diante da constatação irrefutável das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

Ela tem razão, mas essa constatação deve ser compreendida do ponto de vista da exploração do conjunto dos trabalhadores, porque as novas tecnologias servem aos interesses do capital e não para aliviar a exploração do trabalhador. Elas eliminam trabalhos pesados e sujos, e com isso empregam mais mulheres, mas não com a preocupação de interferir na desigualdade

¹⁰ *Perspectivas Feministas em Teoria Política*, Carme Castells (org.), Paidós, p.21.

¹¹ *Idem.*

de de gênero e sim obedecendo a lógica do capital, ou seja, buscando reduzir custos e aumentar o rendimento do capital fixo.

Alice Rangel dá outro argumento que só reforça isso:

“A feminização crescente da força de trabalho européia e americana neste final de século não foi acompanhada da sonhada igualdade no emprego. Especialmente na indústria de transformação, os guetos ocupacionais masculinos e femininos foram de fato reforçados.”

Para ela, isso mostra que a utilização de mão-de-obra feminina não se explica por imperativos técnicos. Se não é por imperativos técnicos, ou seja, a suposta capacidade de a mulher para lidar com alta tecnologia, então tampouco se explica por uma questão de gênero, porque a informatização, por exemplo, criou novos postos de trabalho para mulheres, sobretudo num gueto tradicionalmente feminino, como é o setor bancário. Assim, a mulher não ficou totalmente alijada da alta tecnologia e, no entanto, isso não trouxe maior igualdade para ela no mercado de trabalho. Se fosse por uma questão de gênero, isso não se explicaria, porque a mulher e o homem se igualam na maioria dos trabalhos. Prova disso é a própria revolução industrial, quando o advento da máquina a vapor levou à incorporação em massa da mulher nas fábricas. O capital confiscou a mão-de-obra feminina para fazer a máquina render mais; nas grandes concentrações fabris trabalhavam, lado a lado, homens e mulheres. Ela era superexplorada devido à dupla jornada e recebia salário inferior porque na família patriarcal o salário da mulher é visto como complementar ao do homem.

Além disso, Ricardo Antunes lembra que “na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras

(e, muito freqüentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as)”¹². Portanto, esses postos onde a exploração da mão-de-obra é maior não se destinam só às mulheres, mas também aos homens imigrantes e homens negros. Ou seja, aos setores mais oprimidos e “desqualificados” da classe trabalhadora.

O capital qualifica a classe trabalhadora de acordo com seus interesses e suas necessidades, a cada momento, não de acordo com os interesses do trabalhador. Este se desemprega conforme sua força de trabalho atenda ou não ao interesse do capital naquele momento, conforme o mercado o absorva ou o descarte. O que é trabalho “feminino” e “masculino” é definido a partir da necessidade do capital de auferir mais lucro e se utiliza da força de trabalho disponível, utilizando-se inclusive de suas diferenciações internas (entre sexo, idade, cor etc) para este ou aquele emprego, aumentando seu rendimento. A opressão da mulher, do negro, do imigrante tem a ver, portanto, com uma lógica superior, que determina todas as demais: a necessidade do capital de reproduzir-se continuamente. O emprego de novas tecnologias servem aos interesses do capital nessa empreitada, e não para aliviar a exploração da classe trabalhadora de conjunto. Os trabalhadores não detêm o controle sobre o uso das novas tecnologias, e quanto mais elas são empregadas, mais agravam a falta de controle que ele tem sobre sua própria força de trabalho. Por isso, aprofundam a exploração e a divisão sexual do trabalho.

É claro que nesse mecanismo, os setores mais discriminados da classe trabalhadora sofrem graus especiais de exploração, de onde o capital tira um lucro extra. Por isso, o capital não se preocupa com aliviar essa discriminação; se em alguns momentos faz adaptações na tecnologia empregada para que seja operada por mulheres, o faz no sentido de extrair mais lucratividade do capital fixo, e não por uma suposta busca por igualdade entre a mulher e o homem. É o que ocorre nas Zonas Francas, como a de Manaus, no norte do Brasil, por exemplo, que emprega mais de 30% de mulheres no setor de produção, e se assemelham às

zonas francas industriais asiáticas e a do México, consideradas como “indústrias maquiladoras”. Como nessas outras Zonas Francas, na de Manaus predominam as atividades intensivas em mão-de-obra e, como informa a pesquisadora Edila Ferreira, são extremamente desgastantes da acuidade visual e equilíbrio motor. As indústrias empregam força de trabalho jovem, abundante, barata e não-especializada, recebem incentivos fiscais que incluem a isenção de impostos, instalam-se num local privilegiado, a 8 km do centro de Manaus, dispondo já de ruas asfaltadas, iluminação pública, sistema de água e esgoto, telefone, enfim toda a infraestrutura necessária para a instalação da moderna tecnologia internacional. O setor privilegiado aí é o eletroeletrônico, com o maior número de empresas implantadas e cuja mão-de-obra é 75% feminina. Dentro da divisão internacional do trabalho, realizam a montagem final do produto com partes produzidas em outros países.

A pesquisadora Edila Ferreira entrevistou gerentes de empresas de Manaus, e as respostas desses gerentes mostram 1) como o capital se aproveita do problema de gênero para melhor explorar a mulher como força de trabalho, 2) como a opressão está a serviço da exploração e 3) como a opressão não existe em si mesma, deslocada do modo de produção e da divisão social em classes. Vejamos alguns desses depoimentos:

Damos preferência ao trabalho feminino por ser a mulher mais submissa e mais cativa; é mais fácil de se submeter à monotonia do trabalho de montagem do que o homem (gerente de produção de indústria eletroeletrônica).

Homem nenhum se submete a um trabalho monótono e repetitivo deste, de passar o dia inteiro a soldar pequenas pontas de fios. Isto é um trabalho que só a paciência das mulheres permite fazer (chefe de pessoal de indústria de televisores).

O trabalho é feminino porque é serviço manual. Para a mulher, é mais prático. Elas ficam naquele servicinho mesmo. Os homens procuram logo se tornar operador (chefe de produção de fábrica de compensados).

Esses relatos comparam a mulher e o homem e mostram que, contraditoriamente ao que parece, o capital dá preferência ao homem e não à mulher como força de trabalho; aceita a mulher porque o homem está mais sob pressão (como disse um gerente, “se eu tivesse trezentos homens em vez de mulheres, os problemas seriam bem maiores”). Mas sobretudo do que se aproveita o capital é da abundância de mão-de-obra disponível. Essa relação é a que determina como, quando e em que grau o empregador dá preferência ao homem ou à mulher. Dá preferência a uma força de trabalho que seja **submissa**; independente do sexo. E isso tem a ver também com a correlação de forças entre as classes num determinado momento, que vai determinar se a força de trabalho está disposta a aceitar ou rejeitar o grau de exploração que lhe é imposto. Ao nosso ver, esse é o determinante nas relações de produção e não as questões relativas às diferenças sexuais e de gênero. Em momentos de crise, o capital apela para o que de mais desqualificado existe entre a força de trabalho, porque o que tem a oferecer é um trabalho repetitivo, sem qualificação alguma, e precisa baixar o preço da mão-de-obra para compensar o que tem de retorno. A partir dessa situação concreta surgem os estereótipos de gênero ou se aproveitam os estereótipos já existentes.

¹² Para mais informações sobre a mulher no mundo do trabalho, ler Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho*, que dedica um capítulo especial ao tema. Boitempo Editorial, São Paulo, 2º ed., 2000.

Ocorre o mesmo em relação à hierarquia salarial. No ramo de confecções, por exemplo, o corte da fazenda é a única função dentro da produção que é desempenhada por homens, e justificada como uma tarefa pesada, necessitando de firmeza nos movimentos. O salário pode ser até três vezes maior que o das mulheres. Enquanto as mulheres só podem atingir no máximo um salário e meio, aquelas consideradas profissionais, o cortador pode ultrapassar três salários mínimos. Cortar fazenda sempre foi uma tarefa historicamente feminina (diríamos, então, de gênero feminino) mas aqui não está sendo desvalorizada por isso. Pelo contrário. Passa a ser atribuída ao homem devido à carga de responsabilidade que exige, com a qual a mulher, supostamente, não poderia arcar. Nas indústrias de montagem de televisores de Manaus, a embalagem é uma atividade masculina e melhor remunerada (20% a mais que as outras), não só por exigir maior esforço físico, mas também por ser considerado um trabalho de maior responsabilidade. Em geral, os setores de ponta da economia tendem a absorver força de trabalho masculina, independente do gênero do trabalho, justamente porque se considera a mulher menos responsável. É o que ocorre, por exemplo, com a indústria têxtil, que tradicionalmente emprega maioria de mulheres, mas quando é o ramo de produção importante em um país, como no caso da Venezuela, por exemplo, emprega maioria de homens.

Em todos esses casos, o gênero da tarefa não foi levado em conta para baixar o salário, mas a sua importância na linha de produção. A mulher fica com as tarefas de menor importância, porque é considerada menos “responsável” e isso serve para aumentar a exploração do conjunto dos trabalhadores, baixando os custos da folha de pagamento.

A **qualificação** é outra **construção social**, definida de acordo com os interesses da burguesia e não da classe trabalhadora. Lembremos a afirmação de Marx de que o homem é versátil por natureza¹³, e pode aprender e desenvolver uma infinidade de tarefas. O capitalismo, além de criar a subdivisão do trabalho,

concede prêmios a especialidades parciais e unilaterais, e produz uma camada de trabalhadores não-qualificados, **elevando a ausência de qualificação a um novo tipo de especialidade**. Marx reconhecia que uma certa divisão de trabalho era necessária na sociedade industrial, mas não uma divisão em especialidades tão estreita e permanente que impedisse o desenvolvimento total do indivíduo¹⁴.

A mulher genérica é versátil por natureza. No entanto, a sociedade de classes a conforma segundo os interesses do capital. Ser operadora de máquina, exercer as tarefas mais mecânicas e repetitivas, não assumir cargos que exijam decisão e responsabilidade, enfim, ser um trabalhador não-qualificado: essa é a especialidade da mulher no capitalismo. E isso se faz em nome do gênero, para que ela não abandone as tarefas de reprodução da mão-de-obra no lar, de onde o capital extrai uma parte de mais-valia; continue se ocupando das tarefas domésticas, com as quais supre as deficiências do Estado em relação aos serviços públicos, receba salários precários e sirva de mão-de-obra barata e descartável. Essas mazelas, que têm relação direta com o gênero feminino, não têm nele a sua explicação concreta. Isso tudo ocorre porque não existe pleno emprego para todos, e o capital precisa se administrar. Se aproveita desses dados culturais e os aprofunda na direção que lhe interessa é para pôr e dispor da mão-de-obra da forma que extraia dela mais lucro.

Uma chaga do capitalismo

Como toda questão cultural, a desigualdade entre os gêneros não é igual em todo o mundo. Nos países imperialistas é mais atenuada, porque a mulher fez mais conquistas. A França acaba de votar uma série de leis para reduzir a desigualdade de oportunidades para a mulher no mercado de trabalho, e a Inglaterra votou a remuneração do trabalho doméstico. Para que essas concessões fossem feitas, aprofundou-se a opressão e a exploração da mulher nos países dependentes.

Há mais desigualdade de gênero quanto

mais dependente é o país e mais explorada a mulher. Quanto maior a exploração, maior a barbárie, e barbárie significa para a mulher violência e costumes religiosos retrógrados. Na África, costumes selvagens, como a mutilação do clitóris, sobrevivem sem grandes chances de abalo, mesmo com as furiosas campanhas feministas de denúncia. Nos países muçulmanos, como o Afeganistão, a Arábia Saudita, o Paquistão, as leis seculares do Corão estão em pleno vigor, e as mulheres sendo assassinadas a pedradas por seus maridos ou irmãos. A miséria espantosa em países como Bangladesh, por exemplo, impede à mulher até mesmo um direito natural, que é o de ser mãe, já que a fome a torna impotente para gerar filhos. Na China, com a restauração capitalista, as mulheres, que chegaram a ser as mais emancipadas do mundo, sofreram grandes derrotas. E hoje no campo chinês ocorre o maior número de suicídios de mulheres por enforcamento ou envenenamento do mundo. Com a volta do capitalismo também voltou um costume ancestral de seqüestro de mulheres para trabalharem como prostitutas. A restauração capitalista é o que explica a volta, em Cuba, da degradação feminina. A ilha voltou a ser como nos tempos de Batista, um paraíso para turistas estrangeiros se divertirem com as prostitutas, na maioria jovens com diploma universitário, que não encontram emprego. Só a luta de classes explica esses fatos.

O desemprego crônico, que havia sido superado nos estados operários, agora se agrava a cada dia em todo o mundo. O emprego é crucial para a emancipação da mulher, ou para se traçar qualquer “política de gênero”. O trabalho, a oportunidade de desfrutar de um emprego com direitos trabalhistas, um salário digno, creche e outros benefícios é fundamental para qualquer trabalhador, em especial para a mulher. É a pedra de toque para sua independência e sua liberdade, para que ela consiga minimizar a opressão, a violência e a miséria. Basta observar como no Afeganistão, talvez o caso mais extremo de atentado aos direitos da mulher, uma das primeiras proibições para elas por parte do governo Taleban foi ao trabalho.

O desemprego estrutural é um retrocesso na emancipação feminina. Uma mulher que trabalha, que pode alcançar certa independência, não é tão fácil de se submeter quanto uma mulher que permanece trancada em casa, encerrada no núcleo familiar, sem perspectivas de vida. Nos países pobres, uma mulher que encontre um emprego pode aumentar em muito seu grau de independência, de poder decisório, e ter acesso à educação, à formação profissional. A diferença, simplesmente, entre saber ler e escrever ou não saber, pode ser decisiva. Do ponto de vista da classe trabalhadora, uma mulher que trabalha é uma mulher que pode participar do sindicato e dos movimentos políticos, e pode se localizar no seio de sua classe. Isso significa um ganho para a classe trabalhadora. Se algo se avançou no terreno dos direitos da mulher, isso se deveu em grande parte ao fato de que elas se incorporaram cada vez mais ao mercado de trabalho.

Nos países dependentes, a entrada da mulher no mercado de trabalho não significa maior igualdade nem maiores direitos. O capital vem conseguindo transformar esse passo fundamental da mulher em direção à sua emancipação em uma forma de aprofundar a sua exploração. A maior parte

¹³ *O Capital*, vol. I.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

das trabalhadoras que se incorporam ao mercado de trabalho o fazem em setores informais, precários, e são alvos fáceis da superexploração capitalista, acumulando o trabalho doméstico. As novas tecnologias aprofundam a divisão sexual do trabalho. Além disso, a opressão feminina torna-se ainda mais injusta quando se lembra que seu trabalho não é acessório ou complementar ao do homem, mas é imprescindível para a economia e a sobrevivência de milhões de famílias. Segundo a OIT, o trabalho das mulheres é a principal fonte de ingressos para 30% dos lares do mundo. Na Europa, 60% das trabalhadoras aporta a metade ou mais dos ingressos do grupo familiar. Na Índia, 60 milhões de pessoas vivem em lares mantidos unicamente por mulheres. Na América Latina, metade de toda a produção agrícola sai de mãos femininas.

Portanto, garantir trabalho para a mulher é uma reivindicação fundamental para garantir a emancipação feminina. O direito ao trabalho remunerado é inalienável não só para os homens, mas também para as mulheres. A autonomia de uma pessoa é impossível se ela carece de ingressos próprios. Como diz Maria Jesús Benito¹⁵, enfrentar o problema pela raiz implica enfrentar o fato de que obter um emprego é uma necessidade, não um desejo. A crítica ao princípio de igualdade de oportunidades deve necessariamente vir acompanhada de uma exigência, que toda mulher adulta sem emprego remunerado deve ser contabilizada nas estatísticas de desempregados e não declarada como dona de casa. É uma forma de encobrir o desemprego feminino, extremamente alto em todos os países.

Não é a desigualdade de gênero que explica isso. É a desigualdade de classe. A mulher não tem emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora de conjunto. Num sistema baseado no sucateamento da classe trabalhadora, seus setores mais oprimidos são os mais afetados. Os estudos de gênero vêem aí o problema central. Referindo-se, por exemplo, à fome na África, dizem que apesar de a mulher ter um papel primordial na produção agrícola, produzindo 80% dos alimentos de base, recebe somente 10% dos ingressos gerados na agricultura

e controla apenas 1% da terra. Trata-se, realmente, de uma disparidade. No entanto, não é uma situação que afeta apenas a mulher e tampouco a África. O homem trabalhador agrícola na África tampouco detém o controle da terra e de seus ingressos. Sua situação estará, talvez, um pouco melhor que a da mulher, mas não se pode afirmar que o homem trabalhador agrícola controla a terra e seus ingressos, e a mulher não. Quem controla toda a terra é o latifúndio, os grandes proprietários. Esse é o inimigo principal de mulheres e homens trabalhadores africanos. Se tomamos o caso dos trabalhadores agrícolas no Brasil, a situação não é muito diferente da África, e aqui tampouco se pode afirmar que os homens detém o controle da terra e seus ingressos, e a mulher não. A divisão primordial, decisiva, se dá entre classes possuidoras e despossuídas, e não entre homens e mulheres despossuídos. Não se pode negar que haja um descompasso entre homens e mulheres da classe trabalhadora, e que a exploração se soma à opressão, sacrificando ainda mais a mulher. No entanto, aqui se trata de buscar o caminho para a solução de um problema que afeta a ambos, homens e mulheres trabalhadores, e esse caminho é o do enfrentamento com a burguesia, cujo programa inclui as bandeiras específicas da mulher, como legalização do aborto, salário igual para trabalho igual e outras.

No entanto, isso não significa que se a burguesia deixasse de se aproveitar dessas desigualdades, a situação da classe trabalhadora de conjunto estaria resolvida. Basta lembrar que na sociedade machista, patriarcal e branca em que vivemos, nem os homens conseguem emprego e melhores condições de vida, que dirá as mulheres, os negros, os homossexuais! Por isso, é um erro centrar a política nesse aspecto, exigir uma “política de gênero”. Essas são reivindicações democráticas, que advêm de uma contradição estrutural da sociedade: o capitalismo não avança mais, as forças produtivas não se desenvolvem e, por isso, não há espaço para concessões democráticas. É o choque das forças produtivas com as relações de produção, que só pode ser resolvido pela revolução socialista,

que liberará as forças produtivas para que a sociedade avance e as questões democráticas encontrem um caminho de resolução.

As políticas de gênero, ao não se assentarem na classe trabalhadora, têm de se assentar em alguma coisa. Por isso, são sempre direcionadas aos governos burgueses, aos organismos do imperialismo, ONU e FMI, como fazem as organizações que agora dirigem a Marcha das Mulheres 2000. Têm sempre à frente uma primeira-dama ou uma ONG que apelam para sua “essência feminina”, sua iniciativa pessoal para sair dos dilemas, o “jeitinho feminino” de resolver os conflitos.

A política de gênero pede à mulher que vote em mulher, não importa quem seja. O objetivo é aumentar a representação feminina no Parlamento. Tudo se passa como se não existissem mulheres burguesas e proletárias, interesses burgueses e proletários, como se um Parlamento majoritariamente feminino votasse apenas políticas favoráveis à população. Como se votar em Margareth Thatcher, em Madeleine Albright ou Hillary Clinton fosse ajudar a mulher a alcançar sua liberação.

O mesmo ocorre em todos os documentos de mulheres da CUT, principal central sindical no Brasil, e do PT (Partido dos Trabalhadores), onde a palavra **classe** foi literalmente substituída pela palavra **gênero**. O que é um erro em todas as frentes, porque cada vez que cresce o conflito, que aumenta a opressão contra a mulher, isso estimula as mulheres a tomarem consciência de pertencerem a uma classe social definida, com interesses e princípios opostos à classe dominante, e não a tomarem consciência de pertencerem ao sexo feminino, ou ao gênero feminino. Cada vez que faz um aborto, a mulher trabalhadora se sente violando a lei, uma lei que não beneficia a ela, mas apenas à mulher burguesa. Cada vez que busca trabalho fixo e só encontra trabalho precário, ela objetivamente se sente identificada com a classe dos desempregados, e não a uma suposta consciência de pertencer ao gênero feminino. Os golpes contra a mulher a jogam contra o governo, contra a injustiça social, contra um modo de vida desumano. E não contra os homens de forma genérica. Por isso, é um crime o que fazem as ativistas que exigem a autonomia das mulheres, porque, ao invés de desenvolverem a consciência da mulher trabalhadora contra o sistema, a desenvolvem contra os homens.

O fim do capitalismo e da divisão da sociedade em classes com certeza permitirá que a mulher desenvolva plenamente suas potencialidades latentes, já que terá o controle de sua força de trabalho e sua qualificação não visará a outro interesse que o seu e o do conjunto da humanidade. O fim da sociedade em classes poderá conformar a mulher como um ser histórico diferente, participante da produção social como qualquer trabalhador.

Para Alice Rangel, a explicação para a situação da mulher no mercado de trabalho passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero. Para nós, nenhuma explicação é possível se não se articula a problemática da divisão sexual do trabalho com a relação entre as classes. Para Maria de Jesús Izquierdo, a sociedade se estrutura em gêneros. Para nós, marxistas, ela se estrutura em classes sociais, e todos os

¹⁵ Organizadora do livro *Aguantando em Tipo. Desigualdad social y discriminación salarial*, publicado em Barcelona, 1999.

problemas sociais têm um caráter de classe, porque se relacionam com a estrutura econômica da sociedade.

E isso não é discurso, é a realidade que nos está mostrando todos os dias. Opressão feminina é desemprego, é prostituição, é degradação, é violência, é morte por aborto sem assistência médica, é tristeza, frustração, dor. Tudo isso tem um nome: capitalismo. Nos estados operários, havia sido erradicado, e volta a aparecer, com a restauração capitalista.

Por isso, o problema da mulher trabalhadora não é ser mulher, é viver num regime capitalista. Ela não precisa rejeitar sua feminilidade, nem sua função de maternidade. Ela não precisa ver no homem um adversário. O que ela precisa é reconhecer sua própria força e unir-se – como mulher, com todas as suas potencialidades – à sua classe para lutar pelo fim da sociedade capitalista, que é a verdadeira raiz de sua opressão. Temos de fazer com que a mulher que, no seu dia a dia, se enfrenta, objetivamente, com os entraves do capitalismo – a fome, a miséria, o desemprego, a opressão sexual, a humilhação – tome consciência de quem é seu real adversário. E se disponha a fazer um chamado a seus companheiros de classe para lutarem juntos contra o capitalismo. Esse será o primeiro passo para que ela se transforme como ser histórico e possa construir uma sociedade socialista, em igualdade com o homem, onde todos os resquícios de opressão sejam atirados na lata de lixo da história. 

DESENTERRANDO KARL MARX

PARTE 1

GEOFF PILLING

Dirigente do Workers Revolutionary Party da Inglaterra, falecido em 20 de agosto de 1997

Crítica ao livro de Cyril Smith *Marx: en el Milenio*.

Este é um dos livros de ampla circulação que pretendem passar a limpo a situação do marxismo após a queda dos regimes da Europa Oriental e da União Soviética. Em geral, a maior parte destes trabalhos – o que não causa surpresa – chegam a conclusão que o fim destes regimes representou “a morte do socialismo” e do marxismo. O livro que vamos analisar tem uma postura um pouco diferente. Propõe que se examinem todas as idéias de Marx à luz destes fatos, fazendo uma distinção clara entre o “marxismo” e as verdadeiras idéias de Karl Marx, porque haveria pouca ou nenhuma semelhança entre estas e aquelas.

O autor opina que Marx foi enterrado há muito tempo por seus seguidores. Entre os que participaram do enterro, os principais responsáveis teriam sido os stalinistas. Porém, a história não termina aí porque, para Smith, a burocracia stalinista “fez suas falsificações sobre a base de todo um conjunto de doutrinas que já distorciam a essência das obras de Marx”. A partir daí, Kaustky e Plejanov seriam os maiores responsáveis pela má interpretação da obra de Marx, mas isso não pára por aí. Os que fundaram a Terceira Internacional (1919), inclusive Lenin, teriam aceito estas distorções (mecânicas) de Kautsky e Plejanov. É evidente que para o autor, o trabalho realizado por estes destacados pensadores constitui uma barreira que impediu saber o que realmente Marx queria dizer. Segundo Cyril Smith, houve uma continuidade neste sentido dentro do movimento “marxista” já que, desde a morte de Marx - se é que deixemos Engels de lado por um momento - cada uma das figuras proeminentes que reivindicam o marxismo, na verdade não teriam feito outra coisa que destruir a alma do trabalho original de Marx. Todos eles teriam visto Marx como o fundador de uma “doutrina econômica” que seria simplesmente a economia política clássica; todos eles, em maior ou menor grau, teriam compreendido o marxismo como uma filosofia do fatalismo, onde os seres humanos não seriam outra coisa que brinquedos da história, a mercê de suas “leis objetivas”; em resumo, todos teriam voltado a alguma forma de materialismo mecânico anterior à Marx. Daí surgiria a necessidade de o autor voltar a Marx para descobrir o que ele propunha.

Minha objeção fundamental a este ponto de vista é a que se segue: não há dúvida de que várias interpretações de Marx mencionadas por Cyril

Smith realmente estiveram presentes no movimento marxista - e inclusive houve momentos nos quais podem haver sido elementos constitutivos - não é menos certo que houve uma dura batalha contra estas interpretações e contra a política que as acompanhou. Em outras palavras, o movimento marxista tem sido profundamente contraditório. Eu acho que o erro de Cyril Smith é não perceber esta contradição. De fato, ele parte da hipótese de que todo o movimento se caracteriza, de ponta a ponta, por uma interpretação mecânica, desumanizada da obra de Marx e se fecha para ver se consegue provas que sustente o seu ponto de vista. Ao fazê-lo, conseguiu um relato histórico altamente tendencioso sobre qual é o caráter do marxismo e do movimento marxista. O objetivo principal desta crítica que faço é demonstrar isto.

A triste história do marxismo

Antes de começar o seu relato da triste história do “marxismo”, o livro começa com uma breve resenha do mundo hoje. Cyril Smith o vê como uma espécie de “caos”. Depois de seu estudo sobre o trabalho do “marxismo”, nosso autor volta-se para Marx, cuja proeza - ele descobre agora- *“reside primordialmente em ter compreendido a natureza dos seres humanos e como a sociedade de hoje em dia é albeia à esta natureza”*. A partir daí, o livro gira sobre alguns aspectos de estudos acadêmicos atuais e como eles tratam a natureza humana. À luz deste Marx redescoberto, o capítulo final é uma tentativa por parte do autor de investigar *“alguns problemas da atualidade”*.

Mesmo sendo um livro relativamente curto, cobre uma grande variedade de temas, entre eles a concepção de Marx sobre o que é *“ciência”* e *“teoria”* e o desenvolvimento da tecnologia neste final do século. Me referi até aqui ao que considero os aspectos mais importantes do livro - aqueles que tratam da relação do trabalho de Marx (e Engels) tanto com aqueles que os sucederam quanto com seus antecessores. Mas também esta a relação e as

lutas da classe trabalhadora. Neste ponto reside minha principal discordância com *Marx e o Milênio*, e procurarei explicar.(1)

O autor nos informa que existem duas reações principais ao colapso dos regimes da Europa Oriental e da URSS. (Com certa dose de imprecisão, ele fala do *“colapso da União Soviética e seus estados satélites”*). Alguns declararam a morte do socialismo, e *“outros”*, diz o autor, seguiram como se nada tivesse acontecido, ou disseram que eles sempre disseram que isto iria acontecer. (2) Nosso autor parece acreditar que conseguiu evitar as armadilhas inerentes ao que ele disse serem estas duas reações à queda da burocracia stalinista. Ele diz que seguiu outro caminho o qual - se tivéssemos que acreditar - evitaria os dois perigos similares: o do desespero e o dogmatismo. Porque, segundo o autor, a sua experiência e seus longos anos no movimento trotskista, assim como suas mais recentes *“investigações”*(3), lhe teriam permitido chegar à conclusão que o verdadeiro problema se encontra em quase todos os *“marxistas”* do passado - e não resta dúvida que seus contemporâneos não andam melhor - que se viraram para entender muito mal a obra de Marx. Ao fazê-lo, teriam enterrado o marxismo (pag. 19). Se precisar mais esclarecimentos, os encontraremos a seguir. Cyril Smith diz,

“O que quero demonstrar é que as bases filosóficas do pensamento de Marx, perdidas na época da II Internacional, nunca foram recuperadas pela Terceira (Internacional). Inclusive antes de Stalin começar a sua *“revisão”* do marxismo - não com a pena de um teórico, mas com as botas da GPU - as idéias fundamentais de Marx já haviam sido enterradas”(p. 48)

Este livro é parte de um *“esforço”* realizado por Cyril Smith para exumar o *“verdadeiro”* Marx na esperança de que o morto possa conservar alguma vida. De toda forma, ele está decidido a nos pôr, a os desafortunados *“marxistas”*, no caminho da verdade, ainda que temos direito a suspeitar que não tem muitas esperanças a respeito de seu projeto.

A idéia de pôr a palavra *“marxista”* entre

aspas é de Cyril, não minha, e se repete em todo o livro. Na realidade, é um dos principais argumentos do autor que agora surge como sendo imprescindível, já que se trata de separar claramente Marx daqueles que falam em seu nome.

“Alguns leitores poderiam pensar que nas páginas deste livro tenho exagerado ao marcar a brecha entre as idéias de Marx e o conjunto de doutrinas chamadas de “marxismo”. Se é assim, peço que me desculpem, porém estou convencido que teria sido um erro muito mais grave subestimar esta falha. Comecei a me dar conta de que, separando Marx do “marxismo”, criava uma oportunidade de ver o mundo com mais clareza.”

A lista onde figuramos nós, os desprezados e errantes “marxistas”, é desalentadoramente longa. Inclui muitas figuras, além de – é claro – Stalin e seus epígonos. Kautsky (como o fundador do “marxismo”) é o principal culpado. Plekanov, Rosa Luxemburgo, Lenin e Trotsky, todos figuram em sua lista de acusados – em menor ou maior grau, todos teriam feito alguma coisa para merecer as temidas aspas.(4)

Voltaremos ao tema de algumas formas específicas à forma como Smith se refere a estes marxistas – porque, ao contrário do autor, acho opino que todos eles, além de suas deficiências, têm contribuído para a causa da classe trabalhadora e o desenvolvimento do marxismo e, portanto, não necessitam de aspas. Aqui vai uma pequena mostra. O autor diz que Plekanov (talvez com a ajuda não intencional por parte de Engels, com certos parágrafos do *Anti-Dubring*, aos quais faltava a “clareza habitual” de Engels) inventou o “mito” (que foi aceito por Lenin) do “materialismo dialético” – uma combinação mecânica de “materialismo” e “dialética”; também Kautsky, segundo Smith, teria sido um materialista profundamente mecânico que, pobrezinho, teria pensado que Marx havia escrito simplesmente um livro sobre economia. Pareceria (pag. 61) que a princípio Kautsky poderia ter sentido atração pelo marxismo porque pensava que o marxismo equivaleria ao marxismo mecânico. (5) Inclusive Rosa Luxemburgo, apesar de sua “brilhante” demonstração de que o revisionismo representava “uma adaptação oportunista à sociedade burguesa”, teria acabado sendo incapaz de perceber as bases filosóficas do problema do oportunismo na II Internacional. Por que? Porque, desgraçadamente, assim como Kautsky, para o autor ela tomava “a verdade do ‘marxismo’ baseada no conjunto da doutrina” (p. 36).

Girando sua metralhadora em outra direção, Smith agora aponta para Lenin e descobre que decididamente, durante grande parte de sua vida política, ele se deixou dominar pelas falsas concepções de Kautsky (“seu líder”) assim como pelas de Plekanov. E porque seu livro – *Materialismo e Empirocriticismo* – foi um texto decisivo para assentar as bases importantes para a futura difusão do marxismo. Como se isso fosse pouca transgressão, a noção de Lenin em *O que Fazer* – aqui seguindo explicitamente Kautsky – teria nada a ver com as posições de Marx e Engels. E se Lenin parecia estar fazendo algum progresso em sua leitura compreensiva de Hegel depois do início da guerra, infelizmente o progresso parou rapidamente, o trabalho foi abandonado e esta besta horrível, o “marxismo”, voltou a ganhar posições.

Na escala de Smith – obviamente nosso autor é um dos poucos mestres que se recusa a baixar o nível de suas notas – o pobre Lenin teria sorte se conseguisse um “suficiente”. Pior foi Trotsky e seus seguidores, já que os desafortunados “*jamais tiveram os recursos teóricos para penetrar nas raízes filosóficas do estalinismo*” (p.25). É por isso que “*Trotsky não poderia se salvar dessa influência*” (da ortodoxia stalinista). O máximo que poderiam aspirar Trotsky e seus seguidores – naturalmente merecem apoio pelo esforço realizado – “*foi demonstrar que a política stalinista e suas distorções se opunham às decisões do partido de Lenin e aos ensinamentos do “marxismo”*” (p.25).

Em relação ao problema associado com a dominação do “marxismo”, o mais importante que nosso autor tem a dizer é o seguinte: “*ficou (impossível) olhar a obra de Marx se não for refratada pela lente desta (stalinista) tradição*”.(6)

Estudemos esta afirmação cuidadosamente, prestando especial atenção às implicações metodológicas. A mim me parece que expressa muito bem a postura passiva, contemplativa do autor. Para começar, nos convida a fazer uma pergunta óbvia: se todo o marxismo foi necessariamente deformado pelo stalinismo, se todos os falidos marxistas se equivocaram em quase tudo, como é que Cyril Smith se salvou? Ou, como sabe que se salvou, e – como Kant – despertou de seu “estupor dogmático”? Colocada a pergunta desta maneira (abstrata) não pode haver resposta a ela. O conhecimento jamais pode ser coisa individual, por mais ilusões que se tenha no pensador individual. Ser competente em qualquer campo da ciência significa conhecer a história desta ciência, familiarizar-se com os arquivos das discussões internas e os principais fatos que marcaram o seu progresso. É impossível compreender as tarefas que os marxistas têm hoje pela frente e pensar na assim chamada “crise do marxismo” sem fazer uma revisão crítica da história do movimento marxista, uma história que só se pode compreender plenamente em conexão com a vida e a história do movimento da classe trabalhadora.

Em segundo lugar: precisamente, que coisa é esta “tradição stalinista”, por meio da qual necessariamente, segundo Cyril Smith, se tinha que refletir a “tradição stalinista”? Se supõe que “todos” teríamos que saber isso. Porém, o sabemos? E se até certo ponto o sabemos, por meio de que processo, na luta contra que inimigos políticos e ideológicos se ganhou este conhecimento?

A verdade é que a partir de 1917 tem se travado, no interior do movimento operário, batalhas duríssimas contra a degeneração do Estado soviético, a destruição do Partido Bolchevique, a natureza da “tradição stalinista”. Rupturas em torno da “questão russa” figuram entre as mais importantes desde 1917. Esta “tradição stalinista”, como a chama Smith, não caiu do céu, pronta e acabada. Foi se desenvolvendo e adquiriu existência durante um período de tempo bastante longo e foi, em última instância, o produto da pressão do imperialismo sobre um Estado operário atrasado. O produto deste isolamento em si mesmo se converteu em uma poderosa força para segurar a continuidade desse isolamento. Como é sabido, Trotsky discutiu com seus seguidores (como, por exemplo, C.L.R.James) que tendiam a ver a burocracia stalinista como algo que estava presente desde o primeiro dia da revolução. Sim, havia uma burocracia desde o primeiro dia, mas só com o correr do tempo se converteu em burocracia stalinista. Isto é, houve uma transformação, de uma burocracia que constituía uma casta privilegiada, a uma que se converteu em casta privilegiada contra-revolucionária, que se apoiava nas relações de propriedade introduzidas pela revolução de 1917 e, simultaneamente, servia às necessidades do imperialismo. (7) Porém, como fez Trotsky para compreender este processo? Isto só foi possível com uma longa luta contra o mesmo. Foi exatamente no processo desta luta real e viva que não só energizou a burocracia stalinista, mas também se ganhou conhecimento sobre o que estava acontecendo. Foi uma luta que passou por etapas definidas durante as quais se ia ganhando conhecimento cada vez mais concreto sobre o que era a burocracia stalinista. Nos

tempos da tragédia alemã de 1933, alguns seguidores de Trotsky lhe disseram: te avisamos de que isto iria acontecer; terias que ter ido do Komintern faz muito tempo. Trotsky revidou dando de ombros: lamento; é evidente que vocês são mais espertos que do que eu, e sabiam mais do que eu. Porém, o certo é que nem Trotsky nem ninguém poderia saber o resultado preciso do surgimento da burocracia stalinista e se tratava de um processo que se poderia reverter ou não. Tratava-se de algo que deveria ser submetido à prova da luta de classes na vida real, no choque das forças vivas.

A batalha por compreender o que estava por trás da degeneração do Estado soviético e do Partido Bolchevique precisava de uma luta para desenvolver o marxismo e isto nada tinha a ver com simplesmente insistir em que a política de Stalin era distinta da de Lenin, como pretende apresentar Cyril Smith, ou reinventar da história da Oposição de Esquerda. Ao assumir a luta contra a burocracia stalinista nascente, Trotsky se deparou com algo absolutamente novo. Não havia nenhum precedente para guiá-lo. Definiu a burocracia como uma “casta”, porém sabia que esta analogia com sociedades como a da Índia tinha seus limites. De fato, dado o caráter sem precedentes da burocracia stalinista, todas as analogias tinham que ser muito limitadas. Porém, ao mesmo tempo, Trotsky se opunha firmemente aos que diziam que o stalinismo era uma derivação natural do bolchevismo, algo enraizado no mesmo “ser” do partido de Lenin. Também se viu obrigado a discutir com aqueles que queriam elevar a casta burocrática ao status de uma nova classe, mesmo que a burocracia tenha semelhanças com uma classe. Porém, não havia precedentes para o que estava acontecendo na União Soviética: se havia imposto por meio de uma revolução um Estado operário que ficou tragicamente isolado. Isso implicava lutar por novos conceitos, novas definições, novas conquistas teóricas. É isso é o que faz a *Revolução Traída*, de Trotsky, sem dúvida, a contribuição a teoria e a prática marxistas mais destacadas dos últimos sessenta anos ou mais.

Há que se insistir aqui em relação à teoria do conhecimento. Cyril Smith fala da “tradição stalinista”. Ao mesmo tempo expressa a opinião que todo “marxismo” se refletia nesta tradição. Porém, se mete em um círculo vicioso. Se todo marxismo tende a ver o mundo pelos olhos de Stalin, como foi possível chegar a uma compreensão dessa realidade? Supõe-se que se Trotsky estava contaminado com esta tradição stalinista (como a chama Smith) então não poderia tê-la compreendido. Do ponto de vista do marxismo (sem aspas), é impossível colocar o assunto desde a ótica de Smith, senão desde a “prática revolucionária” (Marx). Se hoje parte do “capital constante” da classe trabalhadora é a compreensão da natureza desta força, a burocracia stalinista, a que traiu a revolução de 1917, é graças a luta liderada pela classe trabalhadora – principalmente por Trotsky – contra o surgimento da burocracia stalinista, e em meio desta batalha a classe ganhou sua “definição” desta burocracia. E é assim como se ganham as definições em qualquer ciência no transcurso de sua prática. Só no meio da luta é que a natureza desta burocracia profundamente anti-marxista pode ser compreendida. E já que estamos, poderíamos dizer que isto não tem só interesse histórico, algo para que figure nos livros ou renda a merecida homenagem às figuras do passado, ainda

que nenhuma destas coisas careça de importância. Porém, só sobre a base de um conhecimento do que era esta burocracia, de seu significado contra-revolucionário na luta de classes de várias décadas, é que hoje podemos compreender o significado real para a classe da queda desse regime e advertir o que podemos e devemos fazer hoje. É assim como o “passado” e “presente” se ligam de forma inseparável.

É por isso que se torna impossível separar metafisicamente Marx do “marxismo”, como propõe o livro em questão.

Devemos acrescentar que esta luta contra a política e a ideologia stalinistas na classe operária não terminou quando Trotsky foi assassinado em 1940. Na realidade, dentro do movimento trotskista houve uma batalha contra os que diziam que a burocracia stalinista tinha um “caráter dual” e que era possível reformá-la e que o processo que se chamava “desestalinização” poderia ter êxito (Onde está essa gente hoje? Ficaram totalmente mudos). Os que aceitaram esta batalha, lutaram contra a idéia de que o mundo estava dividido em três campos: o do imperialismo, o assim chamado Terceiro Mundo, e, finalmente, o dos Estados operários, sendo que este último podia se desenvolver com certa independência dos dois primeiros setores. Este ponto de vista, defendido fundamentalmente pelo falecido Ernest Mandel e seus seguidores, foi na realidade uma clara concessão à teoria (e à prática) stalinista segundo a qual era possível construir o “socialismo em um só país”. E por mais que a Cyril Smith lhe doa recordar, é necessário deixar claro que a luta não terminou: houve uma tentativa de sondar as bases filosóficas da posição que Mandel e outros adotaram, e isto significou “um retorno a Lenin”, especialmente à obra de Lenin realizada depois de 1914. (8)

É preciso destacar a mal-fundamentada premissa de Cyril Smith que reza que todos os falidos marxistas ficaram presos, mais ou menos; dentro dos limites das categorias ideológicas do stalinismo. Já assinalamos que Trotsky e seus camaradas levaram a cabo não só uma luta po-

lítica contra o stalinismo, mas também a batalha teórico-filosófica. Podemos dizer, sem medo de errar, do conjunto do “marxismo”. Se serve para algo o que digo, trata-se de um livro que certamente teve uma importante influência formativa sobre mim. E que dizer da crítica que Antonio Gramsci fez em 1920 contra o materialismo mecânico de Bujarin? A pesar de os eurocomunistas terem podido – e acho que tinham motivos – encontrar em Gramsci muito em que se apoiar para desenvolver seu reformismo, sua crítica à tentativa de Bujarin de um “marxismo popular” ainda hoje merece atenção. E que dizer da obra de figuras como Roman Rosdolsky? Sua brilhante exegese do *Grundrisse*, de Marx (*The Making of Marx's Capital*) é outro entre tantos testemunhos daqueles que foram capazes de tomar distância da influência del stalinismo. (Que prazer foi, em seu momento, ler sua devastadora crítica da obra daquela “neo-marxista” e por, um tempo companheira de rota do maoísmo, a professora Joan Robinson, e seus esforços por unir a obra de Marx à economia clássica!) Podemos continuar mencionando nomes neste contexto. Por exemplo, o de Paul Mattick que, ao menos para a minha geração, significou um novo conhecimento de *O Capital*, de Marx, e especialmente sua incompatibilidade com as posições de J.M. Keynes. (Ver sua *Marx and Keynes*). Também está a obra de Henry Grossman sobre a questão da acumulação do capital.

Ou lembremos a famosa contenda entre filósofos na União Soviética na década de 20 que Cyril Smith menciona, a controvérsia entre os seguidores de Deborin (mais tarde condenado sobre a base de uma caracterização de Hegel como “idealista menchevizante”) e os “mecanicistas” (que, em linhas gerais, apoiavam Bujarin, em desgraça naquela época). Stalin terminou essa discussão de maneira brutal, denunciando e, com freqüência, matando integrandos de ambos os bandos. Mas, como tudo terminou? As idéias do stalinismo – especialmente nessa disputa, sua degradação mecânica do marxismo – triunfaram totalmente? Desapareceu todo rastro do marxismo? De forma alguma.

Porque não há dúvida de que o surgimento, no passado recente, de figuras como o falecido E.V. Ilyenkov (que se suicidou devido aos maltratos recebidos por parte da burocracia stalinista, e de quem falaremos mais adiante) e Felix Mikhailov se relaciona com aquela luta contra precisamente este materialismo mecânico que chegou ao poder junto com a burocracia stalinista.

A obra de Ilyenkov inclui a defesa do *Materialismo e Empiriocriticismo* de Lenin contra justamente o tipo de crítica que se faz no livro que estamos comentando, ou seja, de que era um exemplo de materialismo mecânico, e também seus escritos sobre a lógica *d'O Capital* e seus ensaios sobre a história da lógica; isto constitui, em minha opinião, uma importante contribuição para a renovação do marxismo. O mesmo se pode dizer de *El acertijo del uno mismo*, que também se centra no repúdio ao “marxismo” mecânico dos stalinistas e, especialmente, a noção de que alguma vez poderia chegar a haver uma “máquina pensante” como crêem muitos dos defensores da idéia de “inteligência artificial”. (Quando se trata da questão de inteligência artificial, nas páginas 115 a 117, o livro que analisamos nem sequer menciona Mikhailov).

O mesmo silêncio rodeia a obra de Ilyenkov. Por que? Essa omissão se deve a ao fato de que isto se enquadra muito mal na fatalista tese smithoniana que assegura que “nós” estamos “todos” elaborando sob a influência deformante da “teoria” stalinista? E que isto é inevitável, já que os marxistas não podiam ver o mundo senão por meio dos óculos deformantes da burocracia stalinista?

Insisto em que é necessário voltar a estudar muito a obra de cada um dos pensadores acima mencionados, assim como a de muitos outros. Nenhum deles aceitou mansamente a “ortodoxia stalinista”, e há que voltar a estudar seu trabalho criticamente em uma situação na qual a própria história ditou sua sentença final sobre stalinismo e seu horrendo “marxismo”.

Uma nota pessoal

Peço licença para introduzir uma nota pessoal que tem a ver com a questão da continuidade do marxismo e a luta ideológica contra o stalinismo. Uma das acusações reiteradas por Cyril Smith é que nós, os temíveis “marxistas”, tratamos o trabalho de Marx como uma variante de “economia”. Assim, diz o autor, “A noção “marxista” de que Marx havia desenvolvido uma nova espécie de economia política, um conjunto de “doutrinas econômicas”, incluindo a “teoria do valor” está mal.” (p. 129). E continua: “na tradição ‘marxista’, se supõe que ele [Marx] estava tratando de criar uma melhor economia ‘marxista’/socialista.” (p. 75) (Sem dúvida, todos estamos operando segundo a linha equivocada que Karl Kautsky havia estabelecido.)

Não pode haver dúvida sobre o fato de que os teóricos do movimento stalinista deformaram o marxismo no fundamental, ao apresentá-lo como uma variante da economia política clássica. Esta tendência ficou muito marcada na Grã Bretanha, onde intelectuais do Partido Comunista como Maurice Dobb (*The Political Economy of Capitalism*, 1938) e Ronald Meek (*Studies in the*

Labour Theory of Value, 1956) estavam ansiosos para demonstrar que o marxismo não era “um produto importado da Alemanha”, mas estava firmemente arraigado na boa e velha tradição anglo-escocesa de economia política estabelecida por Adam Smith e levada a seu apogeu por David Ricardo em *Principles* de 1817.

Mas o que Smith (Cyril, não Adam) opta por passar por cima é que sim, houve uma batalha contra precisamente esta deformação. (Já citei o caso de Korsch, mas também devemos recordar *An American Looks at Karl Marx's Capital*, de W.J. Blake (1939)). E é muito mais que isso: a luta contra toda tentativa de reduzir *O Capital* de Marx a uma forma de economia política veio do movimento ao qual Cyril Smith pertenceu em seu momento, e, na verdade, foi uma luta para a qual contribuiu. Em 1973, o próprio Smith escreveu um artigo (“The Law of Value in Ricardo and Marx – Economy and Society, I vol. 1, Nr 2) no qual deu uma boa sacudida em Dobb e em Meek. O artigo punha ênfase especial no fato de que jamais Marx havia defendido uma teoria “labour” de valor, como aqueles escritores faziam crer, e, de passagem, foi uma tentativa de esclarecer as implicações filosóficas desse erro. (Este trabalho foi depois ampliado em um estudo posterior, *El Capital de Marx: Philosophy and Political Economy*, 1980).

O artigo não só fez com que Meek respondesse de forma débil e chorosa, mas, o que é mais importante, serviu como guia de trabalho para muitos escritores jovens (infelizmente eu não me encontrava entre eles) que aprofundaram criticamente e reafirmaram a relação entre Marx e a economia política clássica. Menciono este fato apenas para destacar que esta idéia de que “todos nós” estávamos presos às categorias stalinistas não resiste diante de uma análise séria. E, como um *post data* para este incidente, peço licença para dizer que a inspiração para escrever um trabalho que esclarecesse que o stalinismo há muito havia deixado de entender a obra de Marx sobre a economia política e, particularmente, estava mal-interpretando sua lei do valor veio de ninguém menos que... V.I. Lenin

– este mesmíssimo homem que, segundo Smith, mostrou-se incapaz de romper seriamente com a influência dos “marxistas” K. Kautsky y G.V. Plejanov. Porque, enquanto estava lendo uma edição da correspondência entre Marx e Kugelman (a que foi publicada por Martín Lawrence na década de 1930) topei com um prefácio de Lenin para essa correspondência. Foi ali, para minha surpresa, que encontrei a referência que Lenin fazia à assim chamada teoria “labour” do valor! Isto me convenceu de que minhas elucubrações em direção a uma conclusão similar eram, talvez, algo mais que elucubrações. Mas se Smith está certo, ou seja, que, independente de uma ou outra tentativa isolada e até mesmo louvável de romper com um marxismo dominado por concepções mecanicistas, Lenin permaneceu atado a um “marxismo”, como explicar o discernimento de Lenin? Simplesmente não se pode.

Leia, no próximo número de *Marxismo Vivo*, a Parte II do artigo de Geoff Pilling.

Notas e Referências

1. Este livro já foi resenhado por John Robinson (*A Sophisticated Attack on Trotskyism*, The International, nº 19, July 1996). Expressando minha opinião sobre esse texto tão suavemente quanto possível, vejo-o como um trabalho altamente insatisfatório. De fato, o texto de Robinson dificilmente pode ter o nome de “resenha” associado a ele, já que é uma combinação de lugares comuns, tipo “Smith tem seus pontos bons e maus”, e uma série de bobagens de jardim de infância que podem apenas fazer um leitor, mesmo que apenas semi-educado, ter um sobressalto. “Smith expõe a visão muito razoável (!) de que Marx estava preocupado em compreender o que é ser humano”. Porém, sobre o que seria uma “visão razoável”, não há sequer uma palavra. Sobre um dos capítulos do livro, Robinson diz: “Nem tudo deste capítulo pode ser aceito”. Ele então passa a citar trechos largos desse capítulo, com algumas poucas frases agregadas, mas nada diz sobre o que é “inaceitável” nele. Seu principal ponto de ataque contra Smith é que [Smith] teria abandonado a construção do partido revolucionário. Este é o tipo de “acusação” quase-religiosa que vem sendo levantada por décadas contra “opponentes” reais ou imaginários.

No entanto, nada é dito na “resenha” de Robinson sobre as bases teóricas para tal tipo de abandono. Assim, esta acusação contra Cyril Smith é pouco mais que uma acusação pessoal, que não pode educar ninguém. Esta linha de ataque – a de que Smith já não defende a construção do partido revolucionário – está particularmente mal colocada, para não dizer ridícula, dado que Cyril Smith argumenta que o próprio Marx nunca foi, nem quis ser, membro de um “partido” em qualquer significado real que tivesse o termo. Portanto, o fato de que ele [Cyril Smith] não esteja mais pela construção do partido revolucionário, sem dúvida é encarado por ele como uma virtude recém-adquirida. O mesmo para bobagens como: “quando a força de trabalho se transformou em mercadoria, os capitalistas passaram a ser capazes de comprá-la e, portanto, de extrair a mais-valia dos trabalhadores”. Ele descreve os fatos como se os capitalistas estivessem esperando em uma parada de ônibus, que esta “útil” mercadoria, força de trabalho, descesse do ônibus e os capitalistas, então, passassem a usá-la! A noção de que o desenvolvimento do capitalismo seria uma espiral, em que o capital colocou em jogo a produção de mercadorias a qual simultaneamente teria sua origem justamente em tal produção não poderia ser localizada em nenhum lugar.

Tendo dito isso, e diferente da maioria dos marxistas, o resenhista atual deve, como ele mesmo diz, “declarar seu interesse”. Eu conheci Smith por cerca de 30 anos ou mais, e trabalhei próximo a ele uma boa parte desse período no mesmo grupo trotskista: a Socialist Labour League, que, mais tarde, se tornou o Workers Revolutionary Party. Cyril Smith deu uma contribuição que eu ainda considero inestimável ao trabalho destas organizações, não menos que sua defesa dos princípios do marxismo. Sendo assim, é com tristeza que eu tenho aqui de recordar uma série de diferenças teóricas e políticas básicas com ele, algumas refletidas no livro analisado na resenha.

2. Um dos aspectos mais irritantes deste livro é que ele é entremeadado por referências a um certo “outros” não-definido e a “algumas pessoas”, ou à “maioria das pessoas”. Desejariamos apenas que ele tivesse sido menos evasivo e tido a coragem de dar **nome** aos “citados”. Mas ninguém precisa ser gênio para perceber que nós, de Workers International, estamos em um posto destacado na lista dos “outros”.

3. Um dos primeiros resultados desta “averiguação”, ele nos conta, foi o pequeno livro, *Communist Society and Marxist Theory* (London, Index Books, 1987). Ele diz que, como resultado do livro, pessoas com as quais ele trabalhou por anos pararam de falar com ele. Posso apenas responder que ele tem uma memória muito seletiva. Eu, por exemplo, escrevi uma resenha sobre o livro com uma ótica favorável, ao mesmo tempo em que apontava alguns erros, especialmente os associados à relação entre Marx e a tradição filosófica clássica alemã.

4. Engels, vocês notarão, não está formalmente nesta lista de procurados, mas não ainda sem qualquer preço. Mas ele chega perigosamente perto de ser considerado um membro a ser procurado da insípida gang que ajudou a enterrar Marx. “É muito comum escutar Engels ser culpado exclusivamente [!] pela vulgarização das idéias de Marx, mas penso que essa é uma opção muito fácil [!]” (p. 48). E apesar de que devemos admitir que Engels teve mais que uma pequena culpa por haver divulgado a idéia que O Capital de Marx era um livro sobre a “economia capitalista”, “comparado com as últimas perversões perpetradas à obra de Marx”, vocês poderão relevar os erros de Engels como “insignificantes”. Mas, novamente, teriam sido as fraquezas dos escritos de Engels que teriam sido usadas como parte do material para posterior construção do “marxismo”. Assim, a ficha dificilmente fica limpa para o General, que poderia ainda ter sido premiado por suas vírgulas invertidas. Isto é mais que provável que, quando descobrimos que um fragmento de Engels diz o que para Cyril Smith era um dos erros essenciais de Plekhanov, nomeadamente a crença de que o marxismo constituía uma “visão mundial”. (Vide o prefácio de Engels à edição de 1888 de Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã). Referindo-se às onze teses que Marx teria “apressadamente rascunhado”, Engels dizia que elas eram, apesar disso, inestimáveis como o “primeiro documento no qual está depositado o embrião brilhante da nova visão de mundo [sublinhado nosso- GP]”

5. Em nossa precipitação em denegrir Kautsky, diferentemente de nossa acirrada caçada aos infiéis, nós não deveríamos esquecer que ele, depois de tudo, foi o autor de As Origens do Cristianismo e muitas outras obras importantes. Um exame das muitas cartas de Engels a Kautsky ressaltaria que ambos estavam lidando com os problemas vivos de um movimento e que, enquanto Engels claramente detectava fraquezas em Kautsky, ele de nenhuma forma tinha a atitude de conjunto negativa demonstrada por Cyril Smith. Porém, aqui de novo, ao contrário de alguns de nós, Engels não vivia em 1997.

6. “[Um] pensador da estatura de Jurgen Habermas” é citado como exemplar deste triste fato.

7. Esta distinção está ausente no tratamento dado por Smith à burocracia.

8. Vide, por exemplo, C. Slaughter, *Lenin on Dialectics*, New Park Publications, 1963.

natureza dos estados

 **CARLOS TAIBO**

Uma conclusão geral sobre o processo de dissolução da URSS **105**

 **MARTIN HERNÁNDEZ**

China, mito ou realidade **115**



UMA CONCLUSÃO GERAL SOBRE O PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA URSS

CARLOS TAIBO

Professor de Ciência Política na Universidade Autônoma de Madri

Inassimilável ao que comumente se entende por feudalismo ou por capitalismo, parece evidente que o sistema soviético pouco tinha a ver, também, com o conceito de socialismo que uma plétora de pensadores do século XIX, com Marx à frente, perfilou. Sua originalidade se apoiava, talvez, em uma confusa mescla de elementos de procedência diversa. Alguns deles – a persistência do trabalho forçado, as restrições aos movimentos populares e a dimensão não estritamente econômica de muitos privilégios – fincavam suas raízes na configuração peculiar dos sucessivos sistemas que existiram na Rússia e formaram o que, em seu momento, se chamou “modo asiático de produção”.

Outros se remetiam inevitavelmente ao capitalismo na forma de uma lógica econômica importada e – várias vezes chamamos a atenção para isso – na figura de uma burocracia que atuava como um capitalista coletivo e dava forma a um regime em que o trabalho assalariado e a mercadoria mantinham muito de seu vigor. Umhas poucas fórmulas jurídicas, sempre carentes de conteúdo real, eram um eco longínquo da vontade dos revolucionários de 1917, dispostos a edificar uma sociedade socialista sobre a base da “propriedade pública dos meios de produção” e princípios afins. Mais profundo se antevia, no entanto, o conteúdo de alguns sentimentos coletivos – igualitarismo, rechaço ao lucro – que, com certa resistência, eram contestados pela realidade de um sistema em que desigualdades, separações e abusos encontraram bases claras.

A esta estrutura complexa se somava, por fim, a marginalidade com que se adotou o princípio de “maximização do rendimento e do benefício”, uma marginalidade que, de modo algum, era consequência de uma crítica radical do progresso, da degradação ambiental ou da exploração. A desaceleração dos incentivos e dos mecanismos de pressão econômica marcou de maneira poderosa as últimas décadas de história da URSS. Incapaz de furtar-se, primeiro, a uma descarada aceleração da acumulação de capital, depois, satisfeita com sua situação de privilégio, empenhada em reforçar de forma repressiva sua distância em relação ao restante da população e absorta em um dramático desperdício de recursos humanos e materiais, a burocracia nada fez para forjar uma ordem respeitosa das decisões popula-

Último capítulo do livro *La Disolución de la URSS – Una Introducción a la Crisis Terminal del Sistema Soviético*, de Carlos Taibo, publicado pela Ronsel Editorial, Barcelona, 1994.

res e muito menos justa, igualitária e solidária.

A presença de elementos “socialistas” no imaginário coletivo e a debilidade com que se manifestava o princípio de maximização do rendimento e do benefício eram, sem dúvida, os aspectos mais “originais” do sistema soviético. Em mais de uma ocasião se ressaltou que a permanência de valores igualitários e de um inegável rechaço ao lucro e a determinadas formas de enriquecimento privado, longe de ilustrar uma decisão livre e consciente, refletiu, nos últimos decênios, a servidão de uma população que aceitara a retórica imposta pela burocracia. No entanto, junto com essa explicação há outra que invoca o peso de tradições anteriores ao próprio sistema soviético: *“No Ocidente, o triunfo significa obrigatoriamente felicidade e dinheiro. Mas não entre nós. Ligado ao ceticismo da fé ortodoxa, o caráter profundamente monacal de nossa cultura nos faz pensar que a felicidade e a posse de bens materiais são ilegítimas, que corrompem o indivíduo e contrariam a vontade divina”*¹.

Seja qual for sua origem, é verdade que foram muitos os traços do sistema soviético que contribuíram para diferenciá-lo das diversas formas de capitalismo. Os meios de produção eram de propriedade estatal, os mecanismos de mercado estavam muito controlados e a planificação central, e com ela os métodos administrativos, havia adquirido um vigor visivelmente abusivo. Um germe de Estado-providência havia surgido em um sistema em que os responsáveis pelas empresas não eram seus proprietários e onde os trabalhadores encontraram diversas formas de resistência (baixo rendimento, troca constante de lugar de trabalho...). Estado, partido e direção econômica conformaram um bloco único, que não permitia dissidência alguma e que estava sujeito apenas a restrições legais.

No entanto, essa peculiaríssima organização social mostrava características que inequivocamente obrigavam a remeter-se ao capitalismo para explicar muitas das relações que nela acabaram se impondo. A tendência, evidente em todas as formas de capitalismo, a fomentar a concentração de riqueza e capacidades de decisão em umas poucas mãos se fez sentir também

em um sistema como esse, em que um grupo humano, amparado na estrutura do Estado, monopolizava capacidades. A idealização do desenvolvimento das forças produtivas, da produção pela produção, também estava presente no sistema soviético. Assim, ainda que um estudo esmerado identificasse rapidamente diferenças significativas, não é abusivo afirmar que o sistema soviético compartilhou um mesmo “universo sócio-histórico” com o capitalismo. Pese a que qualificá-lo de “capitalismo burocrático de Estado” é, sem dúvida, violentar a realidade, também é sublinhar alguns de seus traços essenciais: o que entrou em uma profunda crise na Europa central e oriental foi mais um dos sistemas que buscaram suas raízes no universo sócio-histórico do capitalismo, na organização hierarquizada do trabalho, na apropriação privada do excedente e no espólio dos recursos do meio ambiente. A tudo isso não ficou alheia – ainda que tampouco tenha sido sua causa – a existência de uma visível e hostil pressão externa. Esta pressão acabou por gerar um “sentimento congênito de insegurança” que faz recordar a conhecida formulação de Habermas: *“Quisera distinguir o potencial emancipador do potencial de resistência e defesa”*².

Ainda que a irrupção de um capitalismo hiper-selvagem seja um elemento decisivo para explicar a crise geral que vive hoje a Europa central e oriental, nada seria mais equivocado que esquecer – em um sentido parcialmente contrário ao que guiou nossas reflexões nos parágrafos anteriores – a herança legada pelos velhos sistemas burocráticos. O oriente europeu padece ainda hoje os efeitos de fórmulas econômicas caracterizadas pela hierarquização de todas as relações, um grau extremamente irracional de centralização e uma dramática incapacidade de inovar no terreno tecnológico. A isso se somam as lacras de uma organização política que, empenhada em erradicar qualquer tipo de dissidência, tem hoje seu eco mais claro em “sociedades civis” extremamente débeis, mais predispostas à resignação e ao ceticismo que à busca de compromissos políticos ativos. Não é mais elogioso o legado “nacional” deixa-

do pelos sistemas burocráticos: ainda que pareça inegável que neles se fez sentir uma predisposição em respeitar as culturas e idiomas, a aberrante vontade centralizadora levou a uma anulação de toda possibilidade de expressão e decisão independente. Um elemento a mais de conflito criado pelos sistemas burocráticos foi, por fim, aquele configurado na URSS por umas forças armadas super-dimensionadas, com as quais tomou corpo uma sociedade militarizada em muitas de suas formas e assentada em um “imaginário” nacional, o russo/eslavo, onipresente na instituição militar.

A quebra incontrolável desses sistemas exibiu, em suma, um traço fundamental: a resistência, expressa de diversas formas e com diferentes intensidades, das várias burocracias no poder, a abrir espaços para uma possível resolução, plenamente democrática, dos problemas. Pouco importam, além disso, as elucubrações sobre a natureza histórica da virada gorbachoviana. A originalidade do sistema que Gorbachov propôs durante seis anos não foi outra que a de uma rara combinação de neoburocracia e criptocapitalismo, providencialmente ligada à aparentemente clara imposição do segundo desses desígnios. Se a miséria burocrática voltar a ter chance, serão estéreis os esforços para identificar no produto resultante, adubado de autoritarismos e desigualdades sociais, uma “terceira via”. Se, como parece, é outra miséria, a capitalista, a que se impõe, o relógio da história pouco mais fará que dar marcha ré em busca do “desenvolvimento natural” interrompido em 1917.

Não é difícil prever, em suma, o destino posterior de alguns dos elementos configuradores do sistema soviético. Em um esforço tão débil quanto inútil, os reformadores não hesitaram em idolatrar rendimentos e benefícios. Com isso demonstraram bem pouca imaginação. Temerosos em colocar nas mãos da população certas capacidades de decisão e determinados a manter a lógica do crescimento pelo crescimento, não conseguiram escapar a uma caótica combinação de fórmulas neoburocráticas e discursos impregnados pelo inequívoco verniz capitalista.

Além disso, a burocracia estava condenada a padecer divisões e mutações. Ao amparo do desígnio gorbachoviano, suas camadas mais tecnocratizadas e modernizantes deviam acelerar sua reconversão à lógica do mercado e a seus tributos políticos. Enquanto isso, os estamentos mais tradicionais e arcaizantes prosseguiram, até onde foi possível, com seu trabalho de boicote às reformas em curso. No entanto, as duas burocracias estavam destinadas a dar as mãos em uma luta sem quartel contra a permanência de um imaginário “socialista”. O sentimento igualitário e o rechaço ao lucro pareciam providencialmente relegados a uma luta em que faziam causa comum – utilizemos esta terminologia – o capitalismo burocrático do passado e o emergente capitalismo hiper-selvagem. A extrema originalidade do processo, com sua manifestação simbólica em uma patética privatização, desenhava, contudo, um panorama em que um rosário de princípios radicais - autogestão, descentralização, desindustrialização, desmilitarização e desconexão, por exemplo – tinham que adquirir, por lógica, um renovado vigor. Por isso, talvez seja prematuro o esforço daqueles que se apressam em conferir uniformidade a um sistema que se esforça por subir ao carro dos países mais ricos, justo no momento em que a “terceiromundialização” corrói seus alicerces.

¹ Opinião de um cidadão soviético publicada em Francine du Plessix Gray, *Femmes soviétiques. Les oubliés de la perestroïka* (Presses de la renaissance, Paris, 1990), pág. 228.

² Cit. en Agnes Heller y Ferenc Fehér, *Anatomia de la izquierda occidental* (Península, Barcelona, 1985), pág. 220.

Qual capitalismo: máfia e burocracia?

São quatro os traços centrais da vida econômica da Federação Russa independente (e de vários de seus vizinhos). O primeiro não é outro senão uma agudíssima queda em todos os índices de crescimento. Tomando como ponto de partida níveis que já eram fruto de sucessivas quedas, a renda nacional se reduziu cerca de 20% em 1992 e 16,3% em 1993. A produção industrial, entretanto, viveu em 1993 um retrocesso da ordem de 16,5%, ao mesmo tempo que a inversão se reduzia em 12% (cerca de 45% em 1992). Para piorar, se avizinhava um alarmante déficit público, com uma inflação disparada (da ordem de 1.000% em 1993) e uma visível redução no comércio com as repúblicas integrantes da velha URSS.

Um segundo traço importante é o descenso nas condições de vida. Os ingressos reais da população reduziram-se, em 1993, à metade dos de 1991, e as estimativas mais otimistas situavam um em cada três russos abaixo da linha de pobreza. Conforme dados oficiais, as desigualdades eram, por outro lado, cada vez maiores: se em 1993 os 10% mais ricos da população tinham ingressos nove vezes superiores aos 10% mais pobres, dois anos antes seus ingressos eram apenas cinco vezes superiores. Ainda que o desemprego não tenha alcançado dimensões preocupantes, algumas previsões apontavam a cifra, para 1994, de 10 a 12 milhões de desocupados sobre uma população ativa de 72 milhões de pessoas; igual que em tantos outros lugares, as mulheres parecem chamadas a nutrir de forma majoritária o potencial “exército de reserva”.

Em terceiro lugar, e paralelamente ao anterior, sente-se um notório agravamento dos problemas sociais. Suas principais vítimas são – já dissemos – as mesmas de sempre: idosos, mulheres e minorias. A esse respeito, é ilustrativa a degradação vivida pela saúde pública, cujo orçamento não parou de cair; segundo estimativas, para satisfazer as necessidades sanitárias mínimas seria necessário dobrar os recursos investidos em 1992-1993. Enquanto isso, e como

não podia deixar de ser, as melhores clínicas continuam a serviço de *nomenklaturas*, velhas ou novas, e está ganhando peso uma saúde privada, inacessível à maioria da população. Como ocorreu no decênio anterior, as taxas de mortalidade infantil não deixaram de crescer, a expectativa de vida se reduz ano a ano, e as mortes por acidentes, suicídios e assassinatos crescem assustadoramente.

Um quarto e último traço é a preservação de um modelo econômico que nada tem a ver com um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Esse modelo remete a uma confusa e fascinante combinação, como já dissemos, entre o capitalismo hiper-selvagem em ascenso e muitas regras do jogo da velha ordem burocrática, cujas estruturas, na maioria, continuam de pé (testemunha disso, em particular, é uma indústria militar em difícil reforço e determinados programas de privatização que apenas afetaram o “núcleo duro” da economia).

Com um panorama como este, é preciso perguntar, claro, pela natureza das fórmulas econômicas emergentes. A esse respeito, e em particular quando se fala em “reconstrução capitalista” na Rússia, são muitos os problemas que surgem. O primeiro, reflexo de uma singular cautela, é a pergunta: estamos frente ao ressurgimento – com novas formas – de algo que existiu em seu momento, frente a uma readaptação da ordem vigente nos últimos decênios, ou frente à introdução de algo completamente inédito? Nós, que identificamos, com todos os matizes possíveis, “capitalismos burocráticos de Estado” nos sistemas de tipo soviético, estamos obrigados a concluir, ao menos em princípio, que o essencial neste momento é um trânsito entre essa forma de capitalismo e outra “liberal”. Neste debate nota-se também, contudo, o efeito de outra visão dos fatos: a que, longe de utilizar o tempo como variável, invoca fatores espaciais e interpreta que o processo em curso é de introdução, na Rússia, de “algo que vem de fora”. Em um sentido literal, tal visão das coisas só é sustentável a duras penas: os capitais e os capitalistas ocidentais apenas fizeram ato de presença na economia russa. É verdade, no entanto,

que a tese pode ter em seu benefício uma variante: o fundamental é que se está tentando “reproduzir” o que vem de fora, mesmo na ausência de capitais e capitalistas.

À margem disso, e entrando de fato no problema da natureza das fórmulas econômicas do momento, a primeira coisa a fazer é refutar as teses que, falando em propriedade, não se remetem ao capitalismo. Tal visão das coisas, ainda que sugestiva, só se explica quando o conceito de “capitalismo” é usado em sentido muito restrito, ou quando os pruridos terminológicos adquirem importância exagerada. Aqueles que recorrem a estes últimos costumam ser, além do mais, pouco conseqüentes: ainda que não lhes falte razão na hora de invocar a extrema singularidade de muitos processos, parece como se seu rigor lingüístico se limitasse a conceitos claramente conflitivos, como este de “capitalismo”, e não alcançasse a outros igualmente problemáticos. Se se assume com seriedade o caminho do rigor terminológico, há que questionar a pertinência de termos como “Estado”, “nação”, “representação”, “inflação” ou “sociedade civil” em relação à Rússia de hoje, e criar, portanto, uma autêntica “neolingua” que permita dar conta das enormes singularidades do momento.

Assim, e não sem antes sublinhar a permanência de relações produtivas e improdutivas que remetem aos sistemas mais díspares, há que resumir o poderosíssimo impacto causado por um “capitalismo hiper-selvagem”. Já nos referimos ao fato de que o Estado, e com ele fantasmagóricas fórmulas “administrativas”, continua sendo, apesar de tudo, protagonista econômico indisputado. Longe desse núcleo, e em uma periferia em franca expansão, os elementos capitalistas dominam sem oposição em um cenário em que seu substrato de “economia de bazar”, pre-capitalista, parece objeto de uma progressiva erosão. O capitalismo hiper-selvagem do momento exhibe, como conseqüência, um traço singular: as imensas fortunas que se cultivam com seu amparo não são objeto de reinversão, de modo que a crise econômica do futuro se anuncia ainda maior que a de hoje. O progresso irresistível do capitalismo hiper-selvagem anuncia, enfim, tal e como já havíamos previsto, uma segura redução das atribuições do estado, e a conseqüente inversão dos papéis respectivos do núcleo e da periferia. Esta inversão mantém certa relação, por um lado, com a reconversão mercantil da *nomenklatura* e, por outro, com a evidente conivência estatal para com a ordem econômica nascente (de modo algum poderia explicar-se sua expansão, permanente, sem esse apoio).

Também antecipamos em seu momento que muitos desses processos levam a uma conclusão inesperada: depois de vários anos, o desígnio de fundo de Gorbachov – a tantas vezes invocada reconversão mercantil da *nomenklatura* – abriu caminho. É bem verdade que os setores mais tecnocratizados da velha burocracia encontraram um feroz competidor em muitos dos empresários das últimas fornadas. Recordemos, por fim, nossa intuição de que esta disputa teve um ressonante eco nas polêmicas que enfrentaram aos programas econômicos sustentados pelas equipes de Gaidar e de Chernomirdin, alinhado, o primeiro, com a defesa dos novos empresários, e mais propício, o segundo, a alentar uma moratória que permita uma

reciclagem mais plácida para a burocracia afeta a reconversões.

Se a análise anterior está certa, uma clara conclusão parece óbvia: nos grandes projetos econômicos que se contemplam na Rússia, os interesses do conjunto da população estão quase ausentes. A consolidação, esplendorosa e totalitária de uma autêntica “economia da máfia” começa a exigir uma renovação conceitual que atualize as muito bem-vindas colaborações procedentes das análises sobre a “economia subterrânea”. Ainda que, é claro, a principal de nossas colaborações continua sendo a que, de maneira similar ao ocorrido em tantos lugares do Sul do planeta, oferecem o Fundo Monetário Internacional e seus tentáculos, com um assombroso ascendente sobre a maioria dos dirigentes do momento na Europa central e oriental.

O sonho imperial-militar

Junto com a crise da cosmovisão que inspirou a ordem burocrática, nos últimos anos se deu, também, a previsível derrocada de um império. Deduzir que a primeira dessas crises tornou a segunda inevitável é, contudo, demasiado precipitado, tanto mais quanto que muitos dos signos externos do império – poderosas forças armadas, um temível arsenal nuclear, o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU – se mantêm de pé na Federação Russa. Assim, parece mais razoável afirmar que, desaparecido o “sistema soviético” como fórmula política, econômica e social, persiste, no entanto, boa parte de seu substrato imperial. Nem sequer o próprio presidente Yeltsin, em uma primeira leitura uma figura visivelmente alinhada com o Ocidente, deixou de fazer mimos a um discurso imperial supostamente erradicado.

Por momentos se tornou evidente, enfim, o peso crescente desempenhado pelas forças armadas em inúmeros terrenos. A configuração de uma Federação Russa independente coincidiu no tempo com um esforço de ressurgimento de uma superpotência. Dificilmente

cabia esperar que o maior e mais rico país do planeta assumisse uma posição marginal, ainda mais quando muitos dos ativos à sua disposição lhe outorgavam capacidades inegáveis. Por acaso, foi a criação, na primavera de 1992, de um Ministério de Defesa da Federação Russa a que definiu o ponto de partida de um processo de recuperação “imperial” que, isso sim, foi acompanhado de uma ativa degradação da maioria das relações internas.

É difícil acreditar que Yeltsin tenha ficado alheio, desde meados de 1992, à deriva da política exterior da Federação Russa. Muito pelo contrário, se acumulam os dados que levam a pensar que o presidente fez sua aposta em benefício de um projeto em que se confluem um nacionalismo no auge, uma ativa reconstrução militar e doses notáveis de autoritarismo. Assim o comprova, ao menos parcialmente, a crescente presença dos militares no desenho da própria política exterior. Esta circunstância, que data de 1992, bem pode ter sido reforçada depois do papel desempenhado pelas forças armadas, no início de outubro de 1993, na dissolução física do parlamento russo. Um dos sustentáculos do projeto que nos ocupa é uma idéia bastante simples: já que a crise econômica não deixou de aprofundar-se e que a ajuda ocidental é muito escassa, a Rússia deve aproveitar o que tem de mais sólido: sua indústria de defesa. A reivindicação de um ressurgimento desta última e de sua conversão em um eventual motor tecnológico do restante da economia foi uma idéia comum em muitos discursos oficiais. Esse projeto – que invoca, por certo, uma lógica que recorda muito a do sistema soviético – veio acompanhado de outro que, como estavam as coisas, era inevitável: dado o visível fracasso, ao menos provisório, da CEI, a Federação Russa tem que fazer valer uma “esfera de influência” na periferia da velha URSS.

Nas repúblicas que integram a CEI – todas as da URSS, com exceção das três do Báltico –, a Federação Russa se outorgou evidentes direitos de intervenção. A idéia de que uma das obrigações das forças armadas russas é defender os direitos de seus compatriotas que vivem

longe da Federação se concretizou em uma defesa daquilo que, nos fatos, é uma autêntica “zona de influência”. Testemunha disso são os movimentos militares feitos em cenários como Moldávia, Geórgia ou o Tazakistão. São testemunhas também as pressões de todo tipo exercidas sobre a Ucrânia em relação a assuntos conflitivos, como o futuro da Criméia, da frota do mar Negro e o destino final do arsenal nuclear ucraniano. Em suma, a Rússia parece apressar-se em aplicar uma espécie de “doutrina Monroe” própria, que pode ter graves conseqüências se as minorias russas presentes no exterior começam a encontrar, ou a inventar, problemas.

Mas os signos de uma política mais agressiva alcançaram o que, em seu momento, chamamos o “estrangeiro distante”, onde parecem haver chegado a seu fim muitos dos elementos que refletiam um desígnio de prosseguir com as políticas iniciadas por Gorbachov. Em contrapartida, tornaram-se visíveis signos que anunciam um agravamento das relações com o Ocidente, quase sempre em inequívoca relação com essa recuperação do pulso imperial que já identificamos. Alguns especialistas, com visível ingenuidade, sugeriram não tratar-se da manifestação de uma genuína e independente vontade expansionista, e sim, simplesmente de uma tentativa de convencer as potências ocidentais da necessidade de fazer uma aposta mais consistente pela ajuda econômica à Federação Russa; de acordo com esta visão, o interesse russo se assenta, simplesmente, em recordar ao Ocidente que algo tem que pagar em troca da moderação de Moscou.

Mas o certo é que os signos de uma política independente foram muito consistentes. Um dos mais sonoros foi a reticente atitude russa em relação à aplicação dos acordos de redução de armas nucleares estratégicas (os acordos START). Indícios de que, pese a todas as aparências, Yeltsin se inclinava por colocar um freio nas negociações de controle de armamentos ficaram evidentes também no amparo de outra circunstância: as sugestões russas de modificação dos termos do tratado de redução de forças convencionais assinado no final de 1990. Apesar dos dados anteriores, é preciso recordar que a Federação Russa mostrou várias vezes seu temor frente a uma eventual ampliação da OTAN na Europa central e oriental. De fato, parece como se Moscou defendesse que também em seu velho bloco centro-europeu deve preservar-se uma zona de influência. Mais ainda: em uma área geográfica na qual a presença russo-soviética durante todo o século XX foi apenas marginal – os Bálcãs ocidentais –, a diplomacia de Moscou se mostrou muito ativa a partir de 1993. A irracional opção russa pela causa que as autoridades sérvias combatem na Bósnia-Herzegovina foi, a esse respeito, o signo mais claro de uma ampliação da esfera de influência.

Paradoxalmente, a dimensão imperial-conservadora-militarizante do discurso político de Yeltsin parece ter sido reforçada em dezembro de 1993 depois do relativo êxito eleitoral de Vladímir Zhirinovskii. Diante da evidencia de que este último lhe havia comido terreno sobre a base de seu compromisso com uma mensagem nacionalista singularmente agressiva, Yeltsin parece haver optado, em uma visível escapada para a frente, por dobrar a aposta: se em 1991-1993 roubou muitos argumentos de Rutskoi e Jasbulátov, bem pode ter chegado a vez de Zhirinovskii.

Rumo ao Terceiro Mundo?

Sente-se no horizonte da Europa central e oriental um grave risco de “terceiromundialização”. Pelo menos duas fórmulas diferentes podem abrir caminho para esse processo. A primeira remete a uma ratificação da crescente dependência externa que se manifestou nos últimos anos. Assim, poderia verificar-se um processo semelhante ao que ocorreu na América Latina durante do século XX: condenados a uma amarga dependência externa, muitos países relativamente prósperos entraram no Terceiro Mundo. A esse respeito, não parece anedótico o papel desempenhado por vários organismos que postulam hoje no oriente europeu políticas muito semelhantes às que foram aplicadas nos últimos decênios em vários lugares do sul do planeta: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Por trás delas se vislumbram objetivos tão conhecidos em outros cenários como a exploração de uma mão-de-obra profissionalizada e barata, um grande espólio de matérias primas ou a firme decisão de suprimir impostos e barreiras alfandegárias. A isso se somam, claro, os conteúdos habituais dos planos de ajuste, e, com eles, as tradicionais exigências de redução do gasto público e contenção salarial.

Mas esse não é o único caminho que pode permitir a consolidação de uma ativa “terceiromundialização”. Várias vezes temos apontado que no caso da Federação Russa existe uma possibilidade de reação, não tanto frente ao processo anterior, mas sobretudo frente ao caos que se estende por todos os lugares. Assim, não se pode descartar uma resposta que parece chamada a incorporar doses consideráveis de autoritarismo e valores militares. Ainda que, em geral, esta perspectiva se associe, de forma instintiva, com um renascimento, por parcial que seja, da ordem burocrática, esta não é senão uma possibilidade entre outras. Mais provável parece, no entanto, que o horizonte que nos ocupa faça uma sólida aposta pelo mercado, sobre a base de um pacto, só aparentemente *contra natura*, entre hierarcas “políticos” e delinquentes “econômicos”. Assim, poderia ganhar peso uma es-

pécie de “fascismo do Terceiro Mundo”, cujo efeito previsível não seria outro que ratificar o processo de “terceiromundialização”, ainda que alterando alguns de seus termos.

Em virtude de haver dois caminhos diferentes – que não são, felizmente, os únicos possíveis –, o processo de “terceiromundialização” poderia ganhar terreno, e fazê-lo, além do mais, em um marco paradoxal: a crescente dependência exterior nada tem a ver com uma ajuda externa de volume significativo, já que, como é sabido, não teve início nada semelhante a um segundo Plano Marshall. A maior parte dos países da Europa central e oriental se mostram incapazes de competir nos mercados internacionais, bem como aumenta de forma incontrolavelmente sua dívida externa, aportam um enorme contingente de emigrantes para as economias mais desenvolvidas e, sobretudo, exibem em seu interior gigantescas disparidades sociais: uns poucos setores se apressam em sair adiante e a permitir uma orgia de consumo para uma minoria da população, enquanto que o grosso dela se vê condenada a uma situação de penúria extrema. Como em tantos lugares no Terceiro Mundo, as nascentes “democracias” não formaram “sociedades civis” capazes de responder de maneira crítica e livre a políticas oficiais claramente subordinadas a interesses externos e delinquentes econômicos. Assim, no horizonte dos países que estudamos se vislumbram como elementos onipresentes um nacionalismo de perfis agressivos e chauvinistas; a supersticiosa idolatrização do mercado como mecanismo de resolução de todos os males; a vontade de preservar algumas parcelas de poder burocrático e, por fim, um autoritarismo que a muitos fará recordar os sistemas derrotados em 1989 e 1991.

A singularidade do cenário

No outono de 1991 realizou-se na Federação Russa uma pesquisa com o objetivo de avaliar a relação entre crenças religiosas e preferências políticas da população. De acordo com os resultados, 41% dos russos se declarava crente; a Igreja ortodoxa tinha as maiores adesões. Além

disso, os crentes pareciam ser mais conservadores e mais propícios a reforçar a ordem e a disciplina em todos os seus projetos políticos.

Esse bolsão de conservadorismo que parece ser o grosso dos crentes refletia, no entanto, um comportamento político nada fácil de classificar. Entre nós, o comum é ver a história russa como uma sucessão de compartimentos estanques – antes de 1917, o período que vai de 1917 e 1991, o que ocorreu depois de 1991 – e disso comumente se derivam adesões mecânicas e inequívocas a determinados regimes e contestações não menos mecânicas e inequívocas a outros. As preferências dos “conservadores religiosos” não se ajustavam, no entanto, a este esquema: entre eles era frequente a admiração simultânea pelo último zar e *pela figura de Stalin*, o que nos deve levar a pensar que nossa vontade de diferenciar e opor períodos não tem um correlato visível em uma sociedade onde estes se fundem independentemente de “sistemas” e “ideologias”. O próprio conceito de “marxismo-leninismo”, que caberia situar nas antípodas das preferências de muitos crentes, nem sempre era objeto de repúdio, talvez porque se associava com outros termos, como “ordem” e “autoridade”.

Com estes dados na mão, devemos associar duas idéias. Por um lado, é fácil que a influência, de diversas formas, do “sistema soviético”, se prolongue durante um longo período. Sua marca é perceptível hoje, e o será amanhã, nos espaços mais díspares, como os configurados pelas estruturas de poder e pelo desígnio de preservar uma grande potência. Mas, por outro lado, essa influência que observamos talvez remeta à permanência de formas que são *anteriores* ao próprio “sistema soviético”. Apesar de essa visão dos fatos não dar conta de tudo, recordemos a evidente singularidade do espaço geográfico no qual a experiência – ou as experiências – do “socialismo real” adquiriu status de natureza, e questionemos até que ponto, depois de alguns meses, e apesar de suas intenções, os bolcheviques não teriam feito outra coisa que dar forma a uma nova versão do antigo despotismo burocrático. Talvez algo parecido esteja ocorrendo, com outros agentes e em um cenário internacional incomparavelmente mais complexo, no umbral do segundo milênio. E talvez por isso nunca tiveram argumentos mais sólidos aqueles que defendem uma democracia radical que se estenda ao próprio terreno da economia, aqueles que não crêem que o “desenvolvimento” e o “crescimento” guardem uma relação necessária com o “bem-estar” e aqueles que, a partir da tradição socialista, decidiram preservar seus conteúdos deixando de lado, isso sim, dois maus amigos: o atávico carinho que tantos pensadores demonstraram pelo que estava no centro, em detrimento das periferias, e o feitiço, ao que quase sempre sucumbiram, por máquinas e industrializações. 

CHINA, MITO E REALIDADE

MARTÍN HERNÁNDEZ

Membro do Comitê Executivo da LIT-QJ

Entre as correntes marxistas existe um interessante debate sobre o caráter do atual do Estado chinês. Existem diversos pontos de vista a respeito, no entanto, a opinião majoritária considera que na China, apesar das profundas reformas pró-capitalistas, não se restaurou o capitalismo, ao contrário do que ocorreu na ex-URSS.

Ligado a esta questão há um outro tema que merece ser debatido: o futuro de China. Diversos analistas, de esquerda ou direita (ou a ampla maioria deles) não têm dúvidas em prever um futuro florescente para a China. Diz-se que se converterá em uma das grandes potências do mundo, e não são poucos os que prevêem para a China o título de “principal potência do século XXI”

Fica difícil concordar com essas duas opiniões que gozam de tanta unanimidade. Por um lado, é evidente que na China, como na ex-URSS, há tempos se restabeleceu uma economia de mercado e, por outro, é altamente improvável que a China, seguindo seu curso atual, possa chegar a transformar-se em uma das grandes potências e, muito menos, que esteja destinada a ser a “grande potência” do século XXI.

As empresas estatais e o caráter de classe do Estado

A direção do Partido Comunista Chinês, como todas as direções dos ex-estados operários¹, restaurou o capitalismo agitando as bandeiras do socialismo. Isto é, evidentemente, uma contradição que a direção do Partido Comunista Chinês tenta superar dizendo que na China não há, nem uma economia socialista, nem uma economia de mercado. O que haveria seria um “socialismo de mercado”. Quer dizer, que em plena etapa imperialista do capitalismo, e, pior,

em sua fase atual “globalizada”, o país mais populoso do planeta seria um Estado híbrido.

Ligado ao argumento anterior, e para justificar que na China não se restaurou o capitalismo, tanto a direção chinesa quanto seus seguidores dizem que, apesar de haver muitas empresas privadas, o grosso delas continua nas mãos do Estado. É certo que a maioria das empresas continuam sendo estatais, o que quer dizer que nesse país convivem diferentes formas de propriedade e relações de produção. No entanto, isso não confere, ao Estado chinês, um caráter híbrido.

As fórmulas puras só existem na teoria; na realidade não existe nenhum Estado onde não convivam diferentes formas de propriedade. No entanto, a quantidade de empresas estatais e privadas não determina, nem nunca determinou, o caráter de classe de um Estado. Nos estados operários (tanto em sua fase revolucionária como burocrática) e nos estados capitalistas, conviveram e convivem diversas formas de propriedade. Na URSS, na época da NEP (Nova Política Econômica), junto com a propriedade estatal dos meios de produção existia um número considerável de empresas privadas. Na Polônia, a pesar de a burguesia ter sido expropriada, grande parte da terra nunca chegou a ser propriedade estatal. Pelo contrário, na Itália de Mussolini, a maioria das empresas foram expropriadas e passaram a ser estatais. Sem ir tão longe, até bem pouco tempo na Venezuela, um típico país capitalista, mais de 60% do PIB vinha das empresas estatais.

Esta realidade (de alto número de empresas estatais em estados capitalistas e de empresas privadas em estados operários) gerou

muita confusão na hora de analisar o caráter social desses estados. Importantes setores da social-democracia (Kautsky e Otto Bauer, entre eles) saudaram a NEP na ex-URSS (idealizada por Trotsky e dirigida por Lenin) porque achavam que com ela se estava restaurando o capitalismo. Por outro lado, no seio do marxismo revolucionário, não foram poucos os que, a partir das expropriações de Mussolini, puseram um sinal de igual entre a Itália fascista e a URSS stalinista.

Seria típico de uma análise mecânica e grosseira pensar que o estado no qual predominam as empresas capitalistas é um estado capitalista, o estado onde predominam as empresas estatais é um estado operário (ou não capitalista) e no estado onde convivem com certa paridade as duas formas de propriedade seria um estado híbrido.

Trotsky, que foi um dos marxistas que mais examinou a questão de classe dos estados, afirmava que, em última instância, esta questão estava determinada “...pelas formas de propriedade e das relações de produção que o estado em questão protege e defende”². Se abordamos a discussão com esse critério, é fácil ver que a Itália de Mussolini não tinha nada a ver com um Estado operário, por mais que se expropriasse, conjunturalmente, a burguesia, da mesma forma que a URSS, de Lenin, não tinha nada a ver com um Estado capitalista, por mais que, durante um período, se visse obrigado a fazer concessões ao capitalismo.

Se examinamos a China atual com esse critério, poderemos obter alguma luz no que se refere à questão de classe do Estado. Nesse caso, como nos outros, não se trata de determinar a porcentagem de empresas estatais e privadas que existem, mas determinar quais são as formas de propriedade e de relações de produção que o Estado chinês protege e defende.

Uma nova NEP?

Alguns seguidores da atual direção chinesa afirmam que as reformas pró-capitalistas não passariam de “...um recuo estratégico sem perder de vista a construção socialista a médio e longo prazos”³. Em outras palavras, a atual direção chinesa estaria fazendo algo similar ao que fez Lenin nos primeiros anos da Revolução Russa com a NEP (Nova Política Econômica)

Na Rússia, depois da guerra civil que devastou o país, a direção bolchevique implementou a NEP. Esta política tinha como objetivo alentar a produção capitalista para, desta forma, aumentar a produção e, assim, criar melhores condições para, a médio prazo, avançar em direção ao socialismo. Como parte dessa política, nesse período, 38% dos meios de produção ficaram em mãos privadas e, quanto aos meios de produção agrícolas, esse número chegava a 96%⁴. Como se poderá ver, a porcentagem de propriedade privada na época da NEP era superior à que existe atualmente em vários dos ex-estados operários e, no que se refere ao campo, era qualitativamente superior à que existe atualmente na Rússia.

No entanto, basta comparar o processo da NEP com os atuais processos de restauração para ver diferenças qualitativas entre eles.

Na época da NEP, incentivou-se o desenvolvimento propriedade

¹É interessante recordar os argumentos que Gorbachov usou para restaurar o capitalismo na ex-URSS: “*Nosso objetivo é fortalecer o socialismo... O que o Ocidente nos oferece, em termos de economia, é inaceitável para nós...*” (*Perestroika, nuevas ideas para mi país y el mundo* - Editora Best Seller - São Paulo.)

²Leon Trotsky, *En Defensa del Marxismo* (Proposta Editorial, São Paulo) p. 227.

³Wladimir Pomar, *China: una transición peculiar*

⁴Dados de Leon Trotsky, *Adonde va Rusia ?* - pp. 47 e 49.

privada, mas esse aumento da produção foi colocado a **serviço do desenvolvimento da propriedade estatal**. Tanto é assim que, no período da NEP, onde se incentivou a propriedade privada, as empresas estatais **aumentaram sua participação no total da produção**.

“A indústria estatal e socialista produziu, em 1923-24, 76% da produção bruta; em 1925-26 produziu 79,3% e em um ano mais, segundo cálculos antecipados, chegará facilmente 79,7 %. Quanto à indústria privada, sua participação na produção era, em 1923-24, de 23,7%; em 1924-25, de 20,7% e se espera que chegue a 20,3% em 1925-26.”

Isso é o oposto do que ocorre atualmente nos ex-estados operários. Por outro lado, agora não se fazem apenas “concessões” ao capitalismo. Agora se está restaurando o capitalismo. Por isso, em todos os ex-estados operários, as “concessões” ao capitalismo não se limitaram a alentar a propriedade privada dos meios de produção, mas **acabaram com o monopólio estatal do comércio exterior e com a economia centralizada e planificada**. Assim, em todos esses estados (incluindo a China) os resultados são opostos aos da NEP de Lenin. A **participação da indústria privada no total da produção não pára de crescer**, enquanto ocorre o contrário com as empresas estatais.

Da mesma forma, nas atuais economias dos ex-estados operários, as empresas estatais cumprem um papel qualitativamente diferente do que cumpriam no passado. Em primeiro lugar, porque mesmo sendo estatais, **estão submetidas às regras de uma economia de mercado**, e, em segundo, porque estas empresas, direta ou indiretamente, têm uma participação decisiva no desenvolvimento das empresas privadas.

A particularidades chinesas aceleraram a restauração

Com freqüência se fala das “particularidades chinesas”. Mas qual é a principal particularidade chinesa que a diferencia da ex-URSS e do Leste europeu? Essa particularidade é que a **China não tem um grande desenvolvimento industrial**. Por isso, o agro, e não a indústria, é sua principal atividade econômica e, devido às

reformas econômicas, neste momento essa atividade está **100% em mãos privadas**.

Mas as reformas não se limitaram ao campo. Pelo contrário, **se iniciaram** no campo e foram expandindo-se a outras regiões e ao conjunto da economia. Quando Gorbachev ainda estava longe de assumir o comando da URSS, os governantes chineses já avançavam com sua “perestroika”. Prova disso é observar como esse projeto é visto pelo imperialismo:

“A forma gradual - resumida na expressão de Deng Xiaoping “tantear as pedras para cruzar o rio” - é essencialmente o caminho seguido pela China. Depois da morte de Mao Tse-tung e da denúncia da revolução cultural, as reformas iniciadas em 1978 abriram a porta para empreendimentos conjuntos e começaram a liberar os preços, primeiro marginalmente, depois de maneira mais extensiva. A maioria das reformas iniciais se concentrou na área rural. O sistema de responsabilidade familiar, iniciado localmente para descoletivizar a agricultura, foi aplicado em outras regiões... Em seguida reduziu as restrições para as empresas industriais “não-estatais” (as de propriedade dos governos locais e coletivas) e permitiu a entrada de novas empresas em uma ampla gama de atividades. Além disso, incentivou novas empresas municipais rurais (EMR) a funcionarem de acordo com os princípios do mercado. A parte da produção correspondente às empresas privadas e não-estatais cresceu acentuadamente. Em 1984, as reformas tinha se expandido para a economia urbana. Os governos locais começaram a ter mais autonomia fiscal. A administração das empresas estatais foi reformada, já que sua fonte de financiamento deixou de ser o orçamento do governo e passou a ser o sistema bancário. Progressivamente, foram abolidas as restrições ao comércio exterior e às inversões estrangeiras, e se iniciaram várias reformas institucionais, inclusive a recriação de um banco central. Enquanto isso, a função da planificação ia sendo progressivamente reduzida. As reformas se aceleraram em 1994 e 1995, particularmente no que se refere a impostos, legislação empresarial e comércio exterior”

Que formas de propriedade e relações de produção o estado chinês protege e defende?

Em um folheto editado pelo próprio gover-

no chinês lê-se: “As empresas estatais chinesas, principal setor da economia pública socialista, são o **pilar** e a força central da economia nacional...”. No entanto, no mesmo folheto se aclara o que significa ser um “**pilar da economia nacional**”.

“...as empresas estatais fizeram importantes contribuições: Abasteceram as empresas não-estatais de matérias primas, fontes de energia, instalações públicas e equipamentos técnicos; assumiram em grande medida responsabilidades no cumprimento dos ingressos financeiros, dos planos de caráter orientador e das tarefas sociais; apoiaram o estado na aplicação de políticas preferenciais para as empresas coletivas, individuais, privadas e de capital externo; criaram as condições para uma rápida acumulação de bens e um **acelerado desenvolvimento das empresas não-estatais**... Em particular, uma quantidade considerável de administradores e técnicos qualificados das empresas estatais passaram para outras empresas, convertendo-se em sua força básica para o desenvolvimento...”

No primeiro semestre de 1994, no valor agregado industrial de todo o país, as empresas estatais e não-estatais contribuíram, em cada caso, com 50%, enquanto que os impostos pagos pelas primeiras chegaram a 68% do total, e as empresas não-estatais só contribuíram com 32%”⁸.

Com tantos incentivos para as empresas não-estatais, começando pelo respaldo dado pelas próprias estatais, o resultado não podia ser outro:

“A economia não-estatal alcançou um ritmo de **desenvolvimento impressionante**. De acordo com as estatísticas de 1992, as indústrias do setor não-estatal ocuparam 50% do valor global industrial. Em 1990, a porcentagem das indústrias não-estatais chegou a 65,7% na província de Jiangsu, a 68,7 % na província de Zhejiang e a 58,6 % na província de Shandong.

Até 1993, observou-se um desenvolvimento ainda mais acelerado no setor não estatal. Tomemos como exemplo as indústrias. De 1978 a 1985, seu valor industrial subiu de um quarto do valor global para um terço; e de 1985 a 1992, de um terço para a metade.

O crescimento da indústria estatal é, obviamente, lento em comparação com as indústrias de outras formas de propriedade. De 1978 a 1992, a indústria estatal cresceu 110%; a coletiva, 314%; a dos outros setores econômicos surgiu do nada e alcançou um aumento de 3.350%”⁹

Essa desigualdade no desenvolvimento da indústria privada e estatal leva, inexoravelmente, à crise e liquidação da segunda. As causas são explicadas, com muita clareza, pelos autores desse folheto:

“(As estatais) sendo o pilar do fisco tiveram de **sacrificar-se para pagar os custos da reforma e da abertura, criando condições financeiras, materiais e humanas para o desenvolvimento da economia não-estatal...**” mas, apesar disso, “...no processo de estabelecimento da economia de mercado, os diversos setores econômicos se entregam a uma concorrência equitativa segundo a lei do valor, e as regras do mercado funcionam independentemente de qualquer forma de propriedade. O governo evita interferir de forma direta na produção e administração das empresas. As melhores empresas sobrevivem às outras, e as que não forem eficientes **serão eliminadas** mediante a concorrência no mercado”¹⁰

⁸Idem, p.51.

⁹Banco Mundial, “*Del plan al mercado. Relatório sobre el desarrollo mundial*”, 1996, pp.10 e 11.

¹⁰Reformas de empresas estatais, Ed. Nueva Estrella, Beijing, China.

¹¹Idem.

¹²Idem.

Esta luta desigual já teve um primeiro resultado: *“No primeiro trimestre deste ano, a contabilidade das 108.000 companhias estatais mostrou, pela primeira vez, perdas que superaram os lucros”*.¹¹

China: uma nova potência mundial?

Em relação à Rússia, os porta-vozes do imperialismo não têm como esconder a calamidade que está significando a restauração do capitalismo. Mas sobre a China não dizem o mesmo. Destacam que a China é a economia que mais cresce no mundo. Efetivamente, entre 1989 e 1995, a economia chinesa cresceu em média 9,4%, e entre 94/95 essa média chegou a 11%. Isto, na fase atual do capitalismo, é sem dúvida um crescimento espetacular. Assim, a China estaria negando as previsões do marxismo, e de Trotsky em particular. A restauração do capitalismo não seria sinônimo de retrocesso, mas de progresso. A tal ponto é assim que, como já mencionamos anteriormente, existe a opinião de que a China está no caminho de se tornar, a curto prazo, uma nova e grande potência econômica

Nossa visão desse processo é distinta ou, melhor, oposta. É certo que a economia da China vem tendo um crescimento sustentado. No entanto, a forma como isso vem se dando faz com que a China não seja uma ameaça para as atuais potências imperialistas. Na verdade, não é sequer uma ameaça econômica para os países mais importantes de sua área, os chamados “tigres asiáticos”. Mas ainda, a China não só não aponta para converter-se em uma grande potência econômica como, pelo contrário, caminha a passos largos em direção a uma semicolônia do imperialismo, se é que já não é.

A China vem tendo um crescimento sustentado de sua economia a partir, fundamentalmente, do aumento de sua produção agrícola e do crescimento espetacular de suas exportações.

No final da década de 70, no início das reformas econômicas, as exportações chinesas eram da ordem de 7,4 bilhões de dólares. Atualmente chegam aos 121 bilhões de dólares, o que

provocou um grande aumento das reservas em divisas, que em 1978 estavam em zero e hoje chegam a 85 bilhões de dólares.

Todos os comentaristas internacionais destacam esses números, no entanto, nos parece necessário destacar também algumas outras questões econômicas. Em primeiro lugar, como dizíamos anteriormente, a China é um país agrícola sumamente atrasado. Em segundo lugar, há um enorme crescimento das importações (7,4 bilhões em 1978 contra 116 bilhões de dólares em 1996). Em terceiro lugar, há um crescimento espetacular da dívida externa (4,5 bilhões em 1978 contra 70 bilhões em 1996), e em quinto lugar, o mais espetacular de todos os crescimentos é o das inversões das multinacionais, que em 1991 chegaram a ser de 430 milhões de dólares, para saltar, no primeiro semestre de 1995, a 16.372 milhões de dólares.¹²

O atraso da China

A euforia dos porta-vozes do capitalismo (e de não poucos marxistas) sobre o desenvolvimento da economia chinesa não é unânime. Por exemplo, o renomado economista chinês Fan Gang, em visita ao Brasil, insistiu em que é preciso ser mais cauteloso com os prognósticos sobre a China, já que a economia de seu país *“cresce muito, mas partindo de um nível muito baixo.”*

Este alerta é correto. O crescimento da economia é um elemento importante, mas relativo. É preciso ver de que níveis ela parte e a forma como ocorre esse crescimento. Para que se entenda isso, é bom precisar que a economia que mais cresce no mundo não é a da China, mas a de Botsuana, um pequeno país do continente africano, que tem um crescimento espetacular a partir da produção de diamantes. No entanto, seria equivocado pensar que por isso esse país tem possibilidades de se transformar em uma potência imperialista, e não só por sua reduzida população (um milhão e trezentos mil habitantes). Também não vai se transformar em uma nova Suíça.

A China é um país sumamente atrasado, com pouco desenvolvimento industrial. Esta

afirmação não surge somente de uma comparação entre a economia chinesa e a das grandes potências imperialistas, mas também da comparação com a economia da Rússia. Comparando, por exemplo, o PBI per capita da Rússia e da China, quando se iniciaram as reformas em ambos os países, o da Rússia era oito vezes superior ao da China, e isto, hoje, não mudou qualitativamente, apesar da brutal queda na economia russa. O PIB per capita russo é, atualmente, cinco vezes maior que o da China.

Como mostra do atraso do estado chinês, vale destacar que 73% de sua população vive no campo. Este é um índice similar ao de países como a Índia (73%), Paquistão (66%) e Nigéria (62%), e está muito longe das grandes potências imperialistas, que têm uma importante produção agrícola, como EUA (24%), França (27%) ou Alemanha (14%), e também está longe dos países mais avançados do chamado “terceiro mundo”, como o Brasil (23%). É nesse marco de atraso que se dá o crescimento da economia chinesa.

Os investimentos estrangeiros

O crescimento da economia chinesa deveria ser uma ameaça para as potências imperialistas e, em especial, para os chamados “tigres asiáticos”, no entanto, não é assim. O que ocorre é que, por um lado, são as grandes multinacionais imperialistas as que estão ocupando o fabuloso mercado interno chinês e, por outro, são, em muitos casos, capitais externos os que estão por trás dos produtos “made in China” que invadem o mercado mundial.

Atrelada ao processo de privatização da economia chinesa (em 1978 existiam 300 mil empresas privadas e hoje 22 milhões) está ocorrendo uma verdadeira invasão ou, para ser mais preciso, uma verdadeira colonização desse país, e à frente desse processo estão as grandes multinacionais. Nesse sentido, o folheto que citamos anteriormente destaca que *“as inversões procedem de mais de 150 países e regiões”*.

Entre mais de 200 multinacionais com inversões na China, as principais têm origem nos países desenvolvidos da Europa, América e do Japão. Essas inversões se espalham por diversos ramos industriais: fabricação de automotores, sistema de controle programado, fibras e cabos ópticos, extração de petróleo, elevadores, produtos eletrônicos, químicos etc. A Hawlett Packard, segunda maior companhia de computadores dos EUA, implantou na China cinco empresas mistas. A companhia de entrega imediata DHL, que já tinha dez escritórios funcionando em território chinês, queria chegar a 26 em 1996. A japonesa Sanyo montou 17 empresas na China, de capital exclusivamente japonês. A Pepsi Cola, instalada na China há vários anos, quer construir dez novas plantas nos próximos dez anos.

Na zona de desenvolvimento econômico e tecnológico de Tianjin, um dos pontos mais dinâmicos de crescimento econômico, no norte da China, 55 famosas multinacionais estabeleceram plantas ou escritórios, como a Motorola, AST Computer, Karf General Electric dos EUA; Bayer e Volkswagen, da Alemanha; Nestlé Suíça; Novo Nordisk Biotechnology,

¹⁰Idem.

¹¹Idem.

¹²Dados de QUID, FMI, BIRD e *The Economist* (Citados pela revista *Voz*, Brasil, 26/2/97).

da Dinamarca; BOC, da Inglaterra; Itochu e Yamaha, do Japão; Samsung e Hyundai, sul-coreanas; Universal, de Singapura, e Chia Tai, da Tailândia. Das cem primeiras multinacionais do mundo, 53 abriram escritório em Beijing. Das 50 primeiras multinacionais norte-americanas, 28 têm escritórios aí.

Dentro desse processo, merece menção especial a relação da China com os principais países da área, os chamados “tigres asiáticos”. Segundo Informe do Banco Mundial,

“...A abertura da China alterou a vantagem comparativa dos tigres no comércio mundial, e eles, em vez de resistir, aproveitaram a oportunidade transferindo recursos da manufatura simples para linhas de produção mais sofisticadas, valendo-se de sua especialização, para expandir sua produção na China. As exportações chinesas simplesmente substituíram as dos quatro tigres, levando a uma queda na participação combinada desses países nas exportações de vestuário, brinquedos e artigos esportivos no mercado mundial. Isso ocorreu com a ajuda das inversões diretas dos próprios tigres, cujas empresas, em muitos casos, simplesmente transferiram suas linhas de produção para a China. Por exemplo, na região do delta do Rio Perla, Guandong, cerca de 25.000 fábricas, que empregam direta ou indiretamente entre três e quatro milhões de trabalhadores, atuam com subcontratos para empresas de Hong-Kong. Enquanto isso, os tigres avançaram a escala do desenvolvimento, ao passar a fabricar produtos com maior coeficiente de capital e especialização.”¹³

Em relação às inversões, é preciso analisar outro fato. Existe uma poderosa burguesia chinesa no exterior do país. Seu peso é enorme. Calcula-se que controla cerca de 2,5 trilhões de dólares (quase a metade do PIB dos EUA). Na Indonésia, por exemplo, estima-se que é dona de 17 dos 24 grupos empresariais mais importantes do país. Nas Filipinas, calcula-se que controla 75% do mundo dos negócios. Esta poderosa burguesia é a que fez o grosso das inversões na China, principalmente a partir de Hong Kong (67,3 bilhões de dólares) e Taiwan (9,8 bilhões). Também é preciso dar importância, em especial, a um fato político-econômico transcendental, ou

seja, a reincorporação de Hong-Kong ao estado chinês. Do ponto de vista geográfico e político, existirá realmente uma incorporação, mas não se pode dizer o mesmo do ponto de vista econômico, e isto é o que explica a insignificante fuga de capitais.

Algumas conclusões sobre a restauração e o crescimento da economia chinesa

Em um país agrícola como a China, o crescimento da economia, sustentada em grande parte sobre a base da exportação de produtos industrializados, é uma grande contradição. E só pôde ocorrer a partir da combinação de dois fatores: mão-de-obra massiva, não-especializada e barata, de um lado, e fortes investimentos estrangeiros do outro. Mas esta forma de “crescimento” é bastante frágil, e, em grande medida, artificial. Se parece muito com outros “milagres” já conhecidos que o imperialismo, em vários momentos, sustentou.

Assim, a forma como a economia chinesa cresce, longe de levar o país a tornar-se uma nova potência, o está levando a ter, cada vez mais, uma economia dependente do imperialismo.

Com uma economia dependente do imperialismo, a China não disputa os mercados com este. É que na divisão mundial do trabalho, a China ocupa o lugar reservado aos países subdesenvolvidos. As boas relações econômicas que a China está mantendo com os “tigres asiáticos” é uma mostra disso: eles disputam o mercado dos produtos mais sofisticados, enquanto que a China atua no de produtos que exigem mão-de-obra barata e massiva, em muitos casos, com capitais dos próprios “tigres” instalados em seu território.

Como todo crescimento econômico artificial, é completamente instável, nesse caso porque se apoia em cinco condições favoráveis, mas de caráter somente conjuntural. Essas cinco condições são: a abertura que existe da maioria dos mercados do mundo para os produtos baratos chineses; a existência de uma ditadura que possibilita uma superexploração feroz; os incentivos às empresas privadas apoiados no “sacrifício” das empresas estatais; os salários extrema-

mente baixos, mesmo comparados com os países mais atrasados do terceiro mundo e as importantes inversões vindas do exterior.

O crescimento da economia é tão frágil que bastaria que um desses fatores se modificasse para que todos os demais o fossem e, assim, o crescimento se transforma em estancamento ou retrocesso. Esta é a situação que está se aproximando. É que o processo de restauração, combinado com o de colonização, está agudizando as contradições em relação à economia, e isso levará, quase inevitavelmente, a uma explosão.

Os “milagres” não duram muito tempo. As enormes vantagens que as empresas privadas estão encontrando para se desenvolver não vão se manter eternamente, e sem estas vantagens, o fluxo de investimentos tenderá a cair, e os produtos “made in China” deixarão de ser competitivos no mercado mundial.

Assim, por exemplo, a mão-de-obra barata se explica, por um lado, pela existência da ditadura, e, por outro, por um salário social garantido pelo Estado e pelas empresas estatais. O mesmo ocorre com o conjunto de vantagens que as empresas privadas estão conseguindo, que não surgem por “graça divina”. São produto do sacrifício das empresas estatais e do Estado como um todo. As empresas estatais, ao contrário das privadas, têm de arcar com impostos elevados, com o salário dos aposentados (que em muitos casos são mais numerosos que os trabalhadores ativos), com uma enorme quantidade de serviços sociais e, ainda por cima, têm de disputar com as empresas privadas e com as multinacionais sobre a base das leis de mercado. O resultado só pode ser a derrota das estatais e o debilitamento do estado frente as primeiras. Esta realidade leva a uma dinâmica infernal. Porque o “milagre” chinês é, na verdade, parasitário do Estado, e o debilitamento deste leva a questionar o crescimento econômico e, inclusive, a ditadura que o sustenta.

O crescimento econômico chinês pôde ocorrer parasitando o Estado, pelo que este acumulou em quatro décadas de expropriação da burguesia e de economia planificada. Estamos presenciando na China uma brutal destruição de forças produtivas, disfarçada pelos investimentos imperialistas.

Contra a maioria dos analistas, afirmamos que a China, com a restauração do capitalismo, não caminha em direção a longos anos de prosperidade ou de estabilidade. Pelo contrário. No horizonte próximo só se vê crise, instabilidade, explosões populares, que serão alimentadas pelas contradições que se foram acumulando nestes anos. Entre elas, duas que merecem ser destacadas. Primeiro, há um novo proletariado chinês (só nas novas plantas de capital estrangeiro já trabalham 10 milhões de operários). Segundo, a privatização do campo criou uma massa de desempregados de 100 milhões de pessoas, que a privatização da economia se mostra incapaz de assimilar. Eles estão sendo, por agora, mantidos pelo Estado.

Tian-Nan-Men foi só um ensaio. 

¹³Banco Mundial, “*Del plan al mercado. Relatório sobre el desarrollo mundial*”, 1996, p.149.

clássicos do marxismo



CECILIA TOLEDO

Os marxistas e a questão nacional 125



OS MARXISTAS E A QUESTÃO NACIONAL

CECILIA TOLEDO

Jornalista e integrante do PSTU (Brasil)

Chechênia, Kosovo, Irlanda, Timor, curdos, palestinos... A questão das nacionalidades oprimidas reveste-se de uma importância cada vez maior nos dias que correm, e vem assumindo características diferenciadas em cada parte do mundo, exigindo uma reflexão profunda e a busca de respostas políticas urgentes por parte do marxismo revolucionário.

Como Marx e Engels viam essa questão? Que respostas deram, a seu tempo, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lenin e Trotsky, dirigentes que viveram agudos problemas nacionais na Rússia zarista?

Não se pode falar de uma teoria definida, uma doutrina marxista sobre a questão nacional, mas apenas referenciar-se às posições expressas, nesta ou naquela etapa, tanto por Marx e Engels, quanto pelos dirigentes da Segunda Internacional, em cima de fatos concretos da luta de classes. Não se pode falar em uma teoria geral e nem tampouco encontram-se soluções globais nos escritos desses dirigentes e estudiosos sobre a questão nacional¹.

Apesar de considerar-se que Lenin foi quem mais se dedicou ao tema, o que se tem de conjunto não é mais que uma série de escritos, sempre marcados por uma intensa polêmica e violentas confrontações entre as diversas correntes do pensamento marxista, sempre pautada pela realidade prática da luta de classes e a necessidade de se elaborar um programa político que desse resposta à questão nacional conforme ela se manifestava em cada época e lugar.

Marx e Engels

Importantes historiadores do marxismo, entre eles Georges Haupt, Claudie Weill e Salomón Bloom, são unânimes em recordar que a elaboração teórica sobre a questão nacional é esporádica em Marx e Engels². Bloom afirma que Marx interessou-se apenas indiretamente pela questão das nacionalidades; Haupt e Weill lembram que em sua obra não existem textos de referência fundamentais, mas são inúmeros os escritos, as reflexões e as respostas surgidas em situações precisas. Mas, com isso, os fundadores do materialismo histórico deixaram uma série de pontos de referência, indicações e hipóteses, a partir dos quais se prosseguiu a reflexão

¹ Entre os estudos clássicos dedicados a essa questão, Georges Haupt lembra que o único que se auto-intitula "marxista" é aquele escrito por Stalin antes de 1914, que quando chegou ao poder conferiu à sua obra essa etiqueta de autenticidade. Cf. em *Los Marxistas Frente a la Cuestión Nacional*, España, Fontamara, 1982.

² Conferir o ensaio de Georges Haupt e Claudie Weill em *Los Marxistas y la Cuestión Nacional*, citado acima, e a obra de Salomón F. Bloom *El Mundo de las Naciones: El Problema Nacional em Marx*, editado na Argentina em 1975 pela Siglo Veintiuno Editores.

teórica e política dos marxistas principalmente na época da Segunda Internacional.

Apesar de verem o problema nacional como uma questão secundária frente aos grandes temas de sua época, Marx e Engels não negligenciaram a realidade das nações e nem seu alcance histórico. Haupt e Weil lembram que a atitude de Marx se deriva de uma posição de princípio que só adquire toda sua relevância se a relaciona ao contexto de uma época na qual o fato nacional, fenômeno recente, surgido na segunda metade do século XVIII, surpreende e desconcerta, por sua novidade, o pensamento universalista do Iluminismo. A atmosfera da Alemanha, onde o nacionalismo se mostra como um fenômeno compensatório e como consequência de um desenvolvimento atrasado, contribui para a formação das posições de Marx e Engels. Em 1844, constataam:

“... se a mesquinaria nacional é sempre e em todas as partes repelente, na Alemanha se torna asquerosa, já que aqui, com a ilusão de estar por cima da nacionalidade e de todos os interesses reais, se a opõe àquelas nacionalidades que confessam abertamente sua limitação nacional e sua fundamentação sobre interesses reais”.³

Em uma época em que o nacionalismo, “esse reino etéreo dos sonhos, o reino na “essência do homem”, conquista a ideologia burguesa, em que uma historiografia romântica se dedica a instaurar a identidade nacional como valor supremo e a colocar em primeiro plano a unidade da pátria e da Nação, ante essa “arrogância nacional enfática e exaltada”, Marx põe o acento na missão histórica da classe, na necessidade de unidade dos proletários de todo o mundo, ou “ao menos dos trabalhadores dos países civilizados”.

Para o jovem Marx, “o proletariado só pode existir em um plano histórico-mundial, o mesmo que o comunismo, sua ação, só pode chegar a ter realidade como existência “histórico-universal”. Por isso, o que diferencia os comunistas “dos demais partidos proletários” é que “nas diversas lutas nacionais dos proletários, levantam e fazem valer os interesses co-

muns de todo o proletariado, sem levar em conta a nacionalidade”.

O processo histórico faz com que Marx e Engels ampliem suas reflexões, mas não mudem as premissas básicas das quais partem nessa discussão (o sujeito da história são as classes sociais; sua força motriz, a luta de classes, e o ator histórico privilegiado, a classe operária) e o prognóstico já formulado no *Manifesto Comunista*:

“As particularidades e os contrastes nacionais dos povos se diluem cada vez mais, ao mesmo tempo que a burguesia, a liberdade de comércio, o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as condições de vida resultantes se desenvolvem.” Com o advento do socialismo, esse processo se acentuará, “o proletariado no poder os fará desaparecer ainda mais radicalmente” já que “na medida em que se suprima a exploração do homem pelo homem, se suprimirá também a exploração de uma nação por outra”.⁴

Na *Ideologia Alemã*, Marx reafirma essa idéia e o caráter inexorável do comunismo:

“Para nós, o comunismo não é um *estado* que deve implantar-se, um *ideal* ao qual a realidade deverá sujeitar-se. Nós chamamos comunismo ao movimento *real* que anula e supera o estado de coisas atual. As condições deste movimento se desprendem da premissa atualmente existente. Afinal, a massa dos *simples* operários – da força de trabalho excluída em massa de capital ou de qualquer satisfação, por limitada que ela seja – e, portanto, a perda não puramente temporária desse mesmo trabalho como fonte segura de vida, pressupõe, através da concorrência, o *mercado mundial*. Portanto, o proletariado só pode existir em um plano *histórico-mundial*, o mesmo que o comunismo, sua ação, só pode chegar a ser realidade como existência histórico-universal. Existência histórico-universal dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história universal”.⁵

Afirma que apesar das medidas protecionistas, a grande indústria universalizou a concorrência, criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, provocando a centralização de capitais...

“Criou, pela primeira vez, a história universal, fazendo que toda nação civilizada e todo indivíduo dentro dela dependesse do mundo inteiro para a satisfação

de suas necessidades e acabando com o exclusivismo natural e primitivo de nações isoladas, que até então existia”.⁶

Para Marx, enquanto a burguesia de cada nação continuava mantendo seus interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade está já abolida.

Não se encontra, em Marx, uma teoria sistemática sobre a questão nacional, uma definição precisa do conceito de “nação”, ou tampouco uma estratégia política geral para o proletariado nesse terreno. Suas posições políticas sobre o tema referem-se, em sua maior parte, a casos específicos, como por exemplo, o da Irlanda. Neles, Marx mostra que a burguesia não só não tende a abolir os antagonismos nacionais como, pelo contrário, tende a agravá-los, já que:

- a) a luta pelo controle de mercados engendra conflitos entre as potências capitalistas;
- b) a exploração de uma nação por outra provoca ódios nacionais;
- c) o chauvinismo é um dos instrumentos ideológicos que permitem à burguesia manter sua dominação sobre o proletariado⁷.

Vem daí a célebre frase de Marx: “os proletários não têm pátria”, ou seja, os trabalhadores de todas as nações têm os mesmos interesses, fato que para Marx tinha o mesmo sentido da abolição da nacionalidade.

Apesar desse “antipatriotismo”, Marx e Engels apoiaram a luta da Polônia por sua emancipação nacional, luta essa que era uma tradição do movimento democrático e operário no século XIX. Ambos se pronunciaram a favor da Polônia, não tanto em nome do princípio democrático geral de autodeterminação das nações, mas como a causa da luta dos poloneses contra a Rússia zarista, o principal bastião da reação na Europa. Também foram favoráveis à autonomia da Irlanda dentro da União inglesa, e achavam que a solução para a opressão dos irlandeses (por parte dos grandes proprietários de terras ingleses) viria com a vitória operária (cartista) na Inglaterra. Depois, vêem a liberação da Irlanda como condição para a liberação do proletariado inglês. Seus estudos sobre Irlanda colocam três temas importantes:

1) Somente a liberação nacional do povo oprimido permite superar a divisão e os ódios nacionais e unir os operários de ambas as nações contra seus inimigos comuns, os capitalistas.

2) A opressão de outra nação contribui para reforçar a hegemonia ideológica da burguesia sobre os operários no seio da nação dominante. “Um povo que oprime outro povo não pode ser um povo livre”.

3) A emancipação do povo oprimido debilita as bases econômicas, po-

³ “Marx y Engels Frente al Problema de las Naciones”, in *Los Marxistas y la Cuestión Nacional*, p.121.

⁴ Idem, p.122.

⁵ Karl Marx e Frederic Engels, *A Ideologia Alemã*, pp.37-38. Argentina, Ediciones Pueblos Unidos, 1975. Grifos de Marx.

⁶ Idem, p.69

⁷ Cf. em Michael Löwi, “El Problema de la Historia”, in *Los Marxistas y la Cuestión Nacional*, p.86.

líticas, militares e ideológicas das classes dominantes da nação dominadora, e contribui assim para a luta revolucionária da classe operária dessa nação.⁸

Rosa Luxemburgo

A independência da Polônia foi uma das grandes polêmicas vividas por Rosa Luxemburgo e motivo da maior parte de suas elaborações teóricas sobre o problema nacional. Em 1893, ela funda o SDKP, o partido social-democrata do Reino da Polônia, com um programa marxista e internacionalista, em oposição ao PPS, o Partido Socialista Polonês, que se propunha a lutar pela independência da Polônia. O SDKP denunciava o PPS como um partido “social-patriota” e se opunha vigorosamente à bandeira de independência da Polônia, insistindo no estreitamento dos vínculos entre o proletariado russo e o polonês. O Reino da Polônia era a parte da Polônia que fora anexada pelo Império russo. Rosa Luxemburgo defendia que ela tinha de ter autonomia territorial e não a independência, no marco de uma futura república democrática russa. No Congresso da II IC, em 1896, expôs a sua posição:

“A liberação da Polônia é uma tarefa tão utópica quanto a da Tchecoslováquia, a da Irlanda ou da Alsácia-Lorena”. Não se deve substituir o combate político unitário do proletariado por uma “cadeia de lutas nacionais estereis”.

As posições de Rosa L. estão melhor desenvolvidas em sua tese de doutoramento, *O Desenvolvimento Industrial da Polônia* (1898). Com uma visão economista, que se atém apenas às questões relativas ao modo de produção e ao mercado, Rosa argumenta que a Polônia, do ponto de vista econômico, já estava integrada à Rússia, que seu crescimento industrial se dava graças aos mercados russos e que por isso, a economia polonesa não podia mais subsistir de

forma separada da russa. Apesar dessa visão estreita, Rosa não perdia de vista o problema da classe operária em seu confronto com a burguesia. Via que o interesse histórico do proletariado polonês era sua aliança revolucionária com o proletariado russo, e tanto o proletariado polonês quanto a burguesia polonesa, cujo futuro dependia do mercado russo, não eram nacionalistas; apenas a pequena-burguesia continuava alimentando o “sonho utópico de uma Polônia unificada independente”.

Assim, Rosa L. atacava as premissas da autodeterminação nacional dentro do contexto particular da questão russa. A Polônia russa, assim como outras regiões não-russas compreendidas no império zarista, tinha agora que contar para sua liberação não com a separação da Rússia mas com a revolução proletária dentro da própria Rússia. Para ela, a separação nacional seria um passo atrás. Mas em um nível mais profundo, a argumentação de Rosa L. girava em torno da autodeterminação. Ela afirmava que não era missão da social-democracia fundar minúsculos Estados capitalistas novos, que nunca seriam viáveis.

Um dos mais importantes biógrafos de Rosa L., Peter Nettle, lembra que um aspecto interessante da argumentação luxemburguiana era sua insinuação de que a própria idéia de “nação” era temporal. Ao invés de ser uma norma absoluta e permanente de medição, indicava que talvez não passasse da forma particular com que a sociedade burguesa se conformava, e que passaria ao se aproximar o fim da fase capitalista da história. Nettle reproduz parte de um artigo escrito por Rosa e publicado no jornal do SDKP em 1908 sob o título geral de “Questão Nacional e Autonomia”:

“Ao falar do direito das nações à autodeterminação renunciamos à idéia de nação como um todo. Se converte assim em uma unidade meramente social e política (para os fins de medição). Mas foi precisamente essa idéia de nação como uma das categorias da ideologia burguesa algo que a teoria marxista atacou mais impetuosamente, assinalando que bandeiras como “autodeterminação nacional” - ou “liberdade do cidadão”, ou “igualdade perante a lei” - têm sempre um significado distorcido

e limitado. Em uma sociedade baseada em classes, a nação simplesmente não existe enquanto conjunto uniforme sociopolítico. No entanto, dentro de cada nação existem classes com interesses e “direitos” antagônicos. Literalmente não existe âmbito social – desde a mais forte relação material até a mais sutil moral – em que as classes possuidoras e um proletariado consciente de si mesmo pudessem ter a mesma posição e figura como um todo nacional indiferenciado”¹⁰.

Rosa confundia direito à autodeterminação com nacionalismo burguês. Mas, em 1915, no *Folbeto de Junius*, escrito na prisão, ela de certa forma chega a reivindicar o direito dos povos à autodeterminação:

“O socialismo reconhece a cada povo o direito à independência e à liberdade, à livre disposição de seu próprio destino”¹¹.

No entanto, afirmava que essa autodeterminação não poderia realizar-se no marco dos Estados capitalistas e, em particular, colonialistas, existentes:

“Como se pode falar em “livre disposição” quando se trata de Estados imperialistas como França, Turquia ou Rússia zarista? Na época do imperialismo, a luta pelo “interesse nacional” é uma superstição, não somente em relação aos grandes Estados coloniais, como também no caso de pequenas nações que “não são mais que peões no jogo imperialista das grandes potências”.¹²



Apesar de as posições políticas de Rosa L. em relação ao problema nacional terem se mostrado, no geral, equivocadas, elas foram importantes no processo de elaboração das posições de Lenin e da Terceira Internacional, e tiveram o grande acerto de nunca perderem o marco de classe. Lembra Peter Nettl, que Rosa L. transferiu toda a energia e as satisfações da consciência patriótica à consciência de classe; à classe trabalhadora. E cita um trecho do discurso proferido por ela em Friburgo, em 9 de março de 1914:

“O fiscal apelou para a cidade em suas observações finais a propósito do cidadão alemão, o patriota cuja função é conservar a honra e a decência do Reich alemão contra mim, criatura sem

⁸ Idem, p.88.

⁹ Rosa L., “A Questão Polaca e o Congresso da Internacional”, citado por M.Löwi, em op.cit.p.92.

¹⁰ Peter Nettl, *Rosa Luxemburgo*, México, Ediciones Era, p.594.

¹¹ Citado por Haupt, in op.cit. p.94.

¹² *Teses sobre as Tarefas da Social-democracia Internacional*, citada por Haupt, in op.cit. p.94.

lar. No que se refere à questão de não ter pátria, eu não trocava de lugar com o fiscal por motivo algum. Eu tenho uma pátria muito mais querida e maior que qualquer fiscal prussiano (...) Que pátria melhor pode haver que a imensa massa dos homens e mulheres que trabalham? Que outra pátria melhor senão a melhoria da vida, da moral, da capacidade intelectual das grandes massas que constituem um povo?"¹³

Trotsky

As posições de Trotsky sobre o problema nacional passaram por uma nítida evolução: do período anterior a 1917, quando, junto com a corrente da "esquerda radical", da qual também fez parte Rosa L., caracterizava-se pela oposição a qualquer separatismo nacional em nome do internacionalismo proletário, até a adoção das mesmas posições de Lenin a partir de 1917.

A partir de 1914, Trotsky aborda o problema no folheto *A Guerra e a Internacional*, dirigido contra o social-patriotismo. Por ser a guerra produto da contradição entre as forças produtivas, que tendem à economia mundial, e o estreito marco dos Estados nacionais, Trotsky proclama "a destruição do Estado nacional enquanto entidade econômica independente"¹⁴. No entanto, com essa política, Trotsky comete o mesmo erro de Rosa L., ao ver apenas a dimensão econômica do Estado, perdendo de vista sua dimensão especificamente política, distinta da esfera econômica ou ideológica.

Mas, ao contrário de Rosa L., Trotsky defende o direito de autodeterminação das nações como uma das condições para a "paz dos povos", que ele contrapõe à "reconciliação dos diplomatas". Defende também uma Polônia independente e unificada, assim como a independência da Hungria, Romênia, Bulgária, Sérvia, Boêmia, pois vê na emancipação desses países e seu agrupamento numa federação balcânica a melhor barreira contra a expansão do zarismo na Europa. E ataca a destruição da Internacional pelos social-patriotas como um crime contra o socialismo e contra "o interesse nacio-

nal", pois dissolve a única força capaz de reconstruir a Europa sobre a base dos princípios democráticos e o direito de autodeterminação das nações.¹⁵

A partir de 1917, Trotsky passa a compartilhar a concepção leninista da questão nacional, que defenderá brilhantemente em Brest-Litovsk como Comissário do Povo para Assuntos Exteriores. Na *História da Revolução Russa*, diz que: "Qualquer que seja o destino da União Soviética, a política nacional de Lenin é já um elemento indestrutível no acervo da humanidade".¹⁶

Quando escreveu sua *História da Revolução Russa*, Trotsky dedicou um capítulo inteiro à questão nacional. Nele, reconhecia os acertos das posições de Lenin:

"Lenin havia previsto com suficiente tempo o caráter inevitável dos movimentos centrífugos nacionais na Rússia, e durante anos lutou de forma obstinada, especialmente contra Rosa Luxemburgo, pelo famoso parágrafo 9 do velho programa do partido, que formulava o direito das nações a dispor de si mesmas, ou seja, de separar-se completamente do Estado. Isto não significa que o partido bolchevique fizesse propaganda separatista. O único que prometia era resistir com firmeza a todo tipo de opressão nacional, inclusive a retenção forçada de uma nacionalidade nos limites de um Estado comum. Somente desse modo o proletariado russo pôde conquistar gradualmente a confiança das nacionalidades oprimidas"¹⁷.

Trotsky via com clareza que para as nações oprimidas da Rússia, derrubar a monarquia implicava necessariamente levar a cabo sua revolução nacional. E ressaltava, junto com Lenin, o potencial revolucionário das nacionalidades oprimidas pela grã-Rússia.

"Lenin tomava de forma certa o pulso "nacional" da revolução. Em seu famoso artigo A crise está madura, do final de setembro, demonstrava com insistência que as nacionalidades, na conferência democrática, "ocupam o segundo lugar por seu radicalismo, superadas unicamente pelos sindicatos".¹⁸

Essa força revolucionária latente nas nacionalidades oprimidas, tanto na Rússia zarista quanto no mundo inteiro, fora levada em conta por Lenin. Trotsky diz que para Lenin, só merecia

desprezo o “pacifismo” hipócrita que “condena” tanto a guerra do Japão contra a China, para escravizá-la, como a da China contra o Japão, para emancipar-se.

“As guerras de emancipação nacional, em contraste com as guerras de opressão imperialista eram, aos olhos de Lenin, novas formas de revolução nacional e um elo indispensável que se inseria na luta emancipadora do proletariado mundial”.¹⁹

Trotsky fazia questão de deixar bem claro que essa posição acerca das revoluções e as guerras nacionais não implicava, em hipótese alguma, no reconhecimento de uma missão revolucionária na burguesia das nações coloniais ou semicoloniais.

“Muito pelo contrário, desde o princípio, a burguesia dos países atrasados cresce como uma agência do capital estrangeiro, e mesmo que o olhe com invejosa hostilidade, está e estará junto com ele em todos os momentos decisivos. O sistema chinês dos *compradores*²⁰ é a forma clássica da burguesia colonial, assim como o *Kuomintang*²¹ é o partido clássico dos compradores. Os setores mais destacados da pequena burguesia, entre eles os intelectuais, podem participar ativa, e às vezes ruidosamente, na luta nacional; mas não são capazes de nenhuma independência. Somente a classe operária, na cabeça de uma nação, é capaz de conduzir até o final uma revolução nacional ou agrária”.²²

Trotsky lembra que o erro fatal dos epígonos, entre eles Stalin, foi ver nas burguesias nacionais um papel revolucionário, numa interpretação equivocada da doutrina de Lenin sobre a progressividade histórica da luta das nações oprimidas.

“A incompreensão sobre o caráter permanente da revolução na época imperialista; a esquematização pedante do desenvolvimento; a desarticulação do processo vivo e combinado, em fases mortas, separadas inevitavelmente no tempo umas das outras, tudo isso levou Stalin a uma idealização vulgar da democracia, ou da “ditadura democrática, que é, na verdade, ou uma ditadura imperialista ou uma ditadura do proletariado”²³.

Lenin

Até 1914, Kautsky foi o principal intérprete do marxismo sobre a questão nacional. Foi em seus escritos que Lenin se baseou em sua polêmica com Rosa L. Tanto Kautsky quanto Lenin distinguiam perfeitamente entre nacionalismo burguês e política socialista de autodeterminação nacional, que, apesar de reconhecer a validade das aspirações nacionais, as subordinava sempre às exigências da luta de classes. No entanto, apesar de se assemelhar à de Lenin, a posição de Kautsky, antes de 1914, “se caracteriza por uma visão unilateral e quase exclusiva da língua como base do fato nacional e por uma falta de clareza e de vigor na formulação do direito das nações à separação. Depois de 1914, as posições de Kautsky sobre os direitos das nações no marco da guerra foram violentamente denunciadas por Lenin como “hipócritas” e “oportunistas”.²⁴

¹³ Peter Nettl, *Rosa Luxemburgo*, p.607.

¹⁴ Citado por M.Löwi, in op. cit., p.98.

¹⁵ Cf. em M.Löwi, op.cit.p.99.

¹⁶ Citado por M.Löwi, op.cit.p.100.

¹⁷ *História da Revolução Russa*, L. Trotsky, Bs.As., Editorial Pluma, Tomo III, p.105.

¹⁸ Idem, p.115.

¹⁹ Idem, p.121.

²⁰ *Compradores*: classe nativa intermediária entre o capital externo e o mercado interno; em outras palavras, a burguesia comercial.

²¹ *Kuomintang*: partido da burguesia nacional chinesa, dirigido por Chiang-Kai-Chek, e ao qual Stalin obrigou o Partido Comunista chinês a ingressar, levando às grandes derrotas de 1925-27.

²² *História da Revolução Russa*, p.121.

²³ Idem, p. 121-122.

A questão nacional foi um dos temas nos quais Lenin mais fez avançar o pensamento marxista, ao elaborar uma estratégia revolucionária coerente para o movimento operário, baseada no direito de autodeterminação dos povos. Seu ponto de partida era o mesmo de Rosa L. e Trotsky: o internacionalismo proletário. Mas foi o que melhor compreendeu a relação dialética entre internacionalismo e direito de autodeterminação nacional²⁵.

Lenin parte de uma compreensão clara da história. Em todo o mundo, e não só na Rússia, a época do triunfo definitivo do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada a movimentos nacionais, cuja base econômica reside em que, para a burguesia conquistar o mercado interno, é necessário que territórios com população de um só idioma adquiram coesão estatal. Por isso, a tendência de todo movimento nacional é formar Estados nacionais, que são os que melhor respondem às exigências do capitalismo moderno. Assim, Lenin entendia por autodeterminação das nações “sua separação estatal das coletividades de nacionalidade estranha, e a formação de um Estado nacional independente”.²⁶

Lenin era rigoroso quanto ao método de análise de qualquer problema social. Via que a teoria marxista exige de um modo absoluto que se enquadre o problema dentro de um marco histórico determinado e depois, se se trata de um só país (por exemplo, de programa nacional para um país determinado) que se leve em conta as particularidades concretas que diferenciam esse país dos demais dentro do marco de uma mesma época histórica. Assim, suas elaborações, bem como suas críticas às posições de Rosa L., são feitas em cima de uma análise minuciosa das particularidades da questão nacional na Rússia, que o levam a concluir que justamente elas tornam especialmente urgente o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação.

“A Rússia é um Estado com um centro nacional único, russo. (...) A peculiaridade desse Estado nacional reside, em primeiro lugar, nos “alógenos” (57% da população) povoam precisamente a periferia; em segundo

lugar, no fato de que a opressão a esses alógenos é muito mais forte que nos países vizinhos (...); em terceiro lugar, em que há toda uma série de casos em que as nacionalidades oprimidas que vivem na periferia têm compatriotas do outro lado da fronteira, e estes gozam de maior independência nacional (...); em quarto lugar, em que o desenvolvimento do capitalismo e o nível geral de cultura são, com freqüência, mais altos na periferia “alógena” que no centro do Estado. Por último, precisamente nos Estados asiáticos vizinhos, presenciamos o início de um período de revoluções burguesas e de movimentos nacionais, que compreendem em parte as nacionalidades afins dentro das fronteiras da Rússia. São justamente essas peculiaridades históricas concretas (...) que tornam urgente o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação na época que atravessamos”.²⁷

A questão do “praticismo” na política nacional foi outro ponto importante nas elaborações de Lenin. Os oportunistas haviam tomado o argumento de Rosa L. de que o parágrafo 9 do programa do partido bolchevique não continha “nada prático”. Segundo ela, “O parágrafo 9 não dá nenhuma indicação prática para a política cotidiana do proletariado, nenhuma solução prática aos problemas nacionais”.²⁸

E Lenin pergunta: “O que significa o praticismo na questão nacional?”

“Ou bem um apoio a todas as aspirações nacionais, ou responder: “sim ou não” ao problema da separação de cada nação; ou, em geral, a “possibilidade de realização” imediata das reivindicações nacionais. (...) A burguesia, que naturalmente atua no início de todo movimento nacional como força hegemônica (dirigente) do mesmo, chama ação prática o apoio a todas as aspirações nacionais. Mas a política do proletariado na questão nacional (como em todas as demais) só pode ser apoiar a burguesia em uma direção determinada, nunca coincide com sua política. A classe operária só apoia a burguesia no interesse da paz nacional (que a burguesia não pode dar plenamente e que só é realizável na com uma completa democratização), no interesse da igualdade de direito, no interesse de uma situação mais favorável para a luta de classes”.²⁹

E Lenin é categórico em afirmar que:

“Por isso, justamente *contra o praticismo* da burguesia, os proletários defendem uma política de *princípios* na questão nacional, apoiando sempre a burguesia *só condicionalmente*. Na questão nacional, toda a burguesia deseja

os privilégios para sua nação, ou vantagens exclusivas para esta; justamente isso é o que chama “prático”. O proletariado está contra toda classe de privilégios, contra todo exclusivismo. Exigir “patricismo” significa ir a reboque da burguesia, cair no oportunismo”.³⁰

Sobre responder “sim” ou “não” à separação de cada nação é, para Lenin, algo sumamente prático, mas ao mesmo absurdo, porque leva a subordinar o proletariado à política da burguesia.

“A burguesia coloca sempre em primeiro plano suas reivindicações nacionais. E as coloca de um modo incondicional. O proletariado as subordina aos interesses da luta de classes. Teoricamente, não se pode garantir de antemão que a separação de uma nação determinada ou sua igualdade de direitos com outra nação resolverá a revolução democrático-burguesa. Ao proletariado lhe importa, *em ambos os casos*, garantir o desenvolvimento de sua classe; à burguesia lhe importa dificultar esse desenvolvimento, subordinando as tarefas de tal desenvolvimento às tarefas de “sua” nação. Por isso, o proletariado se limita à reivindicação negativa, digamos assim, de reconhecer o *direito* à autodeterminação sem garantir *nada* a nenhuma nação nem comprometer-se a dar nada *às custas* de outra nação”.³¹

Para Lenin, a missão do proletariado na questão nacional “não é prática”, do ponto de vista da burguesia nacionalista de cada nação, pois os operários exigem a igualdade “abstrata”, a ausência do menor privilégio em princípio, sendo inimigos de qualquer nacionalismo. E lembra que por não compreender isso, Rosa L., ao reivindicar uma política “prática” na questão nacional, “abriu as portas para as concessões oportunistas ao nacionalismo russo”, já que eram os russos a nação opressora na Rússia, e no aspecto nacional. A burguesia das nações oprimidas chama o proletariado a apoiar incondicionalmente suas aspirações, e o mais prático é dizer sim à separação de *tal ou qual* nação, e não ao direito de todas as nações, quaisquer que sejam, à separação.

“O proletariado se opõe a semelhante praticismo: reconhecendo a igualdade de direitos e o direito igual de formar um Estado nacional, analisa e coloca por cima de tudo a união dos proletários de todas as nações, avaliando toda reivindicação nacional, toda separação nacional, *sob a ótica* da luta de classes dos operários. A bandeira do praticismo não é, na verdade, senão a bandeira de assumir, sem crítica, as aspirações burguesas”.³²

O que Lenin queria contestar era a acusação de Rosa L. de que, apoiando o direito de separação, os bolcheviques estariam na verdade apoiando o nacionalismo burguês das nações oprimidas. Lenin responde com uma questão de princípios. É a burguesia, e não os trabalhadores, que quer uma solução “prática” para o problema nacional. Aos trabalhadores só interessa uma separação principista.

“Enquanto a burguesia de uma nação oprimida luta contra a opressora, nós estamos sempre, em todos os casos e com mais firmeza que ninguém, *a favor*, já que somos os inimigos mais audaciosos e conseqüentes da opressão. Enquanto a burguesia da nação oprimida está a favor de *seu* nacionalismo burguês, nós estamos contra. Luta contra os

²⁴ Michel Löwy, “El Problema de la Historia”, in op.cit. pp.106-107.

²⁵ Idem, p.110.

²⁶ “Sobre el Derecho de las Naciones a la Autodeterminación”, *Obras Escogidas*, Tomo I, Ed. Progreso, Moscu, 1961, p.618.

²⁷ Idem, p. 628.

²⁸ Citado por Lenin na obra acima, p.629.

²⁹ Idem, p.630.

³⁰ Idem, *ibidem*. Grifos de Lenin.

³¹ Idem, p.630.

³² Idem, p.631. Grifo de Lenin.

³³ Idem, pp. 631-632. Grifos de Lenin.

³⁴ Idem, p.632. Grifo de Lenin.

³⁵ Idem, p.633.

³⁶ Lenin, V.I. *Obras Completas*, Tomo XIX, Ed. Cartago.

³⁷ Lenin, V.I. *Obras Completas*, vol. 31, p.457, Ed. Progreso, Moscú.

privilégios e violências da nação opressora e nenhuma tolerância em relação à tendência da nação oprimida pelos privilégios. (...) Em todo nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e a este conteúdo prestamos um apoio incondicional, afastando rigorosamente a tendência ao exclusivismo nacional, lutando contra a tendência do burguês polaco a oprimir o hebreu etc, etc”.³³

Lenin ressalta, ironicamente, que essa não é uma política “prática” do ponto de vista burguês, mas é a única política prática e de princípios na questão nacional, a única que verdadeiramente ajuda a democracia, a liberdade e a união proletária. Uma política que reconheça a todos os direitos à separação, apreciando cada caso concreto de forma a eliminar toda desigualdade de direitos, todo privilégio e todo exclusivismo.

“Tomemos a posição da nação opressora. Pode por acaso ser livre um povo que oprime outros povos? Não. Os interesses da liberdade da população de russos exigem que se lute contra tal opressão. A longa história, secular história de repressão dos movimentos das nações oprimidas, a propaganda sistemática dessa repressão por parte das classes “altas”, criaram enormes obstáculos à causa da liberdade do próprio povo russo em seus preconceitos, etc. (...) Os ultra-reacionários russos apoiam conscientemente estes preconceitos e os atacam. A burguesia russa faz vistas grossas a eles ou se amolda a eles. O proletariado russo não pode realizar *seus* fins, não pode desbravar para si o caminho para a liberdade sem lutar sistematicamente contra esses preconceitos”.³⁴

O afã pelo “praticismo” de Rosa L., que na verdade acabou por ajudar a Lenin em suas elaborações sobre a questão nacional, já que para contestá-la teve de superá-la, fez com que ela perdesse de vista a tarefa prática principal tanto do proletariado russo como do proletariado de toda e qualquer nacionalidade: a tarefa de agitação e propaganda cotidianas contra todo tipo de privilégios nacional-estatais, pelo direito igual de todas as nações a seu Estado nacional. Para Lenin, “esta tarefa é (agora) nossa principal tarefa na questão nacional, porque só assim defendemos os interesses da democracia e da união, baseada na igualdade de direitos de todos os proletários de todas as nações”.³⁵

A posição leninista sobre a questão nacional

foi a posição adotada pelos bolcheviques. Ela está resumida em duas citações de Lenin, a primeira, de 1913 e a segunda, das vésperas da Revolução de Outubro:

“A unidade dos operários de todas as nacionalidades, com a mais completa igualdade de direitos destas e o mais consequente caráter democrático do Estado: tal é nossa bandeira e a de toda a social-democracia revolucionária internacional”. (IV Congresso da Social-democracia Letona, 1913)³⁶

“O reconhecimento pelo proletariado do direito das nações a sua separação é o único que garante a plena solidariedade dos operários de distintas nações e facilita uma aproximação verdadeiramente democrática entre eles”. (Resolução sobre o Problema Nacional, Sétima Conferência (de abril) de toda a Rússia do POSD(b)R, 16/5/1917).³⁷

BIBLIOGRAFIA

BLOOM, Salomón F. *El Mundo de las Naciones: el Problema Nacional en Marx*. Argentina, Siglo XXI Editores, 1975.

HAUPT, George, LOWY, Michael e WEILL, Claudie. *Los Marxistas y la Cuestión Nacional: La Historia del Problema y el Problema de la Historia*. Espanha, Editorial Fontamara, 1982.

LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escogidas*, Moscú, Editorial Progreso, 1961.

MARX, Karl e ENGELS, Frederic. *La Ideología Alemana*. Argentina, Ediciones Pueblos Unidos, 1975.

NETTL, Peter. *Rosa Luxemburgo*. Mexico, Ediciones Era, 1969

TROTSKY, Leon. *Historia de la Revolución Rusa*, Tomo III, Colômbia, Editorial Pluma, 1982.

Um novo fato da luta de classes começou a sacudir o mundo. As massas palestinas, passando por cima dos planos de "paz", estão se levantando, de forma revolucionária, contra o opressor Estado de Israel.

Convidamos as diversas correntes do marxismo revolucionário a participar de um debate sobre este tema e, nesse marco, responder a uma questão programática central: é possível a paz no Oriente Médio enquanto exista o Estado de Israel?

Marxismo Vivo